

JACOBIN

BRASIL



**SOCIALISMO
NO NOSSO
TEMPO**

R\$60,00



“Quem deseja o fortalecimento
da democracia também precisa
desejar o fortalecimento do
movimento socialista.”

— ROSA LUXEMBURGO

Camaradas



PUBLISHER

Cauê Seigner Ameni
Hugo Albuquerque
Manuela Beloni

DIRETORA EDITORIAL

Aline Klein

DIRETOR DE CRIAÇÃO

Guilherme Ziggy

EDITOR ASSOCIADO

Victor Marques

EDITOR DO SITE

Cauê Seigner Ameni

DIREÇÃO DE ARTE

Alles Blau /
Elisa Von Randow

CONSELHO EDITORIAL

Camila de Caso
Joana Salém
Jorge Pereira
Túlio Custódio
Marília Moschkovich
Jean Tible
Marcos Queiroz
Juarez Guimarães

COORDENADOR DE

TRADUÇÃO

Everton Lourenço

TRADUTORES

Rafael Grohmann
Lígia Marinho
Marianna Braghini
Débora Almeida
Luciana Cristina Ruy
Natanael Alencar
David Guapindaia
Felipe W. Martins
Giuliana Almada
Deni Alfaro Rubbo
Paulo de Tarso
Felipe Kusnitzki
Tatiana Roveran
Natalia Porpino
Amós Caldeira

REDAÇÃO DIGITAL

Sofia Schurig
Gercyane Milena

COMERCIAL

Mika Souza

PREPARAÇÃO

Livia Azevedo

REVISÃO FINAL

Aline Klein
Guilherme Ziggy

A revista *Jacobin* é uma voz destacada da esquerda radical no mundo. Agora, em português, contribui no Brasil para uma perspectiva socialista na política, economia e cultura.

ASSINATURAS

DIGITAL: R\$25,00

IMPRESSA: R\$60,00

PLANO JACOBINO: R\$80,00

PLANO BOLSCHEVIQUE: R\$140,00

jacobin.com.br/assine

Conselheiro Ramalho, 945, conjunto 02,
Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01331-001

Autonomia Literária © 2022

ISSN: 2675-0031

LIVRARIAS

Blooms Livraria (SP e RJ)
Livraria da Travessa (SP, RJ e Portugal)
Livraria Leonardo da Vinci (RJ)
Livraria Simples (SP)
Livraria Megafauna (SP)
Livraria Vertov (PR)
Livraria Livros & Livros (SC)
Livraria Cirkula (RS)
Livraria Taverna (RS)
Livraria da Rua (MG)
Livraria Esquerda Literária (MG)
Livraria Lamarca (CE)
Livraria LDM (AL)
Fox Belém (PA)
Livraria Palavrear (GO)
Baderna Literária Café (PE)
Cooperativa Cultural (RN)
Maga Livros (RO)

CIRCULAÇÃO

setembro de 2022

TIRAGEM

3.500 exemplares

VISITAS NO SITE

8.276.895 desde 2019

Colaboradores

capa

Daniel Bueno

Aline Klein é militante socialista e editora de *Jacobin Brasil*.

Weibe Tapeba é vereador pelo PT em Caucaia, Ceará.

Matheus Gomes é vereador pelo PSOL em Porto Alegre.

Laura Sito é vereadora pelo PT em Porto Alegre.

Paula Nunes é vereadora pelo PSOL em São Paulo.

Alexandre Xandó é vereador pelo PT em Vitória da Conquista, Bahia.

Sabrina Fernandes é socióloga, militante ecossocialista e produtora do Tese Onze.

André Breton foi um escritor francês, poeta e teórico do surrealismo. Escreveu, entre outros, o *Manifesto do surrealismo*, *Nadja* e *Arcano 17*.

Diego Rivera foi um dos maiores artistas plásticos mexicanos do século XX. É considerado um dos mais destacados pintores do movimento denominado "Muralismo mexicano".

Marcos Queiroz é professor do Instituto Brasiliense de Direito Público. Doutorando em Direito pela UnB (sanduíche na UNAL/COL).

Luis E. Fernandes é professor de história, doutor em serviço social pela UFRJ e militante comunista e das causas populares.

José Paulo Netto é professor emérito da UFRJ e comunista. Amplamente considerado uma figura central na recepção de György Lukács no Brasil, é coordenador da Biblioteca Lukács, da Boitempo.

Juarez Guimarães é professor de ciência política e coordenador do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros, Cerbras, UFMG.

Moara Saboia é vereadora na cidade de Contagem-MG e atua como líder de governo na Câmara.

Luiz Bernardo Pericás é ganhador do Prêmio Juca Pato, intelectual do ano, concedido pela UBE, pelo livro *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. É professor de história contemporânea na USP.

Leda Paulani é professora titular sênior do Departamento de Economia da FEA-USP e pesquisadora do CNPq. Autora, entre outros, de *Modernidade e discurso econômico*.

Edemilson Paraná é professor de sociologia econômica e do trabalho na UFC e UnB. Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros, de *Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*.

Juliane Furno é doutora em desenvolvimento econômico na Unicamp e da coordenação nacional do Movimento Brasil Popular

Leidiano Farias é mestrando em economia política internacional na UFABC e da executiva nacional do Movimento Brasil Popular.

Valério Arcary é historiador, militante do PSOL (Resistência) e autor do livro *Ninguém disse que seria fácil*.

Victor Marques é professor da Universidade Federal do ABC e editor associado de *Jacobin Brasil*.

Lucas Oliveira é da coordenação nacional da Insurgência Juvenil do PSOL.

Guilherme Boulos é professor, membro da coordenação nacional do MTST e foi candidato à presidência nas eleições de 2018 e à prefeitura de São Paulo em 2020 pelo PSOL.

Ehrasto Felício é professor de educação básica no IFBA (Valença-BA) e mestre em história pela UFBA.

Joelson Ferreira é assentado no Terra Vista, no sul da Bahia, com 30 anos de luta pela terra, já foi da direção nacional do MST, mestre na agroecologia e um dos fundadores da Teia dos Povos em 2012.

Guilherme Ziggy é poeta, tradutor e diretor de criação de *Jacobin Brasil*. Publicou o livro de poemas *Consultas autônomas*.

Créditos das imagens – p.43 Fac-símile do manifesto *Pour un art révolutionnaire indépendant*, de André Breton e Diego Rivera (Leon Trotsky) [Acervo 100/cabeças]. Revisão de Diogo Cardoso. p.41 Sócrates em campo em 1982, época da Democracia Corinthiana [Foto: Domício Pinheiro/Estadão]. p. 51, 55, 59 Pinturas de Rubem Valentim. [Acervo MASP e Câmara dos deputados]. p.71, 75, 79 Série Profecias de Randolpho Lamoniér. Cortesia: Galeria Periscópio. [Fotografias de Ana Pigosso e Victor Galvão]. p.134 Cartaz de propaganda soviética, circa 1926. [CPA Media Pte Ltd / Alamy Stock Photo].



Seções



LINHA DE
FRENTE

8
TRIBUNA
É possível
vencer

ALINE KLEIN

12
PLENÁRIA
Tribunos
do povo

CONVERSA COM
WEIBE TAPEBA,
MATHEUS GOMES,
LAURA SITO,
PAULA NUNES E
ALEXANDRE XANDÓ



CAPITAL
CULTURAL

34
POR OUTRO LADO
Por uma arte
revolucionária e
independente

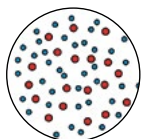
ANDRÉ BRETON
E DIEGO RIVERA

40
ANOTAÇÕES
O jogo de Lula

MARCOS QUEIROZ

44
CONVERSAÇÕES
Um marxista
impenitente e
sem repouso

JOSÉ PAULO NETTO



QUER QUE
EU DESENHE?

64
DESIGUAL E
COMBINADO
Ecologia
à cubana

LUIZ BERNARDO
PERICÁS

82
EMPIRISMO
VULGAR
A biotecnologia
socialista
cubana



ARMAS
DA CRÍTICA

86
DOSSIÊ
É melhor
socializar um
banco do
que roubá-lo

EDEMILSON PARANÁ

94
BALA NA AGULHA
O eclipse
estratégico

JULIANE FURNO E
LEIDIANO FARIAS

98
MENSAGENS
REVOLUCIONÁRIAS
A revolução
Brasileira

VALÉRIO ARCARY



O FIM DO
COMEÇO

118
FUNDO DO BAÚ
Entre a disputa
institucional e a
luta de massas

GUILHERME BOULOS

126
FRENTE POPULAR
A terra
como meio

ERAHSTO FELÍCIO E
JOELSON FERREIRA

134
VALOR DE USO
O dever de
triumfar

ALINE KLEIN,
GUILHERME ZIGGY,
VICTOR MARQUES



18

Rumo ao século 22

SABRINA FERNANDES



70

Caminhos para o socialismo

LEDA PAULANI



50

A revolução democrática é negra

JUAREZ GUIMARÃES
E MOARA SABOIA



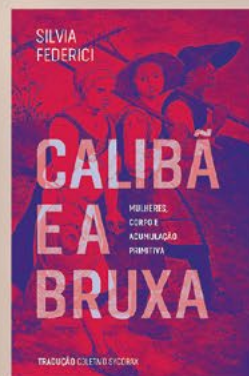
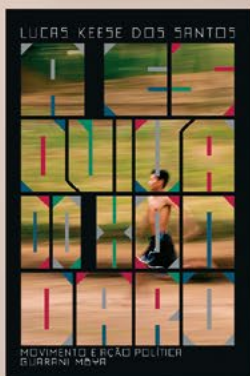
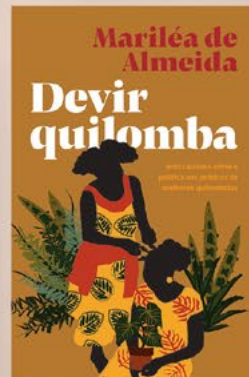
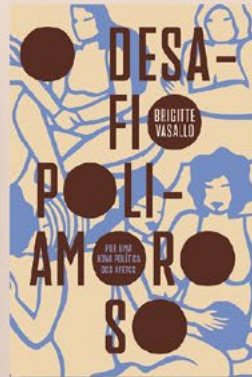
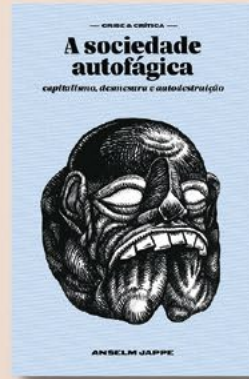
102

À altura do agora

VICTOR MARQUES



Livros essenciais para o socialismo no nosso tempo





Linha de frente

Omnia sunt communia





É possível vencer

*Atrás de uma nuvem a tapar o sol,
há sempre uma estrela a nos guiar.*



¶ FAZ ALGUNS ANOS QUE O CÉU DA POLÍTICA BRASILEIRA está nublado. Dos fatídicos acontecimentos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff até a chegada de Bolsonaro ao poder, têm sido anos difíceis para a esquerda. Com as nuvens encobrindo as estrelas-guia e as referências que sempre a nortearam, a classe trabalhadora brasileira, pelo menos uma parte dela, se viu envolvida nas mentiras destiladas pelos setores mais atrasados da burguesia nacional. Mas nós também navegamos na sombra da vitória dos nossos inimigos.

Não nos enganemos: não é uma sombra qualquer. Nos últimos quatro anos a direita brasileira demonstrou uma razoável capacidade de organização política, uma escancarada ausência de escrúpulos morais e um impiedoso e brutal revanchismo. A chegada dessa direita à Brasília trouxe de novo ao centro do palco as piores alianças políticas possíveis. Da pequena burguesia que não tolera o filho da empregada na universidade ao mais mesquinho televangelista, todos do bloco de poder da reação aplaudem Bolsonaro na destruição dos direitos dos trabalhadores, das nossas florestas e das conquistas democráticas.

É de se espantar que muitos se entregam ao desânimo. Nós da *Jacobin Brasil* somos inimigos da desesperança, e por isso preparamos uma edição inteira dedicada à estratégia socialista. Nunca deixamos de ter nítido na consciência qual farol nos norteia, por mais encoberto que o céu possa estar em tempos sombrios. Apresentamos aqui um modesto esforço de síntese das discussões que o pensamento socialista brasileiro, no que tem de vivo e pujante, produziu no tempo presente. Essa edição é, também, um manifesto contra a melancolia de esquerda.

APRENDER COM O PASSADO, CONFIAR NO FUTURO

A primeira coisa para lutar contra o desânimo é lembrar que o nosso não é apenas um desejo, mas uma tarefa. A mais bonita das tarefas: armar de uma estratégia eficaz para a nossa época um sonho antigo, o da emancipação humana.

Como vocês poderão ler em muitos dos textos desta edição, o problema da reflexão estratégica socialista nasce com a própria classe trabalhadora. As ideias socialistas nascem e amadurecem consonância histórica com o desenvolvimento político da classe trabalhadora e da sua luta contra as injustiças da sociedade burguesa. Portanto, a primeira coisa que precisamos lembrar é que as nossas ideias, as de transformar radicalmente a vida humana, não começaram ontem.

Aprender com a história e com aqueles que vieram antes de nós, nos faz perceber que foram muitos os momentos trágicos que o capitalismo, na sua desenfreada sanha por mercados, territórios e lucro, empurrou toda a humanidade. Mas ao olharmos para a história do ponto de vista da classe trabalhadora, veremos que em cada momento de agonia se acendeu também uma fagulha de esperança. E sempre que essa chama vingou foi porque estava depositada na ação coletiva, no poder social dos de baixo e no movimento autônomo das maiorias populares.

Nos grandes levantes de massas e nas principais conquistas sociais ou trabalhistas as ideias socialistas estavam presentes como uma estrela-guia, animando o ardor revolucionário de operários, camponeses, intelectuais e estudantes que acreditavam não só na ideia de um futuro de liberdade para todos, na abolição da sociedade de classes, como também confiavam no poder de sua ação em comum, na sua participação coletiva em um sujeito histórico de mudança.

É com eles, os que ergueram a bandeira vermelha antes de nós, que também queremos aprender quais erros não devemos repetir. Não foram poucas as organizações socialistas destruídas porque





subestimaram a capacidade de cooptação do regime democrático liberal, ou escorregaram em sectarismo purista, caindo na impotência do isolacionismo.

Grandes partidos operários de massas, como o Partido Comunista Italiano (PCI), foram pulverizados pela força do inimigo, enfraquecidos pelos próprios passos em falso. Inúmeras organizações, muitas em nosso continente, tiveram suas fileiras despedaçadas porque subestimaram os problemas de machismo, racismo ou lgbtfobia. Na maior parte dos casos, o pior crime dos socialistas foi o de dar as costas à classe trabalhadora, de perderem a sintonia com as massas. De todas as lições aprendidas, a mais importante é ter os olhos voltados para a nossa classe, a classe que carrega o futuro nas mãos.

E são muitas as razões para não desanimarmos e confiarmos na classe trabalhadora brasileira. Em primeiro lugar, porque ao contrário do que nos querem fazer acreditar, os trabalhadores brasileiros do século XXI estão muito mais concentrados, instruídos, racialmente letrados e porque não com mais disposição de lutar.

Os trabalhadores e os movimentos sociais brasileiros nos encheram de exemplos de lutas, resistência e solidariedades. A nossa classe já está cotidianamente em luta. A nossa tarefa é aproximar essas lutas da vitória, aumentar suas chances de sucesso. Construir o socialismo no nosso tempo significa arrancar do tempo presente as conquistas que mudem materialmente a vida dos que não têm nada. O socialismo que esteja à altura do nosso tempo não pode ser um sonho distante e longínquo, tem que partir das tendências e conflitos em curso, impulsionando o movimento real que supera o atual estado de coisas. Essa é uma tarefa que vai para além da necessária unidade eleitoral imediata para derrotar a direita. Para realizarmos escrupulosamente nossas fantasias, temos que exercer a convicção de que não apenas é preciso lutar, mas que também é possível vencer. ←

CONHEÇA OS LIVROS DA RUPTURA!



LINHA DE FRENTE
MEGAFONE

A internet fala

Somos servos do futuro!

A Jacobin é uma revista de qualidade, feita de forma rigorosa e que trata de problemas que são estruturais. Parabênz a todas e todos envolvidos nessa produção.

← @EdmilsonPSOL

Não há, na história do movimento operário, capas como as nossas

Essa nova capa ficou phoda!

← @artistario

The book is on the table, muchas gracias gringuito

Jacobin Brasil is pretty awesome!

← @FernKurago

Em 2008 a camarada Britney Spears lançou Womanizer, grande ano!

Comprei uma revista na banca de jornal, me sentindo em 2008, era a Jacobin Brasil, a mais linda!

← @bruno_ali

Alguém ajuda o rapaz, gente?

Eu só queria saber onde estão minhas revistas da Jacobin Brasil, mas eu não consigo.

← @PresiGabs

Deu mesmo

Dei uma de olavista. De fato esses jacobinos são só mkt, pq eles são menos combativos que o Intercept que já é fraco. Dá pra dizer que são menos combativos que o Ciro. Jacobinos: papo furado zzzzz. ← @JonasSo92275765

Newsletter adictos anônimos

Houve algum problema com o envio do newsletter? Não recebi a última. De antemão peço desculpas pela insistência sobre essa questão da newsletter. Nem imagino a correria que deve ser para vocês darem conta de tantos aspectos de um trabalho bem feito e diferenciado. É que para mim é mais cômodo receber os textos através da newsletter.

← @LeitorpeloInstagram

Nos descobriram!

Essa revista Jacobin Brasil parece coisa de comunista

← @nathal_kijur

Posicionamentos viscerais

para leitores figadais Essa revista tem um posicionamento visceral dos acontecimentos

← @celiapecci



RUPTURAEEDITORIAL.COM



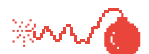
@RUPTURAEEDITORIA



@RUPTURA.EDITORIAL



/RUPTURAEEDITORIAL





Tribunos do povo

Uma conversa sobre o futuro do Brasil com os tribunos populares que ocupam os parlamentos brasileiros em nome da classe trabalhadora, dos povos indígenas, do povo negro, das mulheres e LGBTQI+.

Como os mandatos socialistas podem contribuir para o avanço da organização ou das conquistas do movimento de massas?

MATHEUS GOMES Esses dois aspectos são objetivos do nosso mandato e eu creio que para atingi-los é preciso se diferenciar dos mandatos burgueses em todos os aspectos. Nesse sentido aquilo que coordena nossa prática devem ser as ações do próprio movimento de massas, os projetos que propomos devem instigar a imaginação política da nossa classe com ideias que vão além dos limites da atual etapa do capitalismo do nosso país. Buscamos as respostas concretas, com ideias de longo alcance. Organizar o aparato parlamentar para que esteja majoritariamente a serviço do trabalho de base popular, o que inclui combater privilégios econômicos. Nesse sentido, é preciso pensar o mandato como um meio, e não como um fim, para abrir caminhos coletivos e não uma estrada individual. Não se adaptar é um desafio permanente.

WEIBE TAPEBA Acredito que a missão dos socialistas é de inclusive estarem ocupando o parlamento brasileiro seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. É fundamental porque são os socialistas que conseguem apresentar um futuro para o Brasil. Um país progressista, o Brasil das futuras gerações, mas sobretudo também enxergar as desigualdades sociais e pensar estratégias de como superar nossas mazelas. São apenas os socialistas que pensam na equidade, na igualdade de oportunidade, no acesso à política públicas que sejam também um retrato da diversidade que nós temos no nosso país. Isso é bom para a democracia e para a luta de massas. Então acredito que nessas eleições que estão prestes a acontecer é fundamental que o povo brasileiro eleja os candidatos socialistas que são parte do melhor caminho pra que o Brasil possa sair desse buraco em que estamos.

PAULA NUNES O principal papel de um mandato socialista é poder comprovar aos nossos, que infelizmente, as casas legislativas cumprem quase que exclusivamente a função de manutenção daqueles que detêm o poder econômico e político no Brasil desde a instauração da República. Por mais que exista um movimento de ocupação da política por pessoas negras - especialmente por mulheres negras como no caso do nosso mandato - nos últimos anos, não somos nós que pautamos a política no país. Por isso, a principal forma de apoiar a organização do movimento de massas é fazendo dos mandatos parlamentares uma forma de ampliação da voz dos lutadores e movimentos sociais, usando o espaço do plenário para isso, elaborando projetos de lei construídos coletivamente, mas, especialmente, construindo de mãos dadas os processos de mobilização que acontecem fora das casas legislativas.

ALEXANDRE XANDÓ Os mandatos populares socialistas ou comunistas têm um grande desafio que é o de fazer a ligação entre a chamada Pequena Política e a Grande Política. O que sabemos é que quando se assume um mandato eletivo a população nos procura com as suas dores do cotidiano. Então se faz necessário que mandatos como os nossos tenham sempre em mente que a nossa atuação deve servir como catalisadora de demandas populares e um fermento na organização popular e impulso para às lutas. É esse o caminho.

A classe trabalhadora não apenas corre perigo, como já tem sofrido os efeitos concretos do projeto neoliberal e neofascista que se instaurou no país desde o golpe contra Dilma. O perigo mais profundo que a classe trabalhadora corre é o da própria sobrevivência.





A classe trabalhadora brasileira corre perigo? Quais são as tarefas prioritárias no próximo período para qualquer socialista no país?

LAURA SAITO Sem dúvidas. A classe trabalhadora não apenas corre perigo, como já tem sofrido os efeitos concretos do projeto neoliberal e neofascista que se instaurou no país desde o golpe contra Dilma. O perigo mais profundo que a classe trabalhadora corre é o da própria sobrevivência. Vivemos sob um governo marcado pela fome, que não investe na dignidade, na política habitacional e que é notoriamente higienista. Não nos esqueçamos que o Governo brasileiro expôs o povo trabalhador ao risco da vida e foi responsável por inúmeras mortes durante a pandemia.

Por isso, nossa principal tarefa conjuntural é eleger Lula, ampliar as bancadas de esquerda e o número de governadores do nosso campo político. Entretanto, a vitória eleitoral não é um fim mesmo. Essa tarefa conjuntural é a condição um conjunto de outras tarefas, que incluem a retomada de um projeto popular, a ampliação da capacidade da disputa ideológica e de valores, o resgate dos direitos trabalhistas e a intensificação da distribuição de renda, enfrentando problemas estruturais de desigualdade social, de gênero e raça. É tarefa fundamental derrotar o projeto fascista de fome, de ódio à classe trabalhadora, de racismo, de misoginia e de violência política.

PAULA NUNES A classe trabalhadora no Brasil corre o risco de uma derrota histórica caso o governo Bolsonaro se mantenha. As constantes ameaças democráticas feitas por ele, além da perpetuação por muitos anos do nível de banalização e precarização da vida, com o aumento da inflação, do desemprego e da fome, podem significar essa derrota histórica. Por isso, a tarefa prioritária desse ano para os socialistas é a derrubada desse governo, para que seja possível recuperar no imaginário da classe trabalhadora a possibilidade de se sonhar com uma nova sociedade, e a única forma realmente possível de fazer isso é elegendo Lula presidente em um processo eleitoral que dispute a consciência nas urnas, mas também nas ruas com mobilizações populares.

WEIBE TAPEBA Na realidade acredito que a classe trabalhadora já perdeu tanto nesse atual governo que é como se o perigo já tivesse ocorrido. O que os trabalhadores enfrentam nesse momento é um extremo e absoluto retrocesso. Chegamos ao cenário atual, com uma conjuntura totalmente desfavorável, com o aumento da fragilidade nos direitos da classe trabalhadora. A hipótese de continuidade do governo escancarou ainda mais as desigualdades. Acredito então que precisamos mostrar para a classe trabalhadora todas essas mudanças pra pior, todos os retrocessos que aconteceram nesses últimos quatro anos e precisamos animar os trabalhadores para enxergar a possibilidade de uma reconstrução do país onde haja recuperação de empregos, uma melhor divisão de riquezas, com um projeto que possa enxergar a redução das desigualdades sociais. Tudo isso precisa ser protagonizado para e com a classe trabalhadora.

MATHEUS GOMES Corremos grave perigo e a regressão histórica assistimos na última década foi um empecilho gigantesco para dar cabo das lutas emancipatórias. Há aqueles que acreditam que *quanto pior melhor* e que é inevitável uma explosão social – esses vivem em uma bolha. É preciso termos dimensão do quão amedrontadora é a experiência da violência do tráfico, da polícia ou das milícias, nem o quão desmoralizante é viver o desemprego, o desalento, a insegurança alimentar, muito menos o que é a inércia que a ausência de direitos sociais causa na vida de uma família negra e periférica. Por isso precisamos antes de mais nada derrotar eleitoralmente o neofascismo para que possamos impor uma derrota estratégica. É preciso conquistar melhorias imediatas nas nossas condições de vida pra que a nossa utopia volte a orientar a caminhada que trilhamos por dias melhores e encontrar a saída das trevas que vivemos.

WAIBE TAPEBA Avalio que os últimos quatro anos de governo Bolsonaro foram anos de muito retrocesso. Muitas conquistas, muitos direitos sociais que haviam sido alcançados e conquistados especialmente pela classe trabalhadora e movimentos sociais populares acabaram sendo retirados ou fragilizados, bem como as instituições públicas até como o parlamento passou por um processo de descrédito e precarização. O conjunto da esquerda acabou ficando em uma minoria dentro do Congresso Nacional, nos estados e também nas câmaras de vereadores dos municípios, é como se tivéssemos assistido a um efeito cascata. Agora estamos tentando recuperar a credibilidade da opinião pública, sobretudo porque esses impactos foram extremamente danosos à democracia brasileira. Esses quatro anos precisam de algum modo serem apagados da história brasileira, porque nós estamos diante de um governo autoritário, conservador, fundamentalista e que perseguiu diversos grupos sociais no nosso país.

Quais foram os impactos ou as transformações que os últimos 4 anos de governo Bolsonaro causaram no parlamento brasileiro, em especial para o conjunto da esquerda?

ALEXANDRE XANDÓ É difícil traçar um panorama, fui eleito pela primeira vez em 2020, quando a caixa de pandora do governo Bolsonaro já estava aberta, deixando exposto o que tem de mais desprezível e repugnante na política brasileira. Isso encorajou as câmaras de vereadores a passarem medidas absurdas. Dou como exemplo o que aconteceu em nossa cidade, Vitória da Conquista, na Bahia, em que a câmara municipal apoiou moções para repudiar a empresa de gibis *DC Comics*, por publicar um beijo entre o filho do *Superman* e outro homem. Por outro lado, tivemos um projeto de lei de minha autoria que proíbe homenagens a escravocratas na nossa cidade que foi reprovado bem como foi reprovada uma proposta de moção de apoio à carta em defesa da democracia que foi lida em agosto na USP.





E os principais desafios para os parlamentares socialistas dentro do terreno municipal?

LAURA SAITO O povo trabalhador experimenta as contradições do sistema e as opressões nas cidades. Elas são a janela para o mundo. Nesse sentido, nossos parlamentares, com o contato mais direto com a realidade da classe trabalhadora, devem ser protagonistas na organização popular, na constituição de redes militantes, de formação e de organização. Aqui em Porto Alegre, por exemplo, contribuimos com uma experiência importantíssima na articulação de uma rede de 14 cozinhas comunitárias. Além do mais, nossos vereadores e vereadoras devem ser pontas de lança na defesa dos direitos do nosso povo e devem apresentar agendas políticas avançadas, que promovam resultados concretos na vida das pessoas, mas que também permitam ampliar os debates no âmbito municipal.

PAULA NUNES No caso de São Paulo estamos falando de uma cidade muito rica, mas também muito desigual. Por isso, um dos maiores desafios é o de romper com a lógica personalista e assistencialista da política institucional. É muito comum que as pessoas queiram votar no vereador que destinou emendas parlamentares para recapear uma rua, despoluir o córrego ou instalar um poste de luz. Nós, como parlamentares socialistas, não fazemos política dessa forma. Nossa prioridade é colocar o nosso mandato à serviço da mobilização coletiva para que as transformações nas comunidades possam acontecer. E lutamos até o fim para que elas se concretizem, não em busca de votos, mas no intuito de construir e fortalecer a auto-organização dos trabalhadores.

ALEXANDRE XANDÓ Os maiores desafios para parlamentares socialistas em terreno municipal são de duas ordens. A primeira é enfrentar uma política que é uma política essencialmente institucional e muitas vezes clientelista. E se tratando de câmaras de vereadores, nós sabemos que assuntos que *a priori* são de pequena monta como pequenas questões estruturais de iluminação, de capina e roçagem acabam sendo demandas que mobilizam população que sofre com aquilo no dia a dia. Mas também temos um desafio ainda maior, que é de fato, nos debruçarmos com afinco sobre os temas de gestão pública já que a situação é muito crítica.

A luta por direito à cidade é feita de grandes mobilizações, mas também das pequenas lutas cotidianas sobre questões que impactam diretamente na vida da população.

WEIBE TAPEBA Aqui em Caucaia, que é o segundo maior município em população do estado do Ceará, eu tenho vivido uma experiência de construir um mandato popular. Nosso esforço começa em sempre tentar utilizar uma linguagem e uma comunicação mais acessível e próxima dos grupos que nós representamos, mas sobretudo construindo a nossa identidade parlamentar através da participação efetiva exatamente dos segmentos que nós buscamos representar.

Somos um município que conta na sua população com os povos originários, com comunidades tradicionais classe trabalhadoras organizada, com movimentos sociais, movimentos populares, e nós acreditamos muito que os mandatos populares conseguem dar um retorno importante para a democracia e acredito que um mandato como o nosso se trata de uma conquista dos movimentos de massa.

Evidente que ainda acredito que as lutas de massas, os movimentos de rua são fundamentais e são os lutadores que em sua diversidade, sempre presentes, participativos e colaborativos que de fato exercem os mandatos populares.

MATHEUS GOMES A luta por direito a cidade é feita de grandes mobilizações, mas também das pequenas lutas cotidianas sobre questões que impactam diretamente na vida da população e uma boa parte das discussões no parlamento e no executivo municipal tem a ver com isso.

Hoje o parlamentar pode, e em certo sentido até deve, ser um instrumento que municia diariamente a população com conscientização política e com um constante chamado à organização popular pela luta por direitos. Então tudo que há ao nosso redor, na atuação parlamentar, tem que ser encarado como instrumento de mobilização e organização política e defesa do direito à cidade. ←

Como bilionários sequestraram a maior invenção da humanidade (E fizeram da democracia um refém)

“Marta Peirano é uma das raras jornalistas que realmente se especializou na interseção de tecnologia e poder.”

— Edward Snowden



Rumo ao século 22

*Nossa estratégia trata de transições –
e os prazos que as cercam.*

¶ A questão da estratégia para uma mudança política radical é uma questão que demanda uma visão clara dos antagonismos, das alternativas e dos caminhos para a sua execução. Se reconhecemos que as muitas crises da atualidade são efeitos comuns – e não desvios – do projeto capitalista para produzir respostas, é necessário nomear o antagonista de uma maneira que as pessoas sejam capazes de identificá-lo como a fonte do problema e fazer oposição a ele. Não é algo fácil, visto que a hegemonia capitalista é também atada à sua habilidade de mascarar a realidade, criar consenso e promover o medo entre quem ousa questionar o que está errado; então, temos que imaginar o que vem em seguida. Se opor a algo sem oferecer uma alternativa que seja tanto atrativa como possível é insuficiente. Se o capitalismo é ruim, o que deveríamos ter no lugar dele?



Há muitas opções em discussão, incluindo algumas que são potencialmente piores que o capitalismo na Terra. Se esse sistema destrói o planeta, o que dizer de uma nova era de capitalismo colonial no espaço? Bilionários vêm usando essa ideia para instigar a imaginação e a fé em soluções tecnológicas como uma maneira de alavancar contratos lucrativos e atrair mais investidores, enquanto pesquisadores, cientistas e o movimento ecológico se veem obrigados a afirmar o óbvio para a vida no século 21: não há planeta B. Nossa tarefa, portanto, é mostrar que substituir o capitalismo não é o suficiente, já que substituições podem ser frágeis e temporárias. O que vem a seguir precisa enfrentar as falhas do sistema corrente e ser melhor de muitas maneiras, para que o capitalismo simplesmente deixe de fazer sentido para aqueles que – por equívoco – ainda pensam que esse sistema é necessário para fomentar a produção, a inovação e os empregos. A alternativa é tornar o capitalismo antiquado, inútil e obsoleto.

Enfim, precisamos chegar lá. O problema com a pergunta do “como fazer” é que muitas vezes é percebida como uma simples questão de mecanismo e instrumento que podem ser escolhidos dentre um arsenal pré-estabelecido. Se alguém precisar ir da Cidade do México para Guadalajara, deve escolher entre dirigir, tomar um ônibus, um avião ou até mesmo caminhar. Uma visão puramente instrumental da pergunta “como fazer” despolitiza as condições e consequências dos métodos empregados e nos impede de avaliar continuamente

a compatibilidade entre a tática escolhida e a estratégia geral. Nossas ferramentas estão sujeitas às condições políticas, ao tempo e ao ritmo, à disponibilidade da cadeia de suprimentos e de recursos, ao engajamento dos atores, ao conteúdo e à possibilidade de desvio e ajuste. Isso significa que, uma vez que identificamos que o capitalismo é o principal problema e propomos que a melhor alternativa é justamente o socialismo – por sua vez superado pelo comunismo – a forma como fazemos isso não é simplesmente a escolha entre reforma ou revolução, mas essencialmente as condições que devem ser construído para que um novo poder assuma e seja sustentado. Não podemos apenas desejar que o capitalismo acabe e declarar uma sociedade socialista no dia seguinte.

AS CONDIÇÕES QUE HERDAREMOS

Quando Karl Marx escreveu que os seres humanos fazem sua própria história, porém sob condições herdadas do passado, seu ponto principal não era dizer que devemos aceitar as condições que nos restringem, mas que nossa tarefa é construir diferentes condições para herdar no futuro – condições que nos darão melhores chances de implementar elementos de nossa estratégia. Quando propomos que o socialismo é um sistema que nos salvará do capitalismo ao torná-lo obsoleto, devemos saber que isso não é tão simples quanto afirmar a necessidade da revolução socialis-

ta hoje porque sem ela não vamos sobreviver como sociedade. Para aqueles que já estão familiarizados com a terrível necessidade da queda do capitalismo, isso nada mais é do que uma obviedade usada para afirmar suas posições radicais. A realidade é que – e é doloroso afirmar – não estamos nem um pouco próximos de levantes revolucionários e do estabelecimento de paradigmas socialistas alternativos em escala global hoje ou num futuro imediato. Dizer isso não é derrotismo anticomunista, mas sim reconhecer as condições concretas que herdamos do nosso passado. Em vez disso, abraçar criticamente nossos fracassos nos leva a enfrentar as contradições temporais da construção da condição socialista em um mundo em rápido aquecimento. Nos faz enfrentar o tempo: tempo que perdemos, tempo que empregamos agora e tempo que simplesmente não temos. Se a revolução é o freio de emergência do trem de alta velocidade que é o Antropoceno – para usar a intervenção de Benjamin – precisamos também de um plano de evacuação que seja tão importante quanto o soar do alarme. A transição ecológica é o modo de adotarmos medidas de segurança para nos prepararmos para o impacto da revolução e nos equipar para desembarcar em terreno desconhecido.

A crise ecológica, mais do que qualquer outra crise que nos afeta hoje, altera radicalmente o nosso senso de urgência, porque acarreta no colapso das condições físicas e materiais que tornam a vida possível, para não falar da vida sob o

Quando Karl Marx escreveu que os seres humanos fazem sua própria história, porém sob condições herdadas do passado, seu ponto principal não era dizer que devemos aceitar as condições que nos restringem, mas que nossa tarefa é construir diferentes condições para herdar no futuro.

socialismo. Essa crise, assim como as outras, é principalmente produzida pelo sistema capitalista. Fatores da Grande Aceleração, desde o aquecimento global à perda de biodiversidade, estão atrelados à insustentabilidade do modo de produção vigente. E esses fatores não podem ser detidos pelas soluções capitalistas, pois, para manter seu ciclo de acumulação, o capital demanda cada vez mais da natureza. Hoje, o capitalismo verde é mais uma ameaça do que negacionismo climático padrão. Parece racional reconhecer o consenso científico acerca das mudanças climáticas, no entanto esconder o papel do capitalismo nessa crise também é anticientífico. Sua deturpação das mudanças climáticas como um problema que pode ser manejado sem intervenção severa no modo de produção conduz a falsas soluções e é, em si, um tipo de negacionismo. As soluções arranjadas se dirigem a algumas questões críticas, mas apenas na medida em que são compatíveis com o objetivo último de gerar lucro. Mudar apenas a maneira de se comprar bens não soluciona o problema. Mecanismos de compensação de carbono têm permitido que grandes poluidores sigam poluindo enquanto outras empresas conseguem grandes lucros ao reduzir algumas de suas emissões. Carteiras de investimento bilionárias valorizam métodos de geoengenharia que não são comprovados em grande escala e que podem ter sérias implicações éticas e biológicas. Não se pode simplesmente substituir o que usamos como fonte de energia da indústria e da produção de bens e serviços atual por uma alternativa renovável, porque os recursos da Terra são finitos. É necessário fazer ajustes de quantidade e qualidade, e a distribuição desigual é uma questão.

O capitalismo precisa acabar para que a vida possa continuar; porém, as condições políticas vigentes não apontam para soluções que sejam radicais e rápidas o suficiente para confrontar a crise ecológica com o antídoto perfeito. Nós enfrentamos as ameaças imediatas da reorganização das forças de direita e fascistas – incluindo os ecofascistas – e o crescimento da dominância do capitalismo verde. À medida que nos organizamos para combater essas ameaças, nosso trabalho também é identificar e engajar em possíveis caminhos de ação que possam lidar com distintas coisas ao mesmo tempo.

Um programa de prevenção que pode começar sob o capitalismo, como colocou David Schwartzman, é essencial. Para escapar da colisão do trem antes de termos a chance de sedimentar uma sociedade capitalista, o “como fazer” do nosso plano de evacuação envolve implementar ideias, políticas, microssistemas, reformas e outros arranjos sociopolíticos que desacelerou a marcha da crise enquanto criamos as bases para o poder popular que pode superar e dar suporte ao novo sistema. Essa é uma questão de sustentabilidade de tipo radical. Precisamos de uma estratégia que atue em duas ondas, assim uma pode dar conta das contradições que a outra enfrenta. A estratégia exige que pensemos em questões de curto, médio e longo prazo simultaneamente, mas com flexibilidade e uma postura reflexiva que reconheça que a história é uma sequência linear de eventos



congelados e que novas contradições surgem à medida que a fazemos acontecer. Estabelecer bases sustentáveis para ações mais radicais no futuro é construir condições que nos levarão a problemas a que ainda não estamos preparados para abordar ou tampouco conscientes deles atualmente. Esses são problemas que, no entanto, desejamos, uma vez que eles só podem se materializar quando os que nos atormentam agora estiverem resolvidos. Se nossa estratégia for bem-sucedida, nossos problemas não dirão respeito apenas a postergar o fim do mundo que já se aproxima, mas, de fato, vão estar relacionados com o que faremos neste planeta pelos séculos que estão por vir nos bilhões de anos que ainda restam.

Quem pode implementar essa estratégia? Somente aqueles cujo real interesse seja preservar as condições para a vida na Terra enquanto faz dessa vida algo que valha a pena ser vivido, de uma maneira inclusiva e pacífica. As pessoas que precisam reivindicar o tempo que lhes foi tirado pela exploração capitalista com o objetivo de estender o tempo da sociedade humana na Terra. Mesmo nos estágios iniciais, nossa estratégia não está em risco de ser enredada com o capitalismo verde porque o agente de mudança é a maioria da sociedade explorada pelo sistema. São as pessoas da classe trabalhadora, migrantes e refugiados, grupos indígenas, pessoas com deficiência, maiorias racializadas, mulheres e pessoas LGBTI+ que são marginalizadas e que não podem ser absorvidas pelos postos muito limitados que a mobilidade social do capitalismo

oferece. Nossa estratégia requer a construção de poder coletivo em arranjos que de fato demonstrem à maioria da classe subalterna que é possível reorganizar a sociedade e que os resultados dessa reestruturação são desejáveis.

Resultados desejáveis estão no cerne de uma estratégia bem-sucedida. A vida precisa melhorar desde o início da implementação, pelos socialistas, de uma estratégia para assegurar o apoio de longo prazo ao horizonte socialista e possibilidade de ruptura, principalmente quando se está sob ameaças externas de repressão, sanções e guerras. Essas ameaças devem ser antecipadas, pois a estratégia desafiará os bolsos da hegemonia capitalista desde o início, alterando a maneira como lidamos com a natureza e criando as condições para uma ação contra-hegemônica organizada o mais próximo possível de uma consciência socialista generalizada. Quanto mais nos tornamos uma ameaça, mais as ameaças contra nós aumentarão. As ameaças não devem, no entanto, ser usadas para justificar mais dificuldades do que o necessário e que dissipam muita energia das áreas que melhoram a vida concreta. Ser atacado limita os caminhos para a ação e faz pressão sobre como tomamos decisões e que planos podemos desenvolver, mas os ataques não podem ser uma desculpa para tomarmos o caminho mais fácil e restringir as liberdades no cerne do socialismo. Nossa estratégia certamente preparará uma guerra, mas vai evitá-la construindo uma estrutura para a paz.

Em suma, nossa estratégia é orientada a uma transição ecológica que tornará possível a transição socialista. Ela transita de uma sociedade profundamente insustentável para uma em que o risco de colapso seja adiado por, ao menos, alguns séculos. Como o colapso planetário é um risco real neste século, como avaliou o *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2022*, a transição ecológica deve ocorrer dentro de um curto limite de tempo, variando de agora até 20 ou 30 anos no futuro. Assumindo que o capitalismo será o sistema dominante nas próximas décadas, a maior parte da transição ecológica acontecerá sob esse sistema. E não será assim porque escolhemos fazê-la nesses marcos, mas sim porque, se ela não for feita imediatamente, não haverá possibilidade nem mesmo de fazê-la sob o socialismo devido ao esgotamento das condições de manutenção da vida. Nós ainda estamos nesse trem, apesar de tudo. É claro que, havendo uma ruptura do capitalismo para o socialismo, aspectos mais radicais da transição ecológica finalmente poderão ser afirmados, realizados, impulsionados e integrados no que será uma transição ecossocialista com diferentes pilares de propriedade e poder. A transição ecológica é a nossa primeira resposta e, se for feita de maneira adequada, nos permitirá implementar os melhores percursos de tratamento de longo prazo. Como as reformas promovidas pelos muitos planos e acordos da transição ecológica não são suficientes para superar de verdade o capitalismo, nossa estratégia exige uma forte

O capitalismo precisa acabar para que a vida possa continuar; porém, as condições políticas vigentes não apontam para soluções que sejam radicais e rápidas o suficiente para confrontar a crise ecológica com o antídoto perfeito.

construção do movimento que garanta essas reformas, mas também crie as condições para a ruptura. André Gorz falou de reformas não reformistas por causa de seu potencial como contrapoderes, o oposto do reformismo que altera o sistema reparando-o. Assim, nossa estratégia socialista requer um período de alinhamento entre a organização e um programa forte de transição ecológica enquanto estivermos sob o capitalismo para que os frutos dessa organização possam romper com o sistema para construir um ponto de convergência completa numa sociedade ecológica e socialista.

Na composição da nossa estratégia, duas ondas políticas interagem uma na construção da outra. Uma onda carrega a transição mais rápida do ponto A ao ponto B, onde nós compramos o nosso tempo ecológico e oferecemos visadas a uma boa vida como e enquanto ainda estivermos sob o capitalismo. A transição ecológica envolve uma combinação de planos e acordos verdes de transição que aproveitam o poder limitado das reformas no princípio, com foco em reformas estruturais que enfrentam crises imediatas, fortalecem a gestão e o domínio público, encorajam a participação política em vários níveis, fazem uso de métodos e propagandas para construir consciência, empoderam organizações socialistas para lidar com problemas dentro de seu espectro de alcance, nacionalizam recursos, constroem infraestrutura que favorece o uso eficiente desses recursos e um modo de vida mais coletivo, alavancam além das fronteiras com uma perspectiva de integração regional, reparação e solidariedade internacional.

A outra maré é formada pela construção do movimento, onde fortalecemos a consciência de classe e os padrões democráticos socialistas que constroem o poder coletivo direcionado a uma ruptura mais radical que visa em definitivo os pilares da propriedade privada, do lucro e da acumulação, no que será a transição do capitalismo ao socialismo. A construção do movimento da agência para a transição ecológica, mas supera seu ritmo, haja vista que vai na direção da criação de condições para a tomada e construção do poder socialista. Uma vez sob o ecossocialismo, a construção do movimento é essencial para a consolidação do poder popular, e uma maré envolve a outra, e enquanto isso nossa estratégia continua sendo reavaliada e se ajustando a uma transição para o comunismo. Agora, voltamos a nos concentrar no período de transição ecológica de nossa estratégia, nas próximas duas ou três décadas.

A CORRIDA CONTRA O – E PELO – TEMPO

A crise ecológica faz soar um alarme: se certas condições ecológicas não forem atendidas, não haverá possibilidade de construirmos uma sociedade socialista, mesmo que a classe trabalhadora prime pelo socialismo. Nossa estratégia se situa no conhecimento e na materialidade do Antropoceno; ela deseja, no entanto, abreviar essa era por meios ecológicos.



Essa conclusão deve guiar as conversas acerca de um Green New Deal (GND) e suas versões mundo afora. Geralmente, um GND é um pacote de reformas, investimentos e ajustes vinculados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também a outros aspectos da crise ecológica, que devem ser implementados em curtos períodos de tempo. Os GNDs devem fazer parte da nossa estratégia, mas não ser a nossa estratégia, pois visam políticas públicas mais diretas e são vulneráveis a mudanças de governo. Além disso, programas de dimensão local desse tipo também precisam ser coordenados através de programas regionais e seguir uma orientação global mais geral. Os debates sobre um Green Deal Global estabelecido por movimentos sociais e organizações da sociedade civil precisam delinear princípios e oferecer saídas para acordos internacionais e o fortalecimento de alianças. A transição ecológica demanda uma forte ação coordenada para atingir metas de curto e médio prazo, e tais programas oferecem uma grande oportunidade para realizar projetos que podem ser avaliados objetivamente.

Desde que o debate em torno de um Green New Deal ressurgiu nos Estados Unidos, após 2018, diferentes versões dele também foram introduzidas – algumas mais capitalistas, outras mais radicais – em todo o mundo. Independentemente do nome que cada país usa, apresentar programas do tipo GND em nossa estratégia tem vantagem dupla: eles têm mudanças que podem ser implementadas desde já e podem

ser ferramentas de mobilização. Às vezes, os políticos e a mídia classificam o GND como um pacote de investimento, mas em nossa estratégia ele é muito mais do que isso. Os pacotes de investimento são importantes, especialmente quando consideramos as enormes mudanças na infraestrutura exigidas pela parte climática da transição. Só a conversão para fontes renováveis de energia gera custos líquidos que ficam entre 30 e 60 trilhões de dólares adicionais, contando de hoje até 2050, a depender do estudo. Tornar os modos de habitar mais eficientes e construir novas casas confortáveis e amigáveis ao clima exigiria outros trilhões de dólares. Mudar a rede de transporte, promover novas tecnologias úteis e cultivar nossos alimentos de maneira eficiente, mas também saudável e sustentável, também exigirá muito investimento.

O setor financeiro atualmente diz que poderia alocar mais de 100 trilhões de dólares em ativos para financiar a corrida para emissões líquidas zero. Mas esse é o modo habitual de operar, uma vez que as estruturas de emissões zero ainda permitem que o capital [de combustível] fóssil conte com sistema e não podem funcionar rápido o suficiente nas próximas três décadas para evitar que ultrapassemos os 2 °C, muito menos 1,5 °C. A razão é simples: essas estruturas de emissão zero visam investimento que venha de dentro do paradigma capitalista, onde há muito mais diversificação e conversão do que uma verdadeira transição para outra coisa. A lógica de que a transição climática pode

gerar muitos outros trilhões para o crescimento capitalista atrai investidores e agrada os políticos dispostos a incorporar a agenda climática, mas apenas se puderem contar com ela. O mercado financeiro investirá na “neutralidade de carbono” da mesma maneira que avalia ações, e não se ocupa com o grosso das preocupações ecológicas da Grande Aceleração, pois a lógica da acumulação capitalista permanece intocada. Além disso, elementos importantes da transição acabam sendo subestimados quando as propostas do GND chegam a programas políticos gerais, como é o caso da Inflation Reduction Act de 2022 dos Estados Unidos. Quando a política é ditada mais pelo viés do investimento climático do que pelo da justiça climática, ainda há espaço para a luta de esquerda, mas a probabilidade é de que o capital [de combustível] fóssil também esteja lutando por sua parcela desse cheque. Devemos travar algumas dessas batalhas para garantir ganhos marginais, mas essa lógica não pode ditar nossa estratégia.

Em nossa estratégia, os programas GND promovem o investimento com o objetivo de combater múltiplas crises e o combinam com iniciativas que agregam governos, comunidades, movimentos e pequenas empresas para reorganizar aspectos da nossa maneira de produzir, consumir e viver. O foco de um GND pode incidir sobre coisas que podem ser alcançadas rapidamente e, devido à conveniência dessas mudanças, servir como ponto central para reunir mais pessoas que possam ajudar na prestação de contas e nas demandas

Nossa estratégia requer a construção de poder coletivo em arranjos que de fato demonstrem à maioria da classe subalterna que é possível reorganizar a sociedade e que os resultados dessa reestruturação são desejáveis.

mais radicais. Onde se oferece garantia de empregos verdes, por exemplo, a mobilização pode garantir que os postos de trabalho criados paguem salários mais justos, ofereçam benefícios, subsidiem treinamento – incluindo mudança curricular para formar novos trabalhadores – e que sejam sindicalizados. Em combinação com essas medidas, mais pressão vinda de baixo também pode levar a um GND que torna a redução da semana de trabalho uma demanda primordial.

A redução da jornada de trabalho a níveis estáveis de produtividade altera a taxa de exploração dos trabalhadores, sendo, assim, uma demanda anticapitalista radical. Com uma longa história de organização, reduções de jornada significativas foram garantidas nos estados capitalistas centrais. Mais recentemente, a Espanha começou a testar a semana de trabalho de quatro dias. Em 2000, a França alterou a jornada de trabalho para 35 horas semanais, e pesquisas indicaram que as pessoas usaram o tempo livre recém-descoberto para ficar com a família, descansar e praticar esportes. Onde as taxas de produtividade já são altas, semanas de trabalho mais curtas podem até significar mais eficiência, o que é desejável em determinados setores, devido ao efeito positivo no bem-estar dos trabalhadores. Mais tempo livre leva a benefícios para a saúde, a menos deslocamentos e abre oportunidades para a organização política – fomentando ambas as vertentes da nossa estratégia. Além disso, ter mais tempo fora do trabalho também pode contribuir para que as famílias tenham cargas mais equitativas de trabalho de reprodução social, alterando a percepção das pessoas sobre o tempo que se deve gastar com locomoção.

A desaceleração do ritmo de vida tem implicações particularmente interessantes, e que podem combinar com os investimentos do GND em transporte público e infraestrutura ferroviária. Quando as pessoas têm que escolher entre pegar um trem e um avião, consideram o custo, a duração e a conveniência geral. O crescimento das companhias aéreas de baixo custo deixou as viagens mais acessíveis, mas também contribuiu muito para as mudanças climáticas. A abordagem “verde” de algumas dessas companhias aéreas é compensar suas emissões de carbono no mercado ou possibilitar que os clientes comprem suas próprias compensações. Por outro lado, as pesquisas sobre combustíveis alternativos para a aviação têm avançado. As tecnologias de energia solar para combustível tendem a ser mais eficientes do que os biocombustíveis, mas sua utilização impacta o consumo de água e a rede solar e exigem captura direta de CO₂ ou opções de captura e armazenamento de carbono. Isso significa que, por mais que desejemos que certas tecnologias melhorem para que setores da transição energética possam ser simplificados através da conversão direta de combustível fóssil para fontes renováveis, as coisas não são tão simples. Uma coisa é querer fazer a transição do setor aeronáutico, o que implica também mudanças em seu porte, outra é apostar na simples conversão de combustível comum em renovável que não leve em conta qualquer outra



pressão ecológica associada à cadeia de produção e enorme volume de voos em todo o mundo – especialmente em sociedades mais ricas.

Nossa estratégia deve encorajar a pesquisa e a inovação direcionadas à obtenção de melhores tecnologias de emissão de carbono baixa ou nula, mas precisa reconhecer que o simples avanço tecnológico não resolverá nossos problemas. As considerações da cadeia de suprimentos acerca da mineração nos ajudam a compreender que há limites para a produção e a implementação de tecnologia no setor de transporte. Thea Riofrancos demonstrou como o papel central do lítio nos cenários de energia renovável faz parte de um delicado “nexo segurança-sustentabilidade” influenciado por expectativas de crescimento que introduzem um capítulo verde na longa história das chamadas “zonas de sacrifício” criadas pelo extrativismo – geralmente concentradas no Sul Global ou em territórios racializados no Norte Global. É simplesmente absurdo achar que devemos minerar em mais regiões do mundo, a fim de extrair os materiais necessários para produzir 1 bilhão de veículos elétricos de passageiros (VEs) para substituir os que já temos nas estradas. Embora absurda, essa lógica foi completamente normalizada pelos paradigmas atuais de investimento verde, com governos, no Canadá ou na Noruega, optando por dar subsídios a clientes, concessionárias e montadoras para incentivar a venda de VEs de passageiros, em vez de expandir o transporte público tanto em quantidade e em qualidade.

Nossa estratégia precisa definir as prioridades. Uma maneira de fazer isso é alinhar os interesses das pessoas com a infraestrutura que será fornecida. Se é necessário reduzir os níveis da aviação, como podemos oferecer às pessoas outros meios de transporte de longa distância que serão avaliados positivamente em termos de custo, duração e conveniência? Dê às pessoas mais trens de alta velocidade – a preços baixos, talvez até gratuitos! – em vez de rotas de avião e aproveite as estações localizadas em regiões centrais. O custo de vida e as crises energéticas na Europa em 2022 levaram a Alemanha e a Espanha a experimentar subsídios temporários para trens regionais e par o trânsito local. Ao levar a sério a crise climática, países e regiões podem investir em programas semelhantes ao GND e mudar a maneira como as pessoas usam o transporte. Com a infraestrutura adicional, outros efeitos positivos vêm na esteira, como a redução dos congestionamentos e dos índices de acidentes de carro. Mesmo que um trem de alta velocidade não seja tão rápido quanto um avião, quando desaceleramos o ritmo de vida, permitindo que as pessoas tenham mais tempo longe do trabalho, essa troca pode não ser tão ruim. A conveniência de simplesmente embarcar em um trem ao invés de passar pelo *check-in* no aeroporto, ou de pegar um ônibus gratuito sem se preocupar com catracas e compra de passagens, contribui com novos comportamentos e angariar o consentimento da população. Quando o capitalismo oferece alguma conveniência, geral-

mente é às custas dos consumidores ou do meio ambiente. Legumes pré-cortados são convenientes em um mundo onde se tem tempo limitado para tarefas domésticas, mas pagamos mais por eles e temos que lidar com o excesso de embalagens, geralmente de plástico. Nossa estratégia cria outro tipo de conveniência ao fornecer infraestrutura pública verde que torna a vida mais fácil e barata para os trabalhadores e que concilia as necessidades das pessoas e da natureza na transição ecológica. Precisamos mitigar danos e nos adaptar rápido, pois a transição ecológica só vai vencer essa corrida contra o tempo se também criar tempo através da reorganização da produção e de ambientes em que vivemos.

ALGUMAS COISAS TÊM QUE VIR PRIMEIRO

Nossa estratégia também é desigual e combinada. Entendemos que o capitalismo se desenvolveu pelo planeta de forma dispar e que o colonialismo ainda tem papel no avanço industrial e na divisão internacional do trabalho. O subdesenvolvimento do Sul Global é combinado ao avanço do Norte Global. Ao explicar esse fenômeno, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes destaca que a persistência do capitalismo dependente nos países periféricos faz parte de um cálculo capitalista. O desenvolvimento do capitalismo marginal acaba por ser fortemente dissociado das estruturas democráticas e favorece o estabelecimento de autocracias. A intervenção imperialista contribuiu

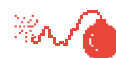
Nossa estratégia deve encorajar a pesquisa e a inovação direcionadas à obtenção de melhores tecnologias de emissão de carbono baixa ou nula, mas precisa reconhecer que o simples avanço tecnológico não resolverá nossos problemas.

e tirou vantagem do déficit democrático para promover interesses de Estados mais poderosos – promovendo ditaduras se necessário – como tem sido rotina na América Latina, mas também na África e no Oriente Médio.

Essa relação centro-periferia também tem profundas implicações ecológicas. O Climate Action Tracker avalia que, se as políticas atuais forem aplicadas, o mundo caminha para um nível de aquecimento de aproximadamente 2,7 °C até o final do século. O Glasgow Climate Pact de 2021 falhou novamente em cumprir com as promessas e os cortes mais radicais. Não apenas as políticas atuais estão diluídas como também há lacunas em implementação que levarão a resultados ainda piores e mais desiguais. O Antropoceno é o período da história do planeta profundamente marcado pela sociedade humana – sim – mas de forma assimétrica. Os países mais ricos carregam responsabilidade histórica muito maior pelas mudanças climáticas do que os países menos desenvolvidos. O Our World In Data estima que os Estados Unidos, o Reino Unido e os 27 membros da União Europeia respondem juntos por 47% das emissões globais. E embora as mudanças climáticas afetem todo o planeta, os países mais pobres estão menos adaptados aos efeitos delas.

Em nossa estratégia, os países mais ricos devem arcar com a maior parte dos custos da transição ecológica. É preciso que os programas internos do GND sejam financiados publicamente, e os mais ricos devem ter tributação mais pesada. Uma forte aliança entre as organizações de trabalhadores e o movimento ambientalista deve combater as baixas na criação de empregos, o downsizing e as tentativas de transferir o ônus para os consumidores. E mais, mecanismos internacionais garantirão que os países mais pobres tenham acesso a fundos, quebras de patentes para tecnologias-chave e suporte técnico para que tenham um conjunto de programas próprio na transição ecológica. Não é apenas uma questão de financiamento verde e promessas feitas às Nações Unidas, uma vez que sua natureza voluntária levou a uma entrega abaixo do esperado até agora. Os países ricos prometeram, em Copenhague, destinar 100 bilhões de dólares por ano em financiamento para projetos de mitigação e adaptação climática no Sul Global, mas ficaram aquém em todos os anos, mesmo com a ajuda de financiamento privado. Para piorar, uma soma significativa dos bilhões disponibilizados foi em forma de empréstimos. Japão e França carregam mais do que seu quinhão da promessa, especialmente quando comparados aos Estados Unidos, mas os empréstimos reembolsáveis estavam no centro de sua contribuição. Isso ajuda a explicar o desequilíbrio no financiamento onde as iniciativas de mitigação são privilegiadas sobre projetos de adaptação que não geram dinheiro em troca e só aumentam o cenário de desastre de endividamento que asfixia as economias das nações mais pobres. Em seu discurso de posse, o novo presidente de esquerda da Colômbia, Gustavo Petro, enfatizou como a dívida é um obstáculo à transição no Sul Global.

Autores como Olúfêmi O. Táíwò demandaram um paradigma de reparação climática e perdão de dívidas que permitirá às nações mais pobres enfrentar o legado negativo da escravidão e da colonização em seu caminho para uma



transição ecológica. As reparações pertencem a ambas as vertentes da nossa estratégia, indo além de uma transferência de dinheiro e oferecendo uma estrutura para uma transição justa que politize as condições do presente e do passado. A floresta Amazônica se estende por nove estados brasileiros, e embora esses territórios tenham o direito de melhorar a vida de seus habitantes, eles também compartilham a responsabilidade de cuidar da Amazônia, mas não fazer como os países do Norte Global, que não cuidaram de seus próprios ecossistemas. A mentalidade de que “eles fizeram primeiro, então nós também podemos” que permeia alguns discursos desenvolvimentistas na região é perigosa e tola. As organizações socialistas dos países periféricos devem aprender a exigir reparações, mas a credibilidade dessa ação reside em assumir a responsabilidade por um caminho de desenvolvimento diferente. Nossa estratégia reconhece que os estados do Sul Global têm responsabilidades de caráter ecossistêmico, mas, a menos que os países ricos compensem suas responsabilidades históricas, o resto do mundo não terá capacidade material de fazer a transição.

Ainda hoje, há uma classe de pessoas anti-imperialistas que argumentam que as mudanças climáticas são uma farsa inventada pelos países imperialistas para retardar o desenvolvimento do Sul Global. Embora seja uma posição marginal, diferentes graus dessa afirmação chegam às abordagens esquerdistas da crise climática. O tema do petróleo nos dá um bom exemplo. A reserva de petróleo bruto da Venezuela é de cerca de

300 bilhões de barris, a maior do mundo, e é comum dizerem que a soberania do país depende dela. O desenvolvimento e as exportações de petróleo podem garantir grande fluxo de capital estrangeiro que apoie investimentos em serviços públicos e infraestrutura, como se experimentou nos melhores anos da presidência de Hugo Chávez. No entanto, num cenário de capitalismo dependente, a Venezuela não pode se tornar um produtor de petróleo autossuficiente. Faltam a infraestrutura e os recursos subsidiários necessários para o refinamento do petróleo, e o país também é alvo de intervenções estrangeiras que ajudam a soberania local, e de sanções brutais que desestabilizam a economia e pioram o padrão de vida para criar uma crise permanente. Mas mesmo que os socialistas venezuelanos tivessem tudo o que precisassem para usar todas as suas reservas de petróleo, a tão desejada soberania ainda seria impossível. O nível de emissões tornaria o planeta inabitável, e não há soberania sem vida. A única coisa que restaria seriam forças eco-apartheid e ecofascistas, alinhadas com corporações, tirando vantagem do sucateamento da Terra e condenando a maioria dos seres humanos a lutar de maneira precária por sua sobrevivência.

Cortar as emissões de combustíveis fósseis em escala global não é uma escolha, mas uma necessidade. Diferentes adaptações devem ser feitas de acordo com os níveis de desenvolvimento, para que os países periféricos não sejam muito pena-

lizados. No entanto, a expansão da produção de combustível venezuelano certamente vai depender das vendas para os mesmos países do Norte Global que devem eliminar gradualmente a dependência energética do petróleo. A necessidade da transição ecológica significa que a Venezuela também não poderia contar com o mercado do Sul Global. A vantagem é que os países que ficaram à margem do desenvolvimento não precisam passar por um estágio linear de maior dependência de petróleo, carvão e gás natural. Dar acesso à eletricidade pela primeira vez para comunidades pobres pode ser um movimento mais limpo, indo direto da completa falta de fornecimento de energia para a implementação de uma rede elétrica renovável de fontes mistas – levando em consideração os impactos ecológicos e comunitários. O estágio de combustível fóssil não é necessário, desde que haja em nossa estratégia uma estrutura de reparações focada na democracia energética. Um país subdesenvolvido não pode ter os combustíveis fósseis como o elemento central no planejamento de sua soberania, pois a posse desse recurso o torna um alvo, seu nível de desenvolvimento no presente não é um simples produto do destino, mas algo mantido pela economia política internacional, e o resto do mundo, incluindo esse mesmo país, têm a necessidade de eliminar gradualmente a dependência de combustíveis fósseis. Um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis dentro de uma estrutura de transição justa pode ajudar a gerenciar esse processo de forma justa entre os países.

Os estados do Sul Global têm responsabilidades de caráter ecossistêmico, mas, a menos que os países ricos compensem suas responsabilidades históricas, o resto do mundo não terá capacidade material de fazer a transição.

FAZER O INTERNACIONALISMO SUSTENTÁVEL

Nossa estratégia exige uma reformulação da soberania em termos de sustentabilidade radical. A transição energética por si só nos dá tempo e, se for focada em atender primeiro às necessidades básicas, também contribui para organizar os esforços em torno de serviços públicos, moradia, planejamento comunitário, impacto tecnológico e um paradigma de mineração pós-extrativista. A transição ecológica será diferente em cada país, de acordo com as dívidas históricas, mas deve ser combinada com planejamento comercial e desenvolvimento para melhorar o cuidado para com as responsabilidades ecossistêmicas. A história nos ensinou que os países poderosos não vão submeter voluntariamente seus interesses econômicos a um bem maior. O imperialismo ecológico dos recursos naturais anda de mãos dadas com o imperialismo político-militar e contribui para a extinção e a barbárie. Os programas de transição ecológica requerem a participação dos trabalhadores, para que alinhem seus interesses nas nações mais ricas e nas mais pobres – preenchendo lacunas – e fazendo pressão comum sobre governos e instituições internacionais. O uso de energia na OCDE e nos demais países europeus é quase dez vezes maior do que nos países em desenvolvimento. Apesar de os ajustes na eficiência reduzirem essa lacuna, os padrões de consumo e o estilo de vida das sociedades mais ricas também devem mudar. O mundo desenvolvido também é cheio de desigualdade, e muitos trabalhadores não compartilham o que Ulrich Brand e Markus Wissen chamam de modo de vida imperial. Esse modo de vida exerce grande pressão ecológica sobre o planeta Terra e está ligado ao extrativismo industrial que impacta as comunidades do norte e transforma regiões inteiras do sul em zonas de sacrifício. Como uma demanda desajustada por recursos minerais usados para alimentar o apetite capitalista e sustentar um modo de vida que promete carros grandes, casas grandes, muita carne e viagens aéreas baratas também é problemática, mesmo que alimentada por energias renováveis, nossa estratégia também implica decrescimento desigual e combinado.

O “decrescimento seletivo” diz respeito a setores econômicos, fronteiras e território. Algumas regiões precisarão de um nível muito mais alto de investimento para que as pessoas possam desfrutar de boa alimentação, moradia, transporte e empregos estáveis pela primeira vez. Outras regiões, especialmente em países desenvolvidos, também investirão em setores estratégicos e os desenvolverão, enquanto contam com a redistribuição como um meio para melhorar a vida dos trabalhadores que sofrem com altos custos de vida e empregos ruins por meio de infraestrutura mais inclusiva e conveniente. Isso requer o controle popular dos recursos – um tema atual em México, Bolívia, Chile, Colômbia, entre outros países – e alternativas ao modelo extrativista hegemônico. A luta de classes dentro da política climática se dá, de fato, entre os trabalhadores e o capital,



como Matt Huber coloca, mas isso não deve ser antitético ao entendimento de que trabalhadores e capital são organizados de maneiras muitas vezes contraditórias no Norte Global e no Sul Global, conforme argumentam os autores do decrescimento, ecossocialismo e marxistas da Teoria da Dependência. As contradições político-econômicas muitas vezes confundem os interesses dos trabalhadores em diferentes países, mas reconhecê-las adequadamente nos ajuda a identificar facilmente onde os interesses de classe coincidem. Nossa estratégia só funcionará se nos dedicarmos também à educação política crítica no ambiente de trabalho e na organização de movimentos, para que a práxis transformadora compense a influência da ideologia capitalista.

É possível reconhecer a existência de um modo de vida imperial bem como a sua distribuição desigual. Às vezes, a imagem de um Norte Global e de um Sul Global acaba atrapalhando, por sugerirem linhas geográficas em vez de padrões históricos de produção e distribuição de recursos, incluindo mão de obra. Os trabalhadores da indústria automotiva na Alemanha e no Brasil vivem realidades diferentes de infraestrutura, salários, direitos e geopolítica. No entanto, em suas respectivas sociedades, eles estão sujeitos a antagonismos de classe semelhantes e enfrentam os mesmos desafios.

A transição ecológica precisa fazer sentido para os trabalhadores em todos os lugares, garantindo uma troca de ideias internacional sobre

proporções e qualidade. O imperativo usual para o crescimento econômico nos conduziu a empregos precários e altas taxas de exploração, de modo que uma troca de ideias sobre decrescimento desigual e combinado pode de fato melhorar a demanda por bons empregos verdes que atendam necessidades sociais e o tipo de organização de vida que as comunidades podem desejar caso centralizemos nossa estratégia em estruturas alternativas de suficiência, solidariedade e justiça, como sugerido por Bengi Akbulut.

A classe trabalhadora global terá que ajustar as expectativas à transição. Temos que rejeitar as construções ideológicas de uma vida consumista criadas pelo capitalismo e considerar restrições energéticas e materiais em nosso planejamento de uma boa vida. Essas restrições geram conflitos acerca de quem poderia usar certo recurso (e que quantidade poderia usar) – e nem todos eles podem ser resolvidos por incrementos de alta tecnologia. A verdade é que às vezes são as tecnologias mais antigas que podem nos salvar, como mostra a virada para a agroecologia e seu uso mais eficiente do solo e sua contribuição para a redução das emissões. A reforma agrária e um processo justo de demarcação das terras indígenas são pré-condições para que os trabalhadores rurais ganhem com a transição ecológica, e isso ocorrerá através da superação da pobreza e da mudança da forma como alimentamos o mundo. Como não há transição justa sem soberania indí-

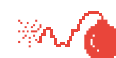
gena, nossa compreensão do que vai para onde – sejam turbinas eólicas ou florestas replantadas – requer o aprimoramento da nossa abordagem dos direitos territoriais e da organização da vida. Os trabalhadores urbanos, independentes da região, ganham com isso e devem coordenar a demanda para que a exploração de recursos não crie uma nova zona de sacrifício nos locais onde a regeneração de alimentos e biomas deve ser prioridade. Também devemos ser honestos e deixar claro que muitos dos empregos prometidos na transição são temporários, vinculados à construção de novas infraestruturas. Superar a obsolescência programada também significa ter uma produção mais eficiente, menos substituições e manutenção menos intensiva. É possível converter alguns empregos dos setores sujos para o limpo, porém outros terão que desaparecer completamente, como os da indústria de armas. Sermos assertivos nesse assunto enriquece a vertente da organização em sindicatos, associações e movimentos sociais em geral, para que nenhum trabalhador fique para trás. Esses cálculos ocorrerão dentro e além das fronteiras, possivelmente muitas vezes ao dia.

O sucesso de nossa estratégia depende da qualidade da construção do movimento internacionalista e de nossa capacidade de planejamento coordenado. A classe trabalhadora é muito diversa, nela incluímos os trabalhadores industriais, e os sindicatos têm um papel importante a desempenhar. Mas também há trabalho informal. De acordo com a

As mulheres tendem a ser as principais lideranças na resistência aos empreendimentos do capital fóssil na regiões em que elas vivem, elas também podem, por meio do movimento feminista, ajudar a construir pontes entre os interesses dos trabalhadores do norte e do sul.

Organização Internacional do Trabalho, havia cerca de 2 bilhões de trabalhadores informais em 2019. Alguns deles correm risco particularmente alto de perda de emprego e problemas de saúde conforme as mudanças climáticas avançam, um exemplo são as pessoas com empregos temporários em fazendas e em atividades de pesca, ou o de 15 a 20 milhões de pessoas que atualmente ganham a vida com reciclagem. Esses empregos também têm caráter climático, e não apenas os empregos em fábricas na produção de painéis solares ou baterias de lítio. As mulheres que fazem o trabalho de cuidado também são fundamentais para esse processo, e não apenas por causa do papel estratégico do setor de cuidado para a melhoria da vida com baixo carbono. As mulheres tendem a ser as principais lideranças na resistência aos empreendimentos do capital fóssil na regiões em que elas vivem, e na demanda por redução da jornada e da dupla jornada de trabalho de seu gênero; elas também podem, por meio do movimento feminista, ajudar a construir pontes entre os interesses dos trabalhadores do norte e do sul. A cooperação entre esses setores é importante para uma verdadeira transição internacionalista justa e também pode fortalecer as campanhas para pressionar os governos para termos os programas de que precisamos. Quanto mais bem-sucedidos eles forem, maior a probabilidade de que bilhões de pessoas se juntem não apenas à classe profissional mais ambientalmente consciente e aos ativistas engajados, mas também aos movimentos sociais nascidos de zonas de sacrifício que se envolveram nas lutas centenárias pela terra, pela água, pelas floresta e por uma boa vida em todo o mundo. Esse movimento internacionalista tem a classe trabalhadora em sua base, em seu desafio contra o capitalismo, já que ele é a fonte de nossa crise atual, mas esse movimento é repleto das várias identidades marginais, daqueles que têm tudo a perder se os combustíveis fósseis ou o ecofascismo não forem detidos.

Por isso, na nossa estratégia, a vertente de construção do movimento sempre tratará de questões urgentes relativas à transição ecológica, mas também deve planejar a ruptura, constatando o caráter absolutamente insustentável da locomotiva capitalista. Nossa estratégia exige que tenhamos uma ousada no presente, orientada pela utopia que pode nos guiar deste século para o próximo, visando a construção de uma sociedade justa e desejável. Nossa estratégia é mais do que sobrevivência. É a própria vida, e uma vida melhor. Isso por si só nos separa dos capitalistas e das tragédias que eles constroem. O longo caminho da transição é cheio de contradições e nos mostrará mais desafios do que o movimento socialista já experimentou até hoje. O tempo é essencial, e não podemos mais desperdiçá-lo, pois a nossa meta é conquistar uma sociedade emancipada e preservá-la por séculos. ←



ACESE O QR CODE E
BAIXE NOSSOS LIVROS



No site da **Fundação Perseu Abramo** você encontra publicações, vídeos, exposições virtuais e muitos outros instrumentos para o debate atual sobre como reconstruir e transformar o Brasil.

FPABRAMO.ORG.BR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Capital cultural

Nem um minuto
a mais





Por uma arte revolucionária independente

Apenas em uma sociedade emancipada e socialista a arte radical pode ser livre.

¶ PODE-SE ALEGAR sem exagero que nunca a civilização humana foi tão ameaçada de perigos como hoje. Os vândalos, com o auxílio de seus recursos bárbaros, isto é, bastante precários, destruíram a civilização antiga em um canto restrito da Europa. Atualmente, é toda a civilização mundial, na unidade de seu destino histórico, que cambaleia sob a ameaça de forças reacionárias armadas com toda a técnica moderna. Não temos em vista apenas a guerra que se aproxima. Agora mesmo, em tempos de paz, a situação da ciência e da arte se tornou absolutamente intolerável.

Naquilo que ela conserva de individual em sua gênese, naquilo que ela aplica de qualidades subjetivas para obter um fato que implica um enriquecimento objetivo, uma descoberta filosófica, sociológica, científica ou artística aparece como fruto de um *acaso* precioso, isto é, como uma manifestação mais ou menos espontânea da *necessidade*. Não se

deve ignorar tal contribuição, tanto do ponto de vista do conhecimento geral (que tende a que se prossiga à interpretação do mundo), como do ponto de vista revolucionário (que, para chegar à transformação do mundo, exige que se tenha uma ideia exata das leis que regem seu movimento). Mais particularmente, não se deve perder o interesse pelas condições mentais nas quais essa contribuição continua a se produzir, e, por isso, não se pode descuidar de que seja garantido o respeito pelas leis específicas às quais se liga a criação intelectual.

Hoje o mundo atual nos obriga a constatar a violação cada vez mais geral dessas leis, violação à qual corresponde necessariamente um aviltamento cada vez mais manifesto, não apenas da obra de arte, mas também da personalidade “artística”. O fascismo hitlerista, depois de ter eliminado da Alemanha todos os artistas que exprimiam em alguma medida o amor pela liberdade, mesmo que apenas formal, limitou

aqueles que podiam ainda consentir em usar a pena ou o pincel a se tornarem lacaios do regime e a celebrá-lo mediante ordens, nos limites exteriores do pior convencionalismo. Com exceção da publicidade, ocorreu o mesmo na URSS ao longo do período da furiosa reação que agora chegou ao seu apogeu.

Nem é preciso dizer que não compartilhamos em nenhum momento, qualquer que seja seu êxito atual, com a palavra de ordem “Nem fascismo, nem comunismo!”, que corresponde à natureza do filisteu conservador e assustado, agarrado aos vestígios do passado “democrático”. A verdadeira arte, isto é, aquela que não se contenta com variações a partir de modelos prontos, mas que se esforça para dar uma expressão às necessidades internas do homem e da humanidade de hoje em dia, não pode não ser revolucionária, ou seja, não pode não aspirar a uma reconstrução completa e radical da sociedade, mesmo que seja apenas para

POUR UN ART RÉVOLUTIONNAIRE INDÉPENDANT

On peut prétendre sans exagération que jamais la civilisation humaine n'a été menacée de tant de dangers qu'aujourd'hui. Les vandales, à l'aide de leurs moyens barbares, c'est-à-dire fort précaires, détruisirent la civilisation antique dans un coin limité de l'Europe. Actuellement, c'est toute la civilisation mondiale, dans l'unité de son destin historique, qui chancelle sous la menace de forces réactionnaires armées de toute la technique moderne. Nous n'avons pas seulement en vue la guerre qui s'approche. Dès maintenant, en temps de paix, la situation de la science et de l'art est devenue absolument intolérable.

En ce qu'elle garde d'individuel dans sa genèse, en ce qu'elle met en œuvre de qualités subjectives pour dégager un certain fait qui entraîne un enrichissement objectif, une découverte philosophique, sociologique, scientifique ou artistique apparaît comme le fruit d'un hasard précieux, c'est-à-dire comme une manifestation plus ou moins spontanée de la nécessité. On ne saurait négliger un tel apport, tant du point de vue de la connaissance générale (qui tend à ce que se poursuive l'interprétation du monde) que du point de vue révolutionnaire (qui, pour parvenir à la transformation du monde, exige qu'on se fasse une idée exacte des lois qui régissent son mouvement). Plus particulièrement, on ne saurait se désintéresser des conditions mentales dans lesquelles cet apport continue à se produire et, pour cela, ne pas veiller à ce que soit garanti le respect des lois spécifiques auxquelles est astreinte la création intellectuelle.

Or le monde actuel nous oblige à constater la violation de plus en plus générale de ces lois, violation à laquelle répond nécessairement un avilissement de plus en plus manifeste, non seulement de l'œuvre d'art, mais encore de la personnalité « artistique ». Le fascisme hitlérien, après avoir éliminé d'Allemagne tous les artistes chez qui s'était exprimé à quelque degré l'amour de la liberté, ne fit ce que formelle, il astreint ceux qui pouvaient encore consentir à tenir une plume ou un pinceau à se faire les valets du régime et à le célébrer par ordre, dans les limites extérieures de la pire convention. A la publicité près, il en a été de même en U. R. S. S. au cours de la période de furieuse réaction que voici parvenue à son apogée.

Il va sans dire que nous ne nous solidarisons pas un instant, quelle que soit sa fortune actuelle, avec le mot d'ordre : « Ni fascisme ni communisme ! », qui répond à la nature du philistin conservateur et effrayé, s'accrochant aux vestiges du passé « démocratique ». L'art véritable, c'est-à-dire celui qui ne se contente pas de variations sur des modèles tout faits mais s'efforce de donner une expression aux besoins intérieurs de l'homme et de l'humanité d'aujourd'hui, ne peut pas ne pas être révolutionnaire, c'est-à-dire ne pas aspirer à une reconstruction complète et radicale de la





libertar a criação intelectual dos grilhões que a entravam e para permitir a toda a humanidade se elevar às alturas que só os gênios isolados atingiam no passado. Ao mesmo tempo, reconhecemos que apenas a revolução social pode abrir o caminho para uma nova cultura. Se, no entanto, recusamos qualquer solidariedade à casta atualmente dirigente da URSS, é justamente porque ao nosso ver essa casta não representa o comunismo, mas é seu inimigo mais pérfido e mais perigoso.

Sob influência do regime totalitário da URSS e por intermédio dos organismos ditos “culturais” que a URSS controla em outros países, expandiu-se sobre o mundo inteiro um profundo crepúsculo hostil à emergência de qualquer espécie de valor espiritual. Crepúsculo de lama e sangue no qual, disfarçados de intelectuais e de artistas, chafurdam homens que fizeram do servilismo um trampolim, da negação dos próprios princípios um jogo perverso, do falso testemunho venal um hábito e da apologia do crime um prazer. A arte oficial da época stalinista reflete com uma crueldade sem igual na história seus esforços ridículos para disfarçar e mascarar seu verdadeiro papel mercenário.

A surda reprovação que suscita no mundo artístico essa negação descarada de princípios aos quais a arte sempre obedeceu, e que nem os Estados fundados sobre a escravidão ousam contestar tão totalmente, deve dar lugar a uma condenação implacável. A *oposição* artística é hoje em dia uma das forças que

podem contribuir de modo útil para o descrédito e para a ruína de regimes sob os quais se degradam, ao mesmo tempo, o direito da classe explorada de aspirar a um mundo melhor e todo sentimento da grandeza e até mesmo da dignidade humanas.

A revolução comunista não tem medo da arte. Ela sabe que, ao fim das pesquisas que ainda venham a ser feitas sobre a formação da vocação artística na sociedade capitalista que desmorona, a determinação dessa vocação só pode ser resultado de uma colisão entre o homem e um certo número de formas sociais que lhe são adversas. Essa única conjuntura, exceto pelo grau de consciência que falta adquirir, faz do artista seu aliado predisposto. O mecanismo de *sublimação*, que intervém nesses casos, e que a psicanálise pôs em evidência, tem por objetivo restabelecer o equilíbrio rompido entre o “eu” coerente e os elementos reprimidos. Esse restabelecimento se opera em benefício do “ideal do eu” que ergue contra a realidade presente, insuportável, as potências do mundo interior, do “si”, *comuns a todos os homens* e constantemente em vias de se desenvolver no porvir. À necessidade da emancipação do espírito basta seguir seu curso natural para ser levada a se fundir e se revitalizar nessa necessidade primordial: a necessidade da emancipação do homem.

Daí se segue que a arte não pode consentir sem se degradar a se dobrar a nenhuma diretiva estranha e vir docilmente a cumprir funções que alguns acreditam poder lhe conferir, com fins pragmáticos, extre-

Daí se segue que a arte não pode consentir sem se degradar a se dobrar a nenhuma diretiva estranha e vir docilmente a cumprir funções que alguns acreditam poder lhe conferir.

mamente limitados. Melhor confiar no dom de prefiguração que é apatrimônio de todo artista autêntico, que implica um começo de resolução (virtual) das contradições mais graves de sua época e orienta o pensamento de seus contemporâneos no sentido da urgência de se estabelecer uma ordem nova.

A ideia que o jovem Marx fazia do papel do escritor exige, nos nossos dias, uma retomada vigorosa. É claro que essa ideia deve se estender, no plano artístico e científico, às diversas categorias de produtores e de pesquisadores. “O escritor”, dizia ele, “deve naturalmente ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas não deve de maneira nenhuma viver e escrever para ganhar dinheiro... O escritor não considera de forma alguma seu trabalho como um *meio*. Seus escritos são *fins em si mesmos*, tampouco são um meio para ele mesmo e para os outros que ele sacrifica a própria existência à existência desses escritos se necessário... *A primeira condição da liberdade de imprensa é que ela não seja um ofício*”. Mais do que nunca a circunstância exige brandir essa declaração contra aqueles que pretendem submeter a atividade intelectual a fins exteriores a ela mesma e, desprezando todas as determinações históricas que lhe são próprias, regulamentar, em função de supostas razões de Estado, os temas da arte. A livre escolha desses temas e a não-restrição absoluta naquilo que concerne ao campo de sua exploração constituem para o artista um bem que ele tem direito de reivindicar como inalienável. Em

matéria de criação artística, importa essencialmente que a imaginação escape a qualquer limitação, que não se deixe sob nenhum pretexto submeter à imposição da linha de produção. Àqueles que nos pressionarem, seja para hoje ou para amanhã, a consentir que a arte seja submetida a uma disciplina que consideramos radicalmente incompatível com seus recursos, opomos uma recusa inapelável e nossa vontade deliberada de persistir com a fórmula: *tudo é permitido em arte*.

Reconhecemos, evidentemente, ao Estado revolucionário o direito de se defender contra a agressiva reação burguesa, ainda que ela se cubra com a bandeira da ciência ou da arte. Mas entre essas medidas impostas e temporárias de autodefesa revolucionária e a pretensão de exercer um comando sobre a criação social da sociedade, existe um abismo. Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais, a revolução é obrigada a erigir um regime *socialista* de planificação centralizada, para a criação intelectual ela deve desde o início estabelecer e garantir um regime *anarquista* de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma restrição, nem o menor vestígio de comando! As diversas associações de estudiosos e os grupos coletivos de artistas que trabalharão para resolver tarefas nunca antes tão grandiosas podem surgir e realizar um trabalho fecundo unicamente com base em uma amizade criativa livre, sem a menor restrição externa.

Do que acabou de ser dito decorre claramente que ao defender a liber-

dade da criação, não pretendemos de forma alguma justificar o indiferentismo político e que estamos longe de pensar em querer ressuscitar uma arte, por assim dizer, “pura”, que geralmente serve aos objetivos mais do que impuros da reação. Não, nós temos um altíssimo conceito da função da arte para lhe recusar uma influência sobre o destino da sociedade. Consideramos que a tarefa suprema da arte na nossa época é participar consciente e ativamente na preparação da revolução. No entanto, o artista só pode servir à luta emancipadora se estiver penetrado subjetivamente por seu conteúdo social e individual, se fez passar o sentido e o drama dessa luta em seus nervos, e se ele busca livremente dar uma encarnação artística a seu mundo interior.

No período presente, caracterizado pela agonia do capitalismo, tanto o democrático quanto o fascista, o artista, mesmo sem ter necessidade de dar à sua dissidência social uma forma manifesta, se vê ameaçado da privação do direito de viver e de continuar sua obra pela supressão desta de todos os meios de difusão. É natural que ele se volte então para organizações stalinistas que lhe oferecem a possibilidade de escapar de seu isolamento. Mas a renúncia de sua parte de tudo aquilo que pode constituir sua mensagem própria e as concessões terrivelmente degradantes que essas organizações exigem dele em troca de certas vantagens materiais lhe impedem de se manter nessas organizações, ainda que a desmoralização seja incapaz de derrotar





seu caráter. É preciso, a partir desse instante, que ele compreenda que seu lugar não é ali, não entre aqueles que traem a causa da revolução e ao mesmo tempo, necessariamente, a causa da humanidade, mas entre aqueles que testemunham sua fidelidade inabalável aos princípios dessa revolução, entre aqueles que, por isso mesmo, continuam sendo os únicos qualificados para ajudar a revolução a se realizar e para garantir com a revolução a livre expressão posterior de todos os modos do gênio humano.

O objetivo do presente apelo é encontrar um terreno para reunir os defensores revolucionários da arte, para servir à revolução pelos métodos da arte e defender a liberdade da arte em si contra os usurpadores da revolução. Estamos profundamente convencidos de que o encontro nesse terreno é possível para representantes de tendências estéticas, filosóficas e políticas razoavelmente divergentes. Os marxistas podem marchar aqui de mãos dadas com os anarquistas, com a condição de que ambos rompam implacavelmente com o espírito policialesco reacionário, seja este representado por Josef Stálin ou por seu vassalo García Oliver.

Milhares e milhares de pensadores e de artistas isolados, cuja voz está coberta pelo tumulto odioso dos falsificadores arregimentados, estão atualmente dispersos pelo mundo. Numerosas pequenas revistas locais tentam agrupar em torno de si forças jovens, que buscam caminhos novos, e não subvenções. Toda tendência progressista em arte é estigmatizada pelo fascismo como uma degenera-

ção. Toda criação livre é declarada fascista pelos stalinistas. A arte revolucionária independente deve se reunir para a luta contra as perseguições reacionárias e proclamar em voz alta seu direito à existência. Tal reunião é o objetivo da *Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente* (F.I.A.R.I.) que julgamos necessário criar.

Não temos nenhuma intenção de impor qualquer ideia contida neste apelo, que só consideramos um primeiro passo no novo caminho. A todas as representações da arte, a todos os seus amigos e defensores que não podem deixar de compreender a necessidade do presente apelo, pedimos que elevem a voz imediatamente. Dirigimos a mesma intimação a todas as publicações independentes de esquerda que estão prontas para participar da criação da Federação Internacional e do exame de suas tarefas e seus métodos de ação.

Assim que um primeiro contato internacional tiver sido estabelecido pela imprensa e por correspondência, passaremos à organização de modestos congressos locais e nacionais. Na etapa seguinte, deveremos realizar um congresso mundial que consagrará oficialmente a fundação da Federação Internacional.

Eis o que nós queremos:

*a independência da arte –
para a revolução:
a revolução – para a libertação
definitiva da arte.*

André Breton, Diego Rivera.
México, 25 de julho de 1938. ←

O objetivo do presente apelo é encontrar um terreno para reunir os defensores revolucionários da arte, para servir à revolução pelos métodos da arte e defender a liberdade da arte em si contra os usurpadores da revolução.

qualifiés pour l'aider à s'accomplir et pour assurer par elle la libre expression ultérieure de tous les modes du génie humain.

Le but du présent appel est de trouver un terrain pour réunir les tenants révolutionnaires de l'art, pour servir la révolution par les méthodes de l'art et défendre la liberté de l'art elle-même contre les usurpateurs de la révolution. Nous sommes profondément convaincus que la rencontre sur ce terrain est possible pour les représentants de tendances esthétiques, philosophiques et politiques passablement divergentes. Les marxistes peuvent s'allier au moins à l'origine avec les anarchistes, à condition que les uns ne soient pas devenus des bureaucrates et que les autres ne soient pas devenus des policiers réactionnaires, qu'ils soient ou non, comme le dit le poète, le vassal Garcia Oliver.

Des milieux professionnels isolés, dont la voix est couverte par le tonnerre de deux autres voix, sont actuellement dispersés dans le monde. Ils nous envoient des lettres, nous tentent de grouper autour d'elles des forces nouvelles, cherchent en vain des subventions et non des subventions. Toute tendance professionnelle est actuellement considérée comme une dégénérescence. Toute création littéraire ou artistique indépendante doit se révolter contre les tendances réactionnaires et proclamer hautement son indépendance. Le but de la *Fédération internationale des artistes révolutionnaires* (F. I. A. R. I.) que nous jugeons nécessaire de créer.



Nous n'avons nullement l'intention d'imposer aucune des idées contenues dans cet appel, que nous ne considérons nous-mêmes que comme un premier pas dans la nouvelle voie. A tous les représentants de l'art, à tous ses amis et défenseurs qui ne peuvent manquer de comprendre la nécessité du présent appel, nous demandons d'élever la voix immédiatement. Nous adressons la même injonction à toutes les publications indépendantes de gauche qui sont prêtes à prendre part à la création de la Fédération internationale et à l'examen de ses tâches et méthodes d'action.

Lorsqu'un premier contact international aura été établi par la presse et la correspondance, nous procéderons à l'organisation de modestes congrès locaux et nationaux. A l'étape suivante devra se réunir un congrès mondial qui consacrerait officiellement la fondation de la Fédération internationale.

Ce que nous voulons :

*l'indépendance de l'art — pour la révolution ;
la révolution — pour la libération définitive de l'art.*

André BRETON, Diego RIVERA.

Mexico, le 25 juillet 1938.

Adresser les adhésions à :

André Breton, 42, rue Fontaine, Paris, France.



O jogo de Lula

*Futebol, política e luta
de classes no Brasil.*

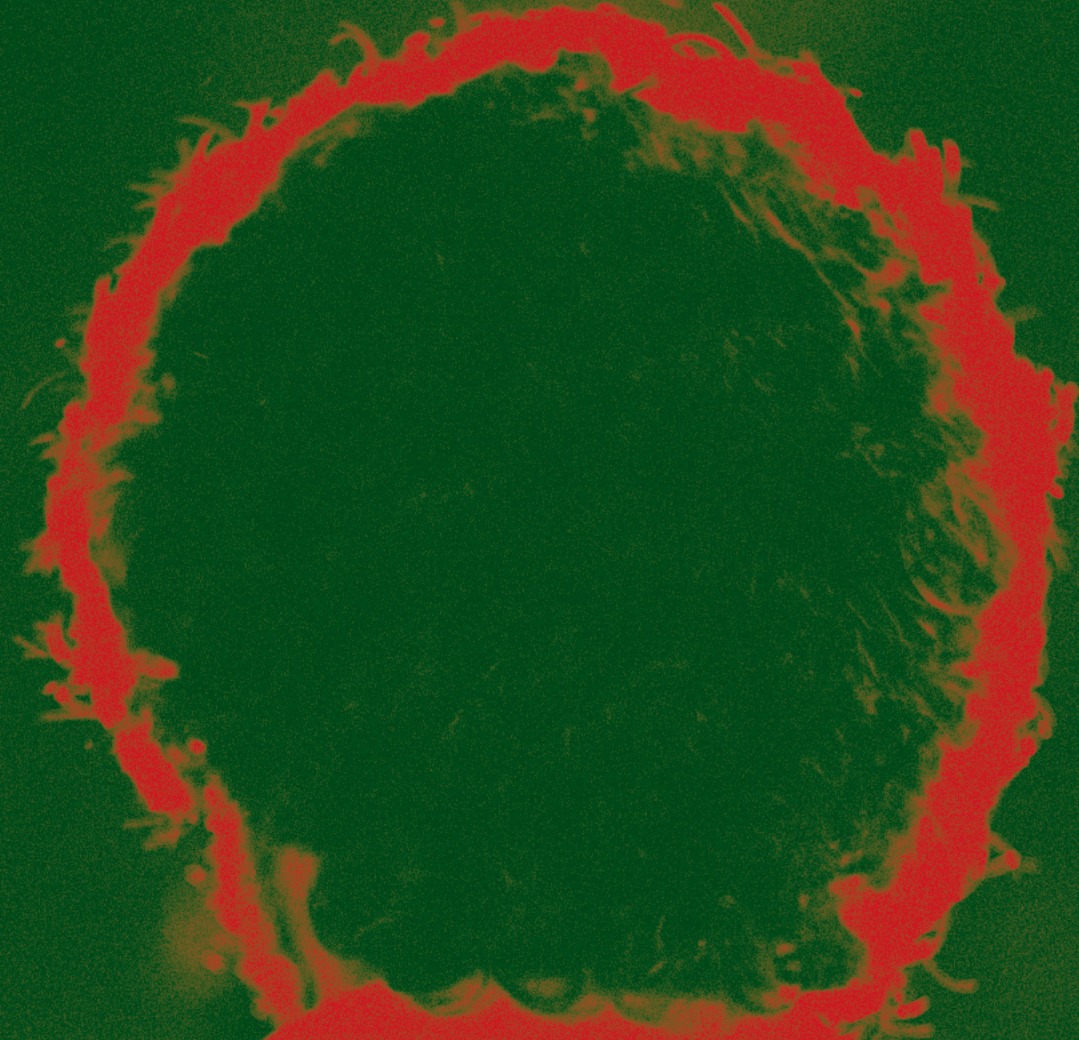
¶ NA TARDE DO DIA 19 de novembro de 1978, estádio do Morumbi, jogavam Guarani e Corinthians pela semifinal do primeiro turno do Campeonato Paulista. O time de Campinas era a sensação do momento. Campeão brasileiro há três meses, time da melhor campanha na fase de grupos e dono de uma seleção comandada por Zenon, Zé Carlos, Bozó, Renato e Capitão. Para a sorte do time do Parque São Jorge, Careca não foi a campo por estar contundido. Do outro lado, Sócrates, Zé Maria, Wladimir, Biro-Biro, Vaguinho, Palinha e Basílio. Craques que marcariam época no campo e, alguns deles anos mais tarde, na luta pela democracia. Num jogo recheado de emoções, o Corinthians abriu 2x0 no placar e viu o Guarani empatar nos minutos finais do tempo regulamentar. A definição só viria a 2 minutos do fim da prorrogação. Palhinha foi derrubado na

área. Pênalti. Zé Maria correu para a marca da cal, deslocou Neneca e a bola estufou as redes lá no alto. 3x2, vitória do Timão.

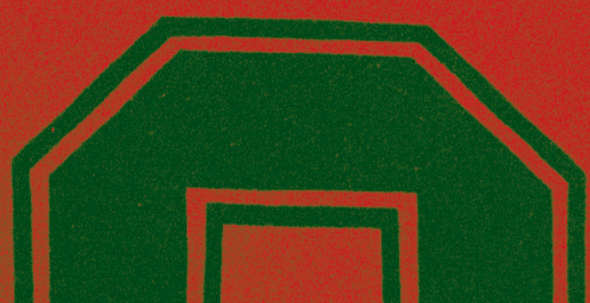
83.419 pessoas acompanhavam eletrizadas na arquibancada o que se passava em campo. Entre elas, Lula e seus amigos Devanir, Janjão e Alemão. Diante daquela atmosfera catártica, em êxtase com o delírio pulsante da multidão, o futuro presidente da República profetizou: “Putá merda, Alemão! No dia em que fizermos uma assembleia com metade dessa gentarada, viramos o Brasil de ponta-cabeça”. Menos de 4 meses depois, dia 13 de março de 1979, no centro do gramado da Vila Euclides em São Bernardo do Campo, sem microfone e sobre um conjunto de mesas improvisadas, Lula discursaria para 40 mil trabalhadores. Estava inaugurado o ciclo de dezoito assembleias no estádio, das quais doze contariam com um

público superior a 50 mil pessoas. A maior delas, em resposta às prisões de Lula e outras lideranças sindicais, contou com 150 mil. Era um ponto de virada na luta da classe trabalhadora, estilhaçada pela repressão da ditadura; na história de Lula, pois suas performances de craque na Vila Euclides o transformariam em figura de transcendência nacional; e nas Greves do ABC, alçadas ao palco principal do processo de redemocratização.

Naquela tarde de Morumbi lotado de gente, o gênio de Lula traçava o campo do embate entre sindicalismo e patrões. Num contexto de sufocamento dos espaços públicos pelos militares, era melhor jogar em casa, num local ao qual os trabalhadores estavam habituados. Nada melhor que um estádio de futebol. Dentro das quatro linhas, seriam definidos não só os rumos das paralizações, mas o destino Brasil. Anos



DIA 15 VOTE





mais tarde, a relação entre Lula e futebol seria amplamente conhecida pelas metáforas esportivas para falar de política. Tidas como anedóticas, vulgares, despolitizantes ou, para certos iluminados, uma amostra do rebaixamento de projeto e da ausência de consciência política do presidente, estas metáforas talvez revelem justamente o oposto. Assim como a escolha da Vila Euclides para ser o tablado das Greves do ABC, os vínculos do presidente com o futebol apontam para uma sagaz, popular e singular compreensão da luta de classes no Brasil.

DRIBLANDO À BRASILEIRA

O drible é o grande elemento distintivo do futebol brasileiro. Sua essência é encontrar saídas onde não há espaços. Com astúcia e destreza, ele surge na encruzilhada entre habilidade, espontaneidade e limites impostos pela circunstância. O pé passando sobre a bola, o fingir ir para um lado e sair pelo outro, o breque brusco, a pedalada, o elástico, o chapéu. Infinitas formas de ludibriar, quebrar linhas de defesa e desorganizar o esquema tático do adversário. Contra a rigidez do jogo, a finta é um elemento desestabilizador capaz de decidir jogos. Essa arte boleira foi decisivamente revelada para o mundo na Copa de 1938, quando o escrete canarinho,

liderado por Leônidas da Silva, ficou conhecido pela imprensa francesa como malabarista e acrobata. Isso talvez porque os europeus desconhecessem o Brasil, pois na verdade os jogadores não eram acrobatas e malabaristas, mas sim sambistas.

O filósofo Renato Nogueira argumenta que o drible no futebol é uma invenção da população negra. Diante do racismo aberto que imperava no início da popularização do esporte no país, os juízes apitavam de acordo com a cor do jogador. Se negro, não podia fazer nada que a falta era assinalada. Se branco, permitia-se até bater. Assim, o drible nasceu como “uma transposição dos passes e ginga do samba para o interior das quatro linhas”. Era estratégia utilizada para superar os marcadores brancos e, especialmente, as regras de exclusão social que conformam o jogo.

O drible é o miudinho do samba. É também, ensina Nogueira, o *dibo*, do kikongo, que significa dançar com as palavras. Essa manipulação da língua falada é central na tradição da resistência subalterna no Brasil, pois a raiz escravocrata gerou uma sociedade na qual os de baixo não são vistos como interlocutores legítimos pelos de cima. Fora da patronagem e das hierarquias naturalizadas, não há espaço para uma comunidade de cidadãos. Dessa forma, reivindicações de direitos em pé de igualdade têm como resposta a violência auto-

Os vínculos do presidente com o futebol apontam para uma sagaz, popular e singular compreensão da luta de classes no Brasil.

ritária da classe dominante. Assim, desde os tempos da Casa-Grande, os trabalhadores tiveram que adotar táticas de luta atravessadas pela camuflagem, dissimulação e disfarce. Uma política da visibilidade-invisibilidade, diria Nohora Fernández. No contexto de repressão absoluta, era necessário ter a sabedoria de que, na grande maioria das circunstâncias, bater de frente abertamente era se expor à mais visceral brutalidade da classe dominante.

Nesta luta de classes constituída por mecanismos implícitos, difusos e ocultos de resistência o esconde-rijo se fez não só nos campos e nas cidades, mas também nas palavras, introduzindo-se na nossa língua falada. Dizer por meio do não-dito, circularidade e espirituosidade, cadência rítmica e modulações faceiras na entonação, inversões ao aceitar ou ao recusar uma ordem, ironia, palavreado gíngado e malemolente de idas e vindas até chegar no ponto, zoação e comicidade ácida, frases e risadas desautorizadoras, duplo sentido, elogio que esconde um ataque feroz, apologia que se confunde com crítica, ambiguidade, metáfora mundana recheada de múltiplos sentidos, o samba que entra macio nos ouvidos falando de desilusões amorosas para entregar, também, denúncia social. Na ponta da língua, carregamos séculos de construção cifrada da resistência. A capacidade de se comunicar sem se

comprometer, se autodenunciar e colocar um alvo nas costas. Diante da rigidez vertical e excludente do espaço público, a dança das palavras é forma de afirmar – ainda que ocultamente – convicções e interesses. O drible nasceu como adaptação e atualização dessa tradição forjada na fresta entre negociação e conflito.

No âmbito nacional, essa tradição talvez tenha em Lula o seu herdeiro mais influente. Desde o início da sua ascensão política, diante de um cenário no qual a Ditadura havia fechado os canais de reivindicação dos trabalhadores, aos tempos de Palácio do Planalto, que jamais fizeram com que ele fosse visto como um igual, o presidente fez do drible estratégia política. Avançar conquistas sociais despressurizando o antagonismo direto; utilizar a criatividade para provocar fissuras em favor dos setores populares; transformar e melhorar o destino de milhões sem uma batalha a céu aberto, seja por saber das estruturais circunstâncias desfavoráveis, seja por temer o custo que tal enfrentamento levaria justamente aos trabalhadores; reinventar, no sentido Sul-Sul, a geopolítica internacional esgueirando-se do fervor imperialista; e (por que não?) crer e se valer sabiamente do acaso quando ele surge, pois, nas encruzadas brasileiras, todo esquematismo é frágil. Com maior ou menor sucesso, finitas políticas baseadas numa astuta

compreensão do lugar do Brasil na história e no mundo.

Nesta relação Lula e futebol, a facilidade de mobilização metafórica do esporte revela também o compromisso de massificação – de fazer visível o que estava invisível. O léxico boleiro realiza um duplo movimento: insere sutilmente a cultura popular no estreito palco principal da democracia brasileira, tão acostumado somente ao esnobismo dos ternos e gravadas ou à truculência das fardas e coturnos; e, desse palco, codifica uma mensagem, que na forma e no conteúdo, carrega uma distintividade subalterna. No que para alguns parece prosaico, na verdade trata-se de circular um imaginário no qual a Praça dos Três Poderes mimetiza a ética das conversas do chão de fábrica ou de mesa de bar, para ficar nos lugares que Lula sempre gosta de recordar. Como um drible que desgasta o esquema tático da exclusão, a metáfora futebolística carrega um programa político de aproximação da classe trabalhadora dos espaços de tomada de decisão. Encarna, também, a crença na convergência de interesses em favor dos mais vulneráveis. Pois como lampejos de um camisa 10 que parecem surgidos em síntese com o estádio lotado, Lula sabe que só é possível revirar este país em compasso com as paixões e dramas da vasta maioria de sua população. ←





Um marxista impenitente e sem repouso

Uma conversa com José Paulo Netto.

¶ AINDA NO INÍCIO DOS ANOS DE 1990, perguntado sobre os “acadêmicos de esquerda”, o ilustre sociólogo socialista Florestan Fernandes destacava que poucos realmente tinham amplo conhecimento da obra de Karl Marx. Para Florestan, José Paulo Netto, então com 42 anos de idade, seria (ao lado de Jacob Gorender e Octávio Ianni) um dos poucos conhecedores no Brasil da obra de Marx em sua totalidade.

Nascido em 1947 na cidade de Juiz de Fora-MG, José Paulo Netto foi parte da geração de ouro de intelectuais pecebistas que renovaram os debates teóricos, políticos e estratégicos da esquerda brasileira após a década de 1950. Ainda em um contexto de guerra fria, acirramento das lutas sociais no Brasil, crises, debates e cisões no movimento comunista internacional, os então jovens intelectuais

militantes como Leandro Konder, Carlos Nelson e José Paulo Netto se notabilizaram por analisar o capitalismo maduro e a formação social brasileira por meio da influência de autores marxistas na época ainda pouco conhecidos no Brasil, como Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács.

São cinco décadas de incansável trabalho intelectual. Para Marcelo Braz, professor da UFRN e organizador do livro *José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso* (2017), o trabalho intelectual de JPN se caracteriza por ser “precoce, não acadêmico, produtivo e multifacetado e militante.” Filho de um letrado contabilista conservador e de uma mulher ativa, progressista e sensível às causas populares, JPN, desde a infância, teve contato com a classe operária de Juiz de Fora. Aos 13 anos de idade, recebeu de presente

O manifesto comunista (1848) de um barbeiro comunista.

Em 1963 ingressou no partido político que seria o de toda sua vida, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante os anos de 1980, foi membro do comitê central e editorialista do semanário *Voz da Unidade*. No exílio, estreitou laços políticos e de camaradagem com personalidades do Movimento Democrático Português (MDP) e do Partido Comunista Português (PCP). De volta ao Brasil, tornou-se uma das principais figuras teóricas do Serviço Social na América Latina. Docente por mais de três décadas, lecionou em diversas universidades brasileiras e no exterior, finalmente agraciado com o título de professor emérito da UFRJ.

Em 2020, JPN lançou sua biografia de Karl Marx, publicada pela editora Boitempo, tida como uma das



mais completas. De perfil discreto, avesso a personalismos e modismos, após dezenas de livros publicados e centenas de artigos, se mantém ainda extremamente produtivo e se esforça para contribuir para a renovação geracional da esquerda brasileira. Sem alarde, esse compromisso é visto em sua relação com os estudantes e movimentos populares. Além do PCB, JPN possui uma antiga amizade com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e participa de cursos, palestras e encontros do movimento.

JPN engajou-se diretamente em diversos debates políticos e estratégicos da esquerda brasileira. No início da década de 1980, influenciou, ao lado de Giocondo Dias, para a elaboração do documento partidário “Alternativa Democrática para a crise”. Nesse contexto, desenvolveu sua própria

interpretação sobre o papel da democracia para as estratégias socialistas.

Para ele, a democracia seria um valor estratégico para a construção dos processos revolucionários. A democratização do poder político e econômico seria vital para a superação da exploração e da alienação, e a liberdade um valor axial para o projeto comunista. Sua concepção, evidente, se afasta de apreensões liberais e pós-modernas da democracia, tão presentes hoje nos meios progressistas, mas também de perspectivas instrumentalistas e doutrinárias comuns na chamada “esquerda revolucionária”.

O veterano intelectual comunista respondeu gentilmente a quatro questões que remetem à atualidade da questão democrática para a estratégia socialista. Como de costume, JPN não fugiu às polêmicas, atualizou





parte de suas formulações sem flexibilizar seu núcleo: o compromisso revolucionário e o refinamento teórico do marxismo. Uma entrevista útil para a reflexão militante e um verdadeiro documento histórico sobre o pensamento do velho comunista impenitente e sem repouso.

LUIS E. FERNANDES | Nos anos de 1980 e 1990, o senhor foi um dos protagonistas de um importante debate no seio da esquerda brasileira: a relação entre estratégias revolucionárias e a questão democrática. Em debate com Carlos Nelson Coutinho, defendeu a democracia como um valor estratégico para a transição socialista. Para o atual contexto histórico, você manteria essa formulação?

JOSÉ PAULO NETTO | De 1970 até à morte de Carlos Nelson [setembro de 2012], ligou-nos não apenas uma forte relação de amizade, mas um intenso e contínuo diálogo teórico e político, do qual resultaram inclusive trabalhos comuns. Desta relação, fui o maior beneficiário - um pouco mais velho que eu, a sua experiência intelectual exerceu sobre mim influências extremamente positivas.

Ao longo de quatro décadas, nada nos afastou: nem diferenças teóricas e políticas (nunca tivemos uma concepção fundamentalista da tradição marxista), nem as distâncias no exílio (ele passou mais tempo na Itália, eu em Portugal) obstaculizaram a nossa interlocução. Sequer as nossas distintas opções partidárias, a partir dos anos 1980, afetaram essa exemplar relação. Vivenciamos

nossas divergências com proveito mútuo - e não foram poucas as que tivemos ao largo de tantos anos. Talvez a mais significativa delas foi aquela à que você se refere: a questão da democracia na hipótese de uma transição ao socialismo. Na passagem dos anos 1970 aos 1980, meu amigo aproximou-se da versão italiana do chamado eurocomunismo - não por acaso ele abriu na esquerda brasileira o debate sobre socialismo e democracia (recorde-se o ensaio, logo tornado célebre, “A democracia como valor universal”) com uma formulação devida a Enrico Berlinguer.

Sempre julguei (e continuo a julgar) que os eurocomunistas, em especial os italianos, colocavam problemas pertinentes - entretanto, julguei (e continuo a fazê-lo) que as respostas por eles oferecidas estavam muito aquém da magnitude e da efetividade dos problemas reais e concretos. O meu artigo, referido por você, à época caiu no vazio. Os debates que se desenvolveram aqui foram polarizados por um visível esquematismo: ou se pensava uma concepção de democracia aparentada a noções de extração liberal ou se a tomava numa perspectiva puramente pragmática e oportunista. De minha parte, a distinção entre “democracia método” e “democracia condição social” foi operacionalizada para situar a democracia como indispensável para a emergência e o desenvolvimento de processos revolucionários dirigidos a objetivos socialistas, todavia sem apreendê-la como um “valor universal” abstrato e carente determinações de classe.

Por agora, o desastre resultante do despreparo e da incompetência salta à vista: os atentados perpetrados pela claqué que se instalou no Palácio do Planalto, e não só nele, contra a ordem constitucional e a democracia (entre nós muito restrita mesmo em face da “democracia método”) chegaram a tal ponto que estão erodindo claramente os suportes políticos do governo do capitão.

Relendo hoje o meu velho ensaio, não tenho nenhuma razão ou motivo para colocar em xeque o seu conteúdo substancial. Decerto que a experiência subsequente (mormente as derrotas) do movimento socialista e as transformações ocorrentes no capitalismo me levariam a introduzir modificações, mas nenhuma delas afetaria o núcleo duro da minha argumentação. Mas é evidente que este é um juízo pessoal; cabe a eventuais leitores contemporâneos uma crítica rigorosa daquelas páginas.

LEF - No cenário de crescimento da fascitização e da extrema direita, desmonte de direitos sociais, democráticos e aprofundamento da inserção dependente da economia nacional, como o senhor avalia o futuro da chamada "Nova República" no Brasil? A luta pelo alinhamento entre o aprofundamento da "democracia método" e "democracia como condição social" ainda se mantém atual?

JPN | Em termos teóricos mais amplos, penso que a relação entre "democracia método" e "democracia como condição social", tal como a empreguei no escrito de 1980, permanece central para prospectar a transição socialista. Nesta, como indiquei, caso se careça de uma dupla socialização (socialização do poder político e socialização da economia), as experiências de transição socialista tendem a derivar no bloqueio dos seus objetivos de instaurar uma ordem societária que supere a exploração e a alienação inerentes à sociedade burguesa.

No que toca ao Brasil dos últimos anos, parece-me que o Poder Executivo, comandado pelo capitão que ainda habita o Palácio da Alvorada, conduziu desde 2019 a liquidação do que se chamou "Nova República" - e este não é um juízo de valor, mas de fato. Tal feito me parece resultar do conjunto da "obra" do capitão.

Na base da "Nova República" está a Constituição de 1988, com seus avanços e seus limites. Ora, de 2019 para cá, o capitão conduziu sistematicamente, em todos os níveis e instâncias, um processo de reversão, perversão e/ou neutralização de todas as incidências prático-sociais positivas da Constituição na vida da massa da população. E é claro que não o fez por acaso, ou sozinho: fê-lo com o apoio da sua claque (civil, militar, policial e miliciana), com um Congresso Nacional leniente e cúmplice e escorado na revitalização do histórico conservadorismo da sociedade brasileira, fenômeno a que não foi alheio a degradação política do quadro internacional.

Por agora, o desastre resultante do despreparo e da incompetência salta à vista: os atentados perpetrados pela claque que se instalou no Palácio do Planalto, e não só nele, contra a ordem constitucional e a democracia (entre nós muito restrita mesmo em face da "democracia método") chegaram a tal ponto que estão erodindo claramente os suportes políticos do governo do capitão. Importantes segmentos burgueses começam a se descolar do bloco de apoio ao candidato a Führer. Mas este afastamento é limitado tão somente ao





plano estritamente político-formal, uma vez que a orientação macroeconômica de Paulo Guedes e sua trupe não é posta em questão pelos majoritários setores da burguesia - o que lhes desagrada é a inépcia da condução neoliberal das “reformas” por Guedes (veja-se o congelamento das “reformas” tributária e fiscal). Mas as contradições que emergem agora à luz do dia favorecem as forças que pretendem derrotar, na eleição de outubro, as pretensões fascistas do capitão. Algo está se movendo: se a base eleitoral do capitão não apresenta fraturas significativas, a sua base social estreita-se flagrantemente.

Não me parece que um golpe intentado pelo capitão tenha viabilidade de êxito; se o tiver, mesmo que de pouca duração, será uma tragédia para a massa do povo - afundaremos na barbárie. E se derrotado o candidato a Führer, o governo que o suceder terá pela frente tarefas de reconstrução político-econômica de tamanha magnitude que os quadros institucionais da “Nova República” se revelarão insuficientes, demasiado estreitos. Logo se vê que uma vitória democrática nas próximas eleições (e não se esqueça a necessidade de ela também se expressar no plano do Legislativo, sem o que a reconstrução política será travada) é um passo necessário, mas insuficiente, para abrir a via a um futuro democrático imediato.

LEF | Diante dos desgastes e até crises de experiências socialistas, sociais-democratas e progressistas, a questão democrática passou a ser superdimensionada

(sob um viés liberal) ou totalmente descartada no seio das esquerdas. Como atualizar essas reflexões numa perspectiva revolucionária?

JPN | Também penso (aliás, escrevi sobre isto) que a crise terminal do que se chamou de “socialismo real”, sinalizada pela queda do muro em 1989, bem como a capitulação geral da social-democracia, convertida em mera gestora da ordem do capital, afetou o debate da relação entre democracia e socialismo no interior da esquerda. De uma parte, entre movimentos progressistas, a questão democrática efetivamente foi absorvida pela sua diluição liberal ou dissolvida em pautas limitadamente identitárias, imantadas pela ideologia pós-moderna; de outra, sobretudo na esquerda que se quer revolucionária, os avanços são travados por um óbvio doutrinário de perfil dogmático. Diria que hoje esta é uma problemática central na cada vez mais intensa batalha das ideias.

No que diz respeito à esquerda revolucionária, estou convencido de que é necessário investir fortemente na pesquisa teórico-política - e fato é que estão em curso esforços fecundos e produtivos. É preciso analisar com rigor as experiências históricas de transição socialista e, igualmente, as transformações societárias próprias do capitalismo no último meio século, que realçam de modo inequívoco o seu caráter crescentemente antidemocrático. E é urgente retomar a aspiração emancipatória que enformou a gênese do pensamento socialista e comunista. No caso específico dos marxistas, há dois pontos a merecer cuidado particular: demonstrar que o

A sobrevivência da civilização se joga dramaticamente na alternativa entre socialismo e barbárie - alternativa que repõe com vigor a atualidade da revolução que se dirige ao socialismo.

valor axial de Marx é a liberdade; e há que criticar com radicalidade as deformações a que seu pensamento foi submetido durante o período stalinista (e a herança deletéria do stalinismo ainda pesa em concepções contemporâneas).

LEF | O movimento comunista brasileiro completou 100 anos em 2022. Não seria exagero dizer que sua obra é uma das principais expressões teóricas desse movimento. Como um calejado militante comunista, o camarada se mantém otimista com o futuro do movimento?

JPN | Começo fraternalmente por discordar da sua gentil afirmação a respeito da minha contribuição teórica ao movimento comunista brasileiro; perdoe-me, mas ela é mesmo exagerada: tão somente, como muitos

outros marxistas, procurei subsidiá-lo com as minhas poucas luzes.

Tenho cada vez mais a firme convicção de que, na entrada deste século XXI, a sobrevivência da civilização se joga dramaticamente na alternativa entre socialismo e barbárie - alternativa que repõe com vigor a atualidade da revolução que se dirige ao socialismo, desde que superada a sua visão puramente insurrecional ou como obra de vanguardas ilustradas. A perdurabilidade da ordem do capital é hoje a maior ameaça concreta à vida neste planeta. E precisamente porque a vitória da civilização contra essa ordem não é fatal e necessariamente garantida, há que lutar por ela.

Tudo o que conhecemos sobre a história da humanidade nos

demonstra que os povos não caminham bovinamente para a barbárie - sempre emergem resistências e lutas. E, diante da evidência de que o capitalismo contemporâneo exacerba ao extremo o seu traço destrutivo (no âmbito societário e ambiental), não me parece razoável supor a sua perenidade. Por isto, sou otimista - mas não a curto prazo - quanto ao futuro do movimento socialista e comunista, renovados, inclusive no Brasil. E não tenho dúvidas de que este futuro depende da preservação e ampliação da democracia política - ele é impensável como fruto de conspirações subterrâneas e clandestinas: haverá de engendrar-se em grandes e massivas lutas de milhões de homens e mulheres, num marco minimamente democrático. ←

ARMAS DA CRÍTICA

O CLUBE DO LIVRO DA BOITEMPO

- Receba lançamentos antecipados em versão impressa e e-book
- Desconto de 30% na loja virtual da editora
- Toda caixa vem com brindes especiais
- E mais: conteúdo digital exclusivo no Blog e na TV Boitempo

Uma biblioteca para interpretar e transformar o mundo

Acesse www.ARMASDACRITICA.com.br

A revolução democrática é negra

Precisamos pensar na emancipação do racismo não apenas por meio do socialismo, mas pensar o socialismo através das culturas da emancipação negra.

¶ Neste tempo de dobras, verdadeira esquina entre um tempo de resistência e a necessidade de abrir novos horizontes de esperança, mesmo em meio ao turbilhão dos acontecimentos, é preciso alargar os pensamentos. Qual seria a estratégia socialista caso as esquerdas brasileiras, em sua luta contra um governo neoliberal e fascista, voltassem a governar o país?

Esta pergunta evoca um debate transcrito nas páginas da revista *Teoria & debate*, da Fundação Perseu Abramo, ocorrido no início dos anos noventa. A quase vitória de Lula nas eleições presidenciais de 1989, com um programa autodefinido como antilatifundiário, anti-imperialista e antimonopolista, atualizava para as esquerdas brasileiras o impasse e tragédia vividos antes pela Unidade Popular chilena de Salvador Allende. Conquistado o governo central do país, qual deveria ser a estratégia de construção do socialismo?

OS CAMINHOS ABERTOS

Uma primeira resposta a esta complexa e difícil pergunta que tinha como base principal de consultava a experiência da revolução russa de 1917, escrita por Markus Sokol, propondo um caminho de construção de uma dualidade de poderes desde fora da institucionalidade do Estado através da organização de conselhos populares de autogoverno, do tipo soviético.

Um segundo caminho proposto, certamente em diálogo com as correntes mais contemporâneas do socialismo europeu, escrito por Paulo Vannuchi, que propunha a combinação do caminho da acumulação de posições institucionais com os processos de organização de base dos trabalhadores e dos movimentos populares. Se a proposição continha uma novidade importante para as esquerdas brasileiras cuja história, na ausência de um terre-

no democrático aberto a disputas, tinha sido marcada pela ausência de experiências continuadas de governo, ela abria um campo de indeterminação de como se daria esta combinação.

Um terceiro caminho, pensado de maneira autocrítica a partir da experiência chilena, momento em que a Unidade Popular no governo viu-se literalmente sob cerco institucional antes de sofrer o golpe que levou à ditadura Pinochet, trabalhava o que ficou conhecido como “estratégia da pinça”: a combinação entre acúmulos na institucionalidade e no sistema de organização popular, deveria ter o seu centro de gravidade neste último, isolando e dissolvendo as estruturas de poder do Estado burguês, em um processo em que reformas estruturais ganhariam uma dinâmica revolucionária.

Mas também podemos pensar que foi formulada uma quarta reflexão, escrita pelo companheiro Marco Aurélio Garcia, que propunha uma mudança importante no terreno do debate, certamente a partir dos acúmulos no debate feito antes pelas correntes autonomistas: as discussões de tática e estratégia deveriam ceder lugar ou serem pensadas a partir de um norte de democratização radical do Estado. Era no terreno da luta pela democracia, a partir das tradições do socialismo, que os debates sobre estratégia deveriam se dar.

Esta importante polêmica histórica no Partido dos Trabalhadores (PT), mas que certamente tem um valor geral para a luta pela construção

Decerto, o primeiro caminho soviético ou baseado em conselhos de construção de um poder alternativo, se soava doutrinário, como a repetir um caminho russo para o Brasil, tinha o mérito de recolocar conceitos, linguagens e gramáticas da tradição revolucionária, hoje tão mais que esquecidos, deslembrados.

do socialismo, não teve continuidade. A chegada no Brasil da onda neoliberal, já estabelecida internacionalmente no plano internacional nos anos oitenta, foi capaz de interromper o ciclo histórico classista em curso. Por uma década, os debates da esquerda brasileira se concentraram na resistência às políticas neoliberais, ganhando corpo através deste acúmulo a possibilidade de voltar a disputar os rumos do país. E quando isto ocorreu, através das eleições de 2002, este debate estratégico não foi retomado.

Em uma visão retrospectiva, não no sentido de retomar a polêmica em seus termos antes colocados, mas de incorporar o que há de positivo e limite nas alternativas apontadas, seria possível identificar núcleos de acúmulo a partir dos quais este debate poderia ser retomado e atualizado.

Decerto, o primeiro caminho soviético ou baseado em conselhos de construção de um poder alternativo, se soava doutrinário, como a repetir um caminho russo para o Brasil, tinha o mérito de recolocar conceitos, linguagens e gramáticas da tradição revolucionária, hoje tão mais que esquecidos, deslembrados. O ano de 1917 está no núcleo da formação das tradições revolucionárias no século XX e não é possível contorná-lo sem evadir-se mesmo destas tradições, que é preciso atualizar criticamente, mas não apagar.

Já a segunda proposição, da combinação entre o caminho institucional e a organização dos trabalhadores e movimentos populares pela base, se hoje parece trivial, de fato formou um certo chão, um piso, no qual se inscreveram as experiências das esquerdas brasileiras desde então. Só frações de esquerda sectárias e residuais não se organizam para disputar posições mesmo na institucionalidade liberal democrática instável e marcada por fortes assimetrias estruturais do poder burguês. Até mesmo a indeterminação desta combinação, em uma certa medida, tinha um certo sentido de abertura necessária diante de um futuro indefinido dos padrões de luta de classes.

O terceiro caminho alternativo proposto, de combinação da institucionalidade com a construção dos poderes populares de autogoverno com centro de gravidade nestes últimos, se não conseguiu hegemonia partidária serviu como um referencial crítico da experiência vivida desde então pelo PT e por outros partidos de esquerda, de forte adaptação às dinâmicas de disputa institucional da limitada democracia liberal brasileira. A crise e a derrota de 2014- 2016 das esquerdas brasileiras guarda, em um contexto histórico específico, semelhanças de fundo com a derrota histórica da Unidade Popular chilena. Sendo que aqui, na experiência brasileira, certamente o processo de adaptação e integração na ordem estatal foi decerto programaticamente e estrategicamente muito mais profundo do que aquele vivido na curta experiência de governo Allende.



A reflexão proposta por Marco Aurélio Garcia, no sentido de uma redefinição dos termos do debate concentrado na estratégia, tem um valor que não pode ser perdido. Debates centrados na estratégia revolucionária têm certamente uma linguagem típica da III Internacional, em suas origens e voltado para uma análise do caráter não apenas atual, mas iminente da crise revolucionária. Antonio Gramsci chama atenção nos *Cadernos do cárcere* (1937) que os termos militares – tais como estratégia, tática e o próprio nome de “estratégia da pinça”, que é uma forma de cerco ao inimigo – devem ser usados na política com o devido cuidado e mediação.

O debate sobre estratégia não pode ser certamente desvinculado do debate programático, com seu centro na proposta de um poder político alternativo, ou seja, da construção de um Estado alternativo ao liberal, em seus diversos regimes. É assim que os temas da estratégia aparecem na obra de Marx e Engels que, a partir da experiência formadora da Comuna de Paris, pensarão um caminho da construção de um Estado propício à transição para o socialismo, uma “república social” como a chamou Marx. É este também o Lenin de *O Estado e a revolução* (1917), obra que explica e fundamenta a consigna de “todo poder os soviets”. Ou em outros termos, um conceito de práxis revolucionária exige pensar o objetivo socialista e o caminho estratégico como mutuamente configurados e indissociáveis.

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Deve-se certamente à inteligência socialista de Marco Aurélio Garcia, afeito à história e aos debates clássicos e contemporâneos do socialismo, com grande cultura latino-americana, a introdução do conceito de revolução democrática na cultura petista. Com origem em uma tradição classista do marxismo doutrinário, descobrindo com Eder Sader o fundamento da democracia para o socialismo, tendo frequentado o campo da cultura da autonomia de Castoriadis, renovado sua concepção de historiador com as grandes obras dos historiadores ingleses da cultura e dos movimentos sociais das tradições populares e socialistas, já crítico dos limites da social-democracia e da experiência eurocomunista, intelectual orgânico à “sociedade civil” petista, como gostava de chamar a rede social do partido contraposto à sua institucionalidade, Marco Aurélio faz falta hoje à cultura das esquerdas.

Coube às tendências socialistas democráticas da esquerda do PT desenvolver o conceito de revolução democrática, a partir da crise vivida pelo governo Lula em 2005, interpretando tal crise e ataque das forças neoliberais e conservadoras como sintoma já do processo de cerco a um governo que construía sua governabilidade de forma adaptativa à institucionalidade antirrepublicana do Estado brasileiro. Neste contexto, o desenvolvimento deste conceito de revolução democrática servia para pensar em cinco direções convergentes.

O debate sobre estratégia não pode ser certamente desvinculado do debate programático, com seu centro na proposta de um poder político alternativo, ou seja, da construção de um Estado alternativo ao liberal, em seus diversos regimes.



Ele trazia, inteiramente ao contrário de uma crítica esquerdista dogmática que assinalava “revolução democrática” a via eleitoral e reformismo, uma intenção de retomada e atualização dos termos clássicos da revolução socialista pensada já no primeiro momento de síntese de Marx como autoemancipação. Identificando um limite histórico na experiência das revoluções populares (como a inglesa do século XVII e a revolução francesa do século XVIII) e socialistas do século XX (russa, chinesa, cubana) de formar Estados democráticos de sentido anticapitalistas após a conquista do poder, passava-se a afirmar que quanto mais democrático for um processo revolucionário mais socialista potencialmente poderia ter o seu conteúdo. O conceito de revolução democrática é, assim, pertinente e está no coração do desafio histórico do socialismo democrático.

Uma segunda direção era exatamente a de responder programática e estrategicamente ao processo de adaptação dos governos, do próprio PT e dos movimentos sociais, ao Estado liberal através de um rebaixamento de seus programas, a perda de sentido programático das alianças e uma crescente institucionalização de seus aparatos organizativos. Esta crítica de esquerda não conseguiria se tornar majoritária e a centralidade da aliança conferida ao PMDB desde 2010, a diminuição de um ethos participativo no governo federal e nas experiências de governo locais e estaduais, dinâmicas corporativas do movimento

sindical da CUT, o acesso e dependência crescente a financiamentos empresariais eram indicadores de que o caminho estratégico trilhado era o oposto.

Por sua vez, o conceito de revolução democrática buscava traduzir em um programa alternativo de Estado e em uma estratégia revolucionária as experiências mais avançadas do “modo petista de governar”, em particular a experiência dos orçamentos participativos e a democratização do poder. No núcleo mesmo da experiência de Porto Alegre e, depois, do governo Olívio/Rossetto, estava se concebendo uma diretriz de que quanto mais largo o âmbito da experiência mais se poderia avançar na socialização das decisões de governo com participação popular. As experiências de participação no governo federal, muito avançadas do ponto de vista da tradição do Estado brasileiro, de conferências temáticas e de conselhos, tinham sempre um grande limite de não socializar de fato o sistema de decisões institucionalizado no Estado brasileiro.

Uma quarta direção do esforço de atualização do conceito de revolução democrática foi o de trazer para o debate programático do PT o tema constitucional, isto é, o tema da disputa pela constituição democrática do Estado brasileiro. O PT havia votado contra o texto final da Constituição de 1988, apesar de avanços históricos conquistados nos direitos de cidadania, em função de seus limites na democratização do poder, mas havia assinado o tex-

Quanto mais democrático for um processo revolucionário mais socialista potencialmente poderia ter o seu conteúdo. O conceito de revolução democrática é, assim, pertinente e está no coração do desafio histórico.

to, encaminhando-se para a disputa no interior da institucionalidade democrática por ela definida.

Pelo conceito de revolução democrática, a agenda da reforma política, dos vícios antirrepublicanos e contra majoritários do sistema político e eleitoral brasileiro, de reformas constitucionais que alterassem os padrões histórico estruturais de concentração de poder nas Forças Armadas, no sistema judiciário, no controle do orçamento público e das empresas do setor público, no sistema de comunicação dominado por oligopólios, reivindicavam a necessidade de ir ao centro da luta pela transformação programática do país. Vinculava-se estes impasses da democratização do poder aos impasses na reforma agrária, na mudança do sistema tributário, na superação das políticas de segurança anti cidadãos e de extermínio, na construção do SUS e de políticas públicas sociais universalistas.

A centralidade desta agenda de democratização do poder, de expansão da economia pública, de universalização dos direitos ficava, desde os anos noventa, com os governos Fernando Henrique Cardoso, focado em reformas constitucionais neoliberais, ao mesmo tempo, antidemocráticas, antirepublicanistas e privatistas, tornou-se ainda mais incontornável. O programa neoliberal de reformas constitucionais, retomado com radicalidade após o golpe de 2016, desconstituiu muitas das dimensões republicanas e mais avançadas da Constituição de 1988, além de avançar na privatização e na submissão do orçamento federal aos ditames da financeirização.

Foi neste contexto que a questão da convocação de um novo processo constituinte, a ser convocado após uma alteração da correlação de forças em favor das esquerdas e com o retorno de um governo democrático-popular, em um novo contexto de ascensão das lutas classistas e democráticas, voltou ao programa da coalizão liderada pelo PT nas eleições de 2018 (durante o primeiro turno) e ao programa “Reconstruir e transformar o Brasil”, lançado pela Fundação Perseu Abramo em 2021. Mas, de fato, não ganharam centralidade.

Por fim, o conceito de revolução democrática vinculava o debate programático e estratégico das esquerdas brasileiras às experiências recentes latino-americanas de refundações de Estados, através de processos constituintes, como ocorreu na Bolívia, na Venezuela e, agora, no Chile. Com estas experiências, em particular na Bolívia, emergiu com força o tema da descolonização, da necessidade da formação de Estados plurinacionais, abarcando com centralidade as culturas e direitos históricos dos povos indígenas. Também o tema da superação das dimensões patriarcais do Estado, e a formação de estruturas paritárias de poder, dando vazão às pautas históricas dos movimentos feministas.



FLORESTAN E ABDIAS

Depois que compreendeu que a revolução burguesa no Brasil era sinal de uma autocracia, a partir de sua reflexão sobre o significado histórico do golpe de 1964 e a modernização capitalista sob a égide da ditadura, Florestan Fernandes trabalhou com centralidade a partir de sua perspectiva socialista o conceito de uma revolução democrática. E para este intelectual e militante, que havia formado a singularidade da sua sociologia a partir da pesquisa sobre as relações entre o negro e formação da sociedade de classes no Brasil, foi fundamental o encontro com a obra de ruptura e de síntese de Abdias do Nascimento. Este, trabalhando com Lélia Gonzalez, que uniu feminismo e antirracismo em uma perspectiva socialista, havia chegado a uma grande síntese fundadora do Movimento Negro Unificado que foi *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* em 1977.

O livro, primeiramente editado na Nigéria, após ter sido censurado pela ditadura sua apresentação no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, realizado em Lagos, teve a sua edição brasileira prefaciada por Florestan Fernandes. Este prefácio deve ser valorizado como foi o descrito por Sartre para os *Condenados da terra* (1961) de Frantz Fanon, um encontro fundamental para a constituição de uma cultura de luta anticolonial. Neste prefácio, em contraponto à perspectiva liberal e branca de Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes identifica no livro de Abdias uma “autêntica revolução democrática.”

O caminho de Florestan tinha sido, desde a sua primeira reflexão do tema a partir do convite de Roger Bastide para integrar uma pesquisa da ONU sobre as relações raciais no Brasil, em uma linha crítica àquela interpretação de larga hegemonia na cultura brasileira, formada por *Casa grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre. No Brasil, o processo de formação de uma “sociedade competitiva de classes”, um termo da sociologia da modernização para designar o processo de superação da sociedade de castas com o desenvolvimento da sociedade de classes nos países capitalistas centrais, estaria bloqueado pela não integração dos negros. Este diagnóstico foi fundamental para a constituição da sociologia crítica de Florestan Fernandes, no contexto mais amplo de pensar o capitalismo brasileiro dependente em sua singularidade. Mas para Florestan, a resiliência do racismo deveria ser superada em uma perspectiva classista, com os negros assumindo a sua condição de classe trabalhadora em luta contra o capitalismo.

Já o caminho de Abdias do Nascimento, de sobrevivente a lutador contra o racismo, desde a sua infância em Franca, foi o da autoconsciência da negritude (a fundação do Teatro Experimental do Negro nos anos quarenta tem esta dimensão emancipadora), a sua inscrição no PTB varguista e um longo caminho no qual questionava a realidade da “democracia racial” no Brasil, mas ainda propunha como horizonte a sua real efetivação. *O genocídio do negro brasileiro*, a partir da categoria fanoniana fundamental

Por sua vez, o conceito de revolução democrática buscava traduzir em um programa alternativo de Estado e em uma estratégia revolucionária as experiências mais avançadas do “modo petista de governar”, em particular a experiências dos orçamentos participativos e a democratização do poder.



de resistência, marca efetivamente uma ruptura e a grande denúncia histórica do paradigma de Gilberto Freyre de interpretação do Brasil a partir de uma sociedade formada no sincretismo e na miscigenação.

Mais do que uma denúncia, há uma verdadeira releitura da história brasileira desde as origens: não houve sincretismo, mas dominação, não mestiçagem mas estupro das mulheres negras, a abolição foi uma “falsa abolição” e não uma libertação a ser completada, não seria verdadeira a passividade histórica do povo negro à escravidão (a crítica é diretamente formulada a um trecho de obra de Fernando Henrique Cardoso) mas resistência quilombola e em outras estratégias desde o início. “Onde houve escravidão, houve quilombo”, formulou em uma frase inesquecível Abdias. E o livro, coerente com o diagnóstico, propõe um verdadeiro e profundo programa de reparação histórica no sentido de implantar no Brasil uma democracia multirracial.

Em seu prefácio comovido, o mestre Florestan Fernandes afirma que “o primeiro revolucionário será o anunciador da alma negra”. Abdias seria o “anunciador da alma negra no Brasil”. A partir deste livro de Abdias Nascimento, a “autoimagem que expressa a hipocrisia racial do branco” seria levada a “uma crise irreversível”. Haveria aí uma denúncia de um “genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. “A periferia da sociedade de classes” era denunciada “como se não pertencesse à sociedade legal”.

NEGRITUDE E REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Esta relação entre negritude e classe no Brasil, em uma sociedade na qual a maioria da população se declara como não branca, traz decerto um desafio central para se pensar a estratégia e o programa de uma revolução socialista no Brasil. O conceito de revolução democrática, em diálogo com a obra de Marx, diz exatamente deste processo de autoemancipação das classes trabalhadoras que no Brasil, em sua maior parte, não é branca. Se a maior parte das classes trabalhadoras no Brasil não é branca, não pode haver emancipação classista no Brasil sem superação do racismo, sem negritude.

O termo “negro” foi exatamente pensado como forma de superar a cultura da mestiçagem, que procurava dividir os negros “puros”, dos mulatos, dos quase brancos e assim por diante. A ancestralidade africana, a experiência da escravidão e suas continuidades de exploração e opressão, magnificadas ainda sobre as mulheres negras, seria uma identidade de raiz e uma convergência política.

A luta de classes e popular hoje no Brasil vive hoje certamente um dos seus momentos de maior manifestação de consciência antirracista, até por uma dialética negativa de resistência às políticas racialistas exacerbadas desde o golpe de 2016. O reconhecimento de um racismo histórico e estrutural está ganhando a dinâmica de uma consciência com potencial hegemônico.

Esta relação entre negritude traz decerto um desafio central para se pensar a estratégia e o programa de uma revolução socialista no Brasil.

Mas há ainda muita confusão e decerto uma subestimação deste desafio programático e estratégico. O debate identitário – as políticas de tratamento racial, feminista e LGBTQI+, descoladas de um cultura classista e de um sentido socialista – não pode ser respondido com a afirmação do classismo em detrimento ou secundarização destas questões centrais da emancipação.

O programa de reparação histórico da negritude não está voltado contra um passado de escravidão e suas heranças, mas contra um presente de uma sociedade capitalista, que reproduz a exploração classista através do poder de um Estado racialista e patriarcal. O racismo é hoje no Brasil a principal cultura de legitimação da precarização do mundo do trabalho, da naturalização da condição subalterna de marginalidade de uma imensa maioria que é composta de não brancos.

Desde os anos 90, a cultura das esquerdas brasileiras passou a compor a dinâmica classista e democrática com a resposta à questão nacional. O vermelho tingiu a bandeira verde-amarela. O feminismo veio crescentemente tingindo a bandeira dos socialistas brasileiros de lilás. Os movimentos LGBTQI+ reivindicam todas as cores do desejo de um arco-íris. É preciso agora, mais do que nunca, enegrecer o programa e a estratégia e o programa da revolução democrática no Brasil. ←

Transforme seu cotidiano

Circuito Ubu, mais do que um clube de assinatura de livros, um ambiente de formação crítica com cursos, filmes e debates. Conheça todos os benefícios.



circuitoubu



Planos a partir de R\$ 35/mês

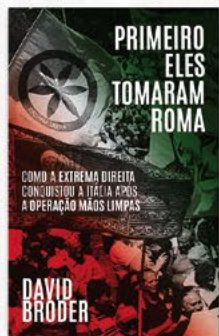
circuito.ubueditora.com.br



LIVROS PARA MUDAR O MUNDO



AUTONOMIA
LITERÁRIA



PRIMEIRO ELES TOMARAM ROMA

COMO A EXTREMA DIREITA CONQUISTOU A ITÁLIA APÓS A OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS

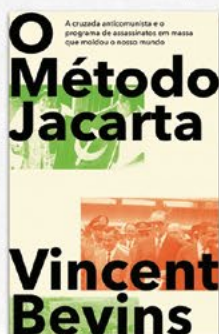
Autor: David Broder
Prefácio: Marcelo Semer
Orelha: Juarez R. Guimarães
Tradução: Aline Klein
Apoio: Fundação Perseu Abramo
Páginas: 200 páginas
Ano: 2022



NO GRAMADO EM QUE A LUTA O AGUARDA

ANTIFASCISMO E A DISPUTA PELA DEMOCRACIA NO PALMEIRAS

Autor: Micael Zaramella
Prefácio: Acácio Augusto
Orelha: Luiz Gonzaga Belluzzo e Mariana Mandelli
Revisão: Ligia Marinho
Páginas: 220
Ano: 2022



O MÉTODO JACARTA

A CRUZADA ANTICOMUNISTA E O PROGRAMA DE ASSASSINATOS EM MASSA QUE MOLDOU O NOSSO MUNDO

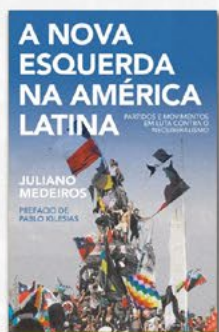
Autor: Vincent Bevins
Tradução: Gabriel Deslandes Carin
Revisão: Juliana Cunha e Ligia Magalhães Marinho
Capa: Rodrigo Córrea/studiocisma
Diagramação: Manuela Beloni
Páginas: 410
Ano: 2022



QUAL HORIZONTE

HEGEMONIA, ESTADO E REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

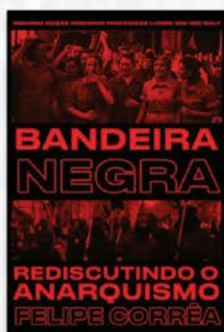
Autores: Álvaro García Linera e Íñigo Errejón
Prefácio: Sebastian Ronderos
Orelha: Jones Manoel
Tradução: Roberto Santana Santos
Revisão: Ligia Magalhães Marinho e André Takahashi
Capa: Rodrigo Córrea/studiocisma
Páginas: 152
Ano: 2022



A NOVA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

PARTIDOS E MOVIMENTOS EM LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO

Autor: Juliano Medeiros
Prefácio: Pablo Iglesias
Revisão e preparação: Mércia Ohlson
Capa: Rodrigo Correa/cismastudio
Fotos internas: Kauê Scarim
Páginas: 368
Ano: 2022



BANDEIRA NEGRA

REDISCUTINDO O ANARQUISMO

Autor: Felipe Corrêa
Projeto gráfico: Rodrigo Corrêa /@cismastudiocisma
Ano: 2022
Páginas: 510



AUTONOMIALITERARIA.COM.BR



Quer que eu desenhe?

Rumo ao poder popular





Ecologia à cubana

O povo cubano nos ensina que para acabar com a destruição do planeta é preciso que se acabe com a fome, e não com a humanidade.

¶ A QUESTÃO AMBIENTAL tem ocupado o centro das preocupações globais, mobilizando desde autoridades governamentais até organizações da sociedade civil em todo o planeta. Os ativistas que vocalizam sua insatisfação com as posturas negacionistas e predatórias de grandes corporações e Estados nacionais são heterogêneos. Em nenhum caso, por certo, há qualquer discussão mais aprofundada sobre alternativas ou propostas socialistas, mas discursos moralizantes e acusações genéricas contra a selvageria do mercado, o neoliberalismo, o consumismo, a indústria do petróleo e a contínua utilização de combustíveis fósseis. Na prática, o que se verifica são posicionamentos contra a falta de uma *regulação* mais rígida do capitalismo corporativo. O ideal para muitos desses críticos seria, provavelmente, encontrar uma forma de domesticar a plutocracia internacional. Seria

algo próximo a um modelo “social-democrático” escandinavo aperfeiçoado, quiçá uma versão contemporânea e *New Age* de “capitalismo verde”. Um programa, portanto, muito distante da necessária eliminação do sistema político-econômico vigente na atualidade.

A comunidade científica e entidades como o Greenpeace e o WWF também estão envolvidas em ações contra a degradação acelerada da natureza, esse tema candente (e urgente) que provoca diariamente reações de ONGS em todo o globo. Todos esses atores, sem dúvida, servem de caixa de ressonância na denúncia cotidiana contra a condição crítica em que se encontra o mundo, apontando para problemas que incluem mudança climática, desmatamento, queimadas, contaminação de rios, aumento da poluição nas grandes cidades, extinção de espécies animais, avanço do agronegócio,

do garimpo ilegal e de madeireiras, utilização desenfreada de pesticidas no campo, desidratação de órgãos de fiscalização florestal e falta de políticas decididas em favor do meio ambiente. Esses grupos e indivíduos, por certo, têm sua relevância e dão visibilidade à causa ecológica no cenário internacional, não obstante, seu ideário e atuação são limitados.

ILHA DE ESPERANÇA

A maior dificuldade não está em denunciar, mas em agir. E poucas nações têm desempenhado um papel tão resolutivo e eficiente quanto Cuba em relação a esse problema. Se é verdade que nos anos 1970 foi criada a Comissão Nacional para a Proteção do Meio Ambiente e Conservação dos Recursos Naturais e, na década seguinte, em 10 de janeiro de 1981, a Lei 33 aprofundava as



tarefas levadas a cabo por aquele órgão, seria principalmente a partir de 1992 que a questão ecológica ganharia forte impulso no país.

O Decreto-Lei 118, de 1990, que estruturava, organizava e definia o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção do Meio Ambiente, foi também um marco nesse sentido. Mas a intervenção decisiva de Fidel Castro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como ECO 92 ou Cúpula da Terra) pode ser vista como um divisor de águas em relação a esse tema.

Em seu discurso no evento, realizado no Rio de Janeiro, no começo de 1992, Fidel indicou que as sociedades dos países de capitalismo avançado (resultantes das antigas metrópoles coloniais e de políticas imperiais) iriam, em última instância, provocar o atraso e a pobreza que assolava a maior parte da humanidade, isto é, eram elas as principais responsáveis pela destruição da natureza. Foi enfático ao afirmar que “com apenas 20% da população mundial, elas consomem as duas terças partes dos metais e as três quartas partes da energia que é produzida no mundo. Envenenaram mares e rios, contaminaram o ar, enfraqueceram e perfuraram a camada de ozônio, saturaram a atmosfera de gases que alteram as condições climáticas com efeitos catastróficos que já começamos a padecer”.

Fidel também nos lembrou que “as florestas desaparecem, os desertos estendem-se, bilhões de toneladas de terra fértil vão parar no mar

a cada ano. Numerosas espécies se extinguem. A pressão populacional e a pobreza conduzem a esforços desesperados para ainda sobreviver à custa da natureza”. Para ele, não se poderia privar os países periféricos do direito de se desenvolver social e economicamente. Afinal, a culpa pela degradação do planeta não deveria ser imputada a eles, povos historicamente explorados e saqueados por uma ordem econômica mundial injusta. De acordo com o dirigente cubano, “o intercâmbio desigual, o protecionismo e a dívida externa agridem a ecologia e propiciam a destruição do meio ambiente”.

A crítica de Fidel punha o dedo na ferida. Capitalismo e ecologia não andavam juntos. E a humanidade, como foco das preocupações, deveria ser considerada prioridade, em um mundo em que pessoas e natureza teriam de conviver em equilíbrio. A preservação do ecossistema e a garantia de uma vida digna para os povos, portanto, eram parte integral de um mesmo projeto civilizatório mundial.

A PRÁTICA COMO CRITÉRIO DA VERDADE

Fidel, no entanto, não ficaria apenas no discurso. De 1992 em diante, os esforços para lidar com essa questão se ampliaram. Em 1994, foram constituídos o Departamento de Agricultura Urbana e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Este último se tornou o “organismo

da administração central do Estado, encarregado de propor a política ambiental e de dirigir sua execução sobre a base da coordenação e o controle da gestão ambiental do país”. Em 1997, o Parlamento cubano aprovou a Lei 81, o principal regulamento ecológico da ilha, para elaborar a chamada “Estratégia Ambiental Nacional”. Completava-se assim uma série de instrumentos jurídicos com o objetivo precípuo de “promover a participação cidadã na proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável”, além de “propiciar o cuidado da saúde humana, a elevação da qualidade de vida e o melhoramento do meio ambiente em geral”.

Os principais problemas constatados pelas autoridades naquele momento eram a degradação do solo (que incluía aspectos ligados à salinidade, erosão e drenagem insuficiente), a deterioração do saneamento, as condições nos assentamentos humanos, a contaminação de águas terrestres e marinhas (3% de arrecifes e 30% de manglares foram identificados como afetados de alguma forma; e a maior parte da região costeira apresentava algum grau de corrosão), desflorestamento e perda de diversidade biológica.

Em 1997, 21% do território era coberto por jângais, distribuídos em 652 bacias hidrográficas. As bacias consideradas de interesse nacional equivaliam a 15 mil quilômetros quadrados. Nelas, vivia 40% da população e se registrava 60% da atividade econômica interna. Avaliava-se, então, em 28% o potencial florestal do país. Vale recordar que



Capitalismo e ecologia não andavam juntos. E a humanidade, como foco das preocupações, deveria ser considerada prioridade, em um mundo em que pessoas e natureza teriam de conviver em equilíbrio. A preservação do ecossistema e a garantia de uma vida digna para os povos, portanto, eram parte integral de um mesmo projeto civilizatório mundial.

a superfície boscosa em 1959 era de 14%, sendo aumentada para 19,5% em 1991; para 19,8% em 1995; e para os já mencionados 21% em 1997. Um processo de reconstituição arbórea se acelerou a partir de 1998, fazendo com que as metas fossem superadas. Atualmente, 30,6% da superfície do país é revestida por matas.

Além disso, os especialistas cubanos, naquele momento, preocupavam-se com questões relacionadas a alterações ou fragmentação de habitats e a poluição do solo, água e ar, assim como a invasão ou introdução de espécies alienígenas que poderiam causar desequilíbrio na fauna local. Já os setores que mais inquietavam os governantes em termos de poluição atmosférica eram os da região mineira de Moa e Nícaro, a indústria de cimento de Mariel e Nuevitas, as indústrias elétrica e alimentícia de Santa Cruz del Norte, e a alta concentração de atividades econômicas em Havana. Por sua vez, as províncias que apresentavam o solo menos produtivo no ano 2000 eram Pinar del Río, Granma, Santiago de Cuba, Guantánamo e Holguín. Os projetos agroecológicos de combate à degradação da terra foram responsáveis por recuperar, entre 2001 e 2010, aproximadamente 600 mil hectares em diferentes partes do país.

A legislação foi sendo aprimorada com o tempo. A Lei 85, por exemplo, promulgada em 21 de julho de 1998, consolidou-se como a principal norma relativa aos lucos. Seu intuito era estabelecer princípios e regulações gerais para proteção, incremento e

desenvolvimento sustentável do patrimônio arboreal do país, controle de recursos naturais, incentivo e promoção do reflorestamento, conservação da diversidade biológica dos ecossistemas locais, proteção dos sotos da destruição pelo homem (como no caso do avanço de pastagens) e pragas naturais, assim como sistematização do manejo de madeira e seu aproveitamento.

Em 1999, Cuba apresentava uma cobertura de saneamento urbano de 97,1%, e rural de 87,1%, enquanto o abastecimento de água potável nas cidades era de 98,9% e no campo, de 85,2%. Sem dúvida são cifras invejáveis para qualquer nação do planeta, o que por si só já colocava a ilha na vanguarda internacional de qualidade de vida e respeito à holocenose. Naquele ano, conseguiu-se diminuir a “carga contaminante” disposta em 6,9% e, em 2000, a redução foi ainda maior, de 9,7%. Esses números, que podem ser interpretados por alguns como um desaquecimento da atividade econômica, são, na verdade, resultado de um esforço deliberado e eficiente de combate aos poluentes.

Não custa recordar que o Acordo N.º 3880, aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho de Ministros (cecm) em 1.º de fevereiro de 2001, estabeleceu 32 áreas protegidas na ilha. Foram sete parques nacionais, duas reservas ecológicas, um “elemento natural destacado”, seis reservas florísticas, 12 refúgios de fauna, uma paisagem natural e três zonas de recursos manejados. (Ao longo dos anos, isso seria amplia-





do. Atualmente são 45 áreas asseguradas por decisão do cecm.) Os instrumentos de controle e gestão seriam considerados fundamentais naquela instância. Foram estruturados, nesse sentido, programas técnico-científicos e sistemas de inspeção para todo o território.

O tratamento de resíduos, o uso de recursos naturais e a ausência de indicadores ambientais em planos técnico-econômicos foram temas que os especialistas cubanos tiveram de lidar naquela instância. Cuba, que tem um dos litorais mais preservados de todo o planeta (além de possuir a maior biodiversidade das Antilhas), protege 25% de seus habitats marinhos (muito mais, proporcionalmente, do os Estados Unidos, onde as áreas resguardadas estão entre 3% e 5%). As seis reservas da biosfera da Unesco – Península de Guanahacabibes, Sierra del Rosario, Cuchillas del Toa, Baconao, Buena Vista e Ciénaga de Zapata, esta última, a maior de todas, com 628.171 hectares –, constituídas gradualmente a partir de meados da década de 1980 até o ano 2000, têm destaque no programa ecológico da ilha. Também vale lembrar do Parque Natural Topes de Collantes (na Serra de Escambray), do Parque Nacional Desembarco del Granma e do Parque Nacional La Güira (na Sierra de los Órganos) como áreas reconhecidas internacionalmente por sua preservação.

Já para a avaliação de impacto ambiental, a exigência de autorizações legais se tornou cada vez mais frequente. Esse mecanismo

pode ser visto como uma forma de analisar os projetos e os efeitos na natureza, com o intuito de garantir que desenvolvimento e preservação sejam considerados duas variáveis em permanente diálogo, garantindo, assim, o respeito às normas jurídicas e a integridade do meio físico. Por isso, seriam solicitadas 717 licenças em 1998; 915 em 1999; e 1.098 em 2000, requisições feitas principalmente pelos ministérios do Turismo, Indústria Básica e Agricultura.

EDUCAR PARA TRANSFORMAR

A educação ambiental foi outra estratégia adotada pelo governo para impulsionar a conscientização popular em relação à ecologia. Ela foi realizada por meio de convênios com setores-chave da economia, de uma política informativa e de divulgação da Agência do Meio Ambiente, da elaboração de uma série de estudos vinculados à questão, da formação e capacitação de recursos humanos (inclusive em nível superior) e da constituição do Sistema de Reconhecimento Ambiental (SNRA). A instrução ecológica seria expandida e levada a diversos espaços institucionais, tornando-se um tema presente na formação acadêmica de todos, das crianças aos estudantes universitários.

Além disso, Cuba é signatária de diversos acordos internacionais importantes. A lista é emblemática. Entre os diferentes tratados assinados, estão o Convênio sobre



“Se quisermos salvar a humanidade dessa autodestruição, teremos que fazer uma melhor distribuição das riquezas e das tecnologias disponíveis no planeta. [...] Que se utilize toda a ciência necessária para um desenvolvimento sustentável sem contaminação. Que se pague a dívida ecológica e não a dívida externa. Que desapareça a fome e não o homem.”

a Diversidade Biológica (resultante da Cúpula da Terra do Rio de Janeiro em 1992), a Convenção Marco da ONU sobre a Mudança Climática (1994), a Convenção de Estocolmo sobre Contaminantes Orgânicos Persistentes (2001), o Protocolo de Kyoto (a partir de 2002), o Marco de Ação de Hyogo (entre 2005 e 2015), o Acordo de Paris (2016) e, finalmente, o Diálogo Político e de Cooperação com a União Europeia (2016), no qual foram estabelecidos diretrizes e suporte para o desenvolvimento sustentável, a prevenção de desastres e a preservação ambiental.

O século XXI, portanto, mostrou que Cuba continuaria comprometida com a proteção da natureza. Os gestores do governo iriam aprovar em 2007 o Programa Nacional de Enfrentamento da Mudança Climática. Em 2011, seria a vez das “Directivas para la Implementación del Macroproyecto Peligros y Vulnerabilidad Costera (2050-2100)”; um ano mais tarde, colocava-se em andamento a Política Nacional da Água; e em 2017 o Plano de Estado para o Enfrentamento à Mudança Climática (*Tarea Vida*), com ênfase na proteção de assentamentos costeiros e na adaptação e compatibilidade da agropecuária com o meio ambiente.

Além disso, Cuba pode ser considerada pioneira na agroecologia em âmbito mundial. A maior parte dos cultivos é proveniente de cooperativas, que produzem, em geral, alimentos sem a utilização de quaisquer pesticidas químicos, fertilizantes ou sementes geneticamente modificadas (nos últimos vinte

anos a ilha reduziu em 75% o uso de agrotóxicos). Ou seja, enquanto em 1989 apenas 15% das terras eram trabalhadas em cooperativas, em 2019 essa cifra chegou a mais de 70%, o que mostra um avanço considerável dessa modalidade na ilha.

O país também possui mais de trinta centros de pesquisa empenhados em desenvolver soluções econômica e ecologicamente viáveis para os pequenos produtores. A agricultura sustentável, portanto, é uma prioridade para os governantes. Nunca é demais salientar que Cuba foi a primeira nação do planeta a utilizar amplamente fertilizantes orgânicos e biopesticidas, e que suas lavouras urbanas (como os chamados “organopônicos”) estão disseminadas e têm demonstrado eficiência, ao aproveitar racionalmente os espaços metropolitanos disponíveis e garantir uma parte do autoabastecimento dos municípios. Pelo menos metade das frutas e dos vegetais consumidos localmente vem dessa experiência. O programa agrícola urbano, levado a cabo pelo Ministério da Agricultura, é responsável, segundo alguns autores, pela geração de aproximadamente 300 mil postos de trabalho, dos quais 50% deles são ocupados por mulheres.

Finalmente, o país tem como objetivo gerar 24% de toda sua produção energética por meio de matrizes renováveis até o ano de 2030, a maior porcentagem por biomassa de cana-de-açúcar; em seguida, por torres eólicas (como as que se encontram nas *wind farms* “Herradura 1”, com

34 aerogeradores de 1,5 MW e “Herradura 2”, com 20 turbinas de 2,5 MW, em Las Tunas); depois, por energia solar (como a usina em Guantánamo, os parques fotovoltaicos de Cárdenas 1 e da ZED de Mariel, assim como o complexo Pinar 220 A 1); e, finalmente, uma fração menor por hidrelétricas.

Um processo de substituição gradual de lâmpadas convencionais pelos bulbos ou tubos de diodo emissor de luz (popularmente conhecidos como LED) e a implementação de um sistema de transporte público não poluente (ônibus elétricos, por exemplo) nas principais cidades cubanas são outras medidas almejadas pelo governo. Para completar, vale lembrar ainda que a nova Constituição, promulgada em 2019 após intenso debate democrático e popular em toda a ilha, consolidou a preocupação com o meio ambiente, ampliando e reforçando o amparo legal para a preservação da natureza e o desenvolvimento humano no país.

A pequena ilha do Caribe é capaz de mais uma vez apontar os caminhos da esperança e da transformação. Como concluiu Fidel em seu discurso de 1992: “Se quisermos salvar a humanidade dessa autodestruição, teremos que fazer uma melhor distribuição das riquezas e das tecnologias disponíveis no planeta. [...] Que se utilize toda a ciência necessária para um desenvolvimento sustentável sem contaminação. Que se pague a dívida ecológica e não a dívida externa. Que desapareça a fome e não o homem”. ←



*Quais são os caminhos
concretos para os
socialistas brasileiros?*

Caminhos para o socialismo

PRÓLOGO

¶ Os editores desta simpática e tão prazerosa *Jacobin* me pedem que escreva alguma coisa, neste ano eleitoral singular, a respeito de “uma política consistentemente socialista”, que decline “propostas concretas para uma formulação programática da esquerda”, algo que seja “contemporâneo e propositivo”, “que aponte tarefas políticas, mas também bandeiras de agitação”.

A tarefa está longe de ser comezinha, sobretudo se considerarmos que está em jogo neste ano, no plano nacional, não apenas a derrota de uma incompetente gestão de direita, mas o afastamento da tragédia constituída por um governo ultraliberal de feitio fascista. Em *Só mais um esforço* (2022), Vladimir Safatle afirma que a boa questão não é “o que fazer”, mas o que aconteceu com nossa imaginação política. Como a minha anda avariada já faz algum tempo, vou especular um pouco sobre a razão de ser tão difícil pensar para além do capital, e me arriscar no terreno “propositivo” (ainda que em asserções muito mais afinadas com bandeiras de agitação do que com sugestões de políticas propriamente ditas).

PROSTRAÇÃO

Já adentrados na terceira década deste século XXI, o ar vai ficando cada vez mais irrespirável e o que nos mata não é o veneno em si, mas uma espécie de entorpecimento geral, que nos rende e nos mantém prostrados, mesmo havendo plena consciência de que as coisas poderiam mudar se nos levantássemos e agíssemos. Em seu livro *Realismo capitalista* (2020) — um poderoso e criativo libelo contra o sistema socioeconômico em que vivemos — Mark Fisher resgata uma frase atribuída a Frederic Jameson e Slavoj Žižek que traduz à perfeição esse estado de prostração: “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”.

Em tempos de incontestável agravamento das questões ambientais (e pandemias sempre à espreita), a frase parece ter um sentido concreto, pois indica a alta probabilidade de ser bem mais elevada a velocidade da degradação de nosso *habitat* do que a presteza de nossa capacidade política para tornar efetivo um mundo socialista capaz de contê-la. Em seu sentido literal, contudo, ela remete ao plano mais geral da imaginação, o qual aponta para um imenso nada depois do capital, cenário que se associa diretamente à “irrelevância da política”, à qual se refere Chico de Oliveira, ou à política como “falatório vazio”, nos termos do filósofo Alain Badiou. Esse parece ser, portanto, o resultado mais bem-sucedido do “levante neoliberal” (o termo é do marxista francês François Chesnais) que tomou de assalto o globo no início dos anos 1980. Trata-se, portanto, de um fenômeno contemporâneo, bem conhecido e já bastante debatido na literatura recente. Suas origens, contudo, vêm de longe.

INSCRITO NO DNA

Marx foi o primeiro a perceber a vocação inata do capital para mostrar como naturais, eternos, e, portanto, irrefutáveis, vários fenômenos que só existem por obra e graça de sua própria existência. Como se sabe, na base de tudo está o valor (que aparece como valor de troca) e o famoso fetiche da mercadoria. Ocorre que, em sendo resultado de um determinado modo de produção social da vida, cuja reprodução material está assentada nas trocas e no mercado, o valor aparece, ao contrário, como uma propriedade natural das coisas, tal como saem das mãos de quem as produz. Assim, o homem não produz valores de uso, ou seja, coisas tangíveis e intangíveis (bens e serviços) para atender necessidades humanas. Ele produz mercadorias, valores de uso que portam valor, e as produz tão naturalmente quanto respira. Não se consegue imaginar o produto do trabalho humano, atenda ele a necessidades do estômago ou do espírito, sem percebê-lo simultaneamente como coisa de valor. Da mesma maneira, o ouro, que funcionou como dinheiro mundial até o início dos anos 1970, parece ter a propriedade de ser dinheiro inscrita em suas características físico-químicas, surgindo como tal das entranhas da terra.

Por fim, o capitalismo parece ser o sistema natural de organização da vida social, em que os indivíduos, seguindo uma vocação congênita para trocar (como queria Adam Smith), produzem mercadorias, e as trocam em pé de igualdade. A lógica que determina o capital como um movimento de va-

Marx foi o primeiro a perceber a vocação inata do capital para mostrar como naturais, eternos, e, portanto, irrefutáveis, vários fenômenos que só existem por obra e graça de sua própria existência.

lorização, que se vale da exploração do trabalho, fica encoberta pela aparência de igualdade forjada nas relações jurídicas que sustentam a condição de proprietários a todos os envolvidos nas transações, incluindo aqueles que possuem de seu apenas a força de trabalho.

AS ESQUERDAS E A VOCAÇÃO DO CAPITAL

Lembrando disso tudo, fica mais fácil entender a enorme dificuldade de pensar para além do capital, já que as coisas são o que são, são como são e é inútil lutar contra a natureza das coisas. Mas se o fenômeno é contemporâneo, por que só agora o fetichismo foi capaz de produzir tamanha letargia? Uma série de eventos, que foram se encaixando desde a consolidação do capitalismo no final do século XVIII, impediram que essa vocação amadurecesse, deixando algumas vezes entrever, em determinadas brechas históricas, o caráter não natural do sistema. Ao conturbado século XIX, que abrigou o nascimento da perspectiva socialista, as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris, seguiram-se os precipícios sociais em série que caracterizaram a primeira metade do século XX (*crash* de 1929, depressão que durou uma década, duas guerras mundiais, genocídio nazista), além da própria revolução soviética. Na sequência, *et por cause*, tivemos os famosos “30 anos gloriosos”, com suas políticas keynesianas, a criação do *Welfare* e o advento de Estados nacionais com autonomia suficiente para promover a inclusão de todos nas benesses do sistema, tudo costurado pelo acordo de Bretton Woods.

Em todo esse período, mesmo tendo de carregar o fardo do stalinismo, as esquerdas atuaram, mundo afora, como grilos falantes, tentando minar os bloqueios criados pelo fetichismo, fazendo despertar a consciência de classe e empurrando a luta do trabalho contra o capital. Muitas das conquistas dos trabalhadores ao longo dessas décadas, implicando uma atuação do Estado incômoda ao capital, foram resultado de lutas sociais quase sempre comandadas pela militância de esquerda e tendo o socialismo como norte. Apesar de tudo isso, até pelo sucesso capitalista nos anos dourados do pós-guerra, o comando da vida humana foi sucumbindo gradativamente ao poderoso fetiche da mercadoria. Mas foi só após os anos 1970, década de crise e indefinição sistêmica, que o capitalismo pôde, sob o grito de guerra de Thatcher e Reagan, começar a se soltar de vez das correntes que o tolhiam. Ao final dos anos 1980, a debacle soviética foi um presente bem-vindo, até que finalmente, com a decisão da gigante e socialista China de entrar pra valer no jogo capitalista, os anos 1990 colocaram todo o globo sob a batuta do capital e dos imperativos da acumulação.



As esquerdas, por seu lado, sobretudo aquelas que alcançaram o poder, acabaram por ser coniventes com essa marcha, adotando quase unanimemente, e em nome dos supostos benefícios da “globalização”, um conjunto de políticas que se pautaram pelo fortalecimento do capital, em detrimento de um Estado capaz de minorar as agruras produzidas pelo mercado deixado a si mesmo. Tendo na cabine de comando do sistema o capital financeiro, que segundo Marx constitui o fetiche em sua potência mais elevada, o domínio da forma mercadoria atingiu grau inédito na história.

Sobrou para a esquerda, como notou pioneiramente a socióloga Nancy Fraser, uma sorte de “neoliberalismo progressista”, que amarrou a necessária luta contra o machismo, a misoginia, a homofobia e o racismo aos valores mais primordiais para o fortalecimento do próprio capitalismo: a concorrência, a determinação, a garra, a meritocracia. A máquina de moer sentidos em que se transformou a forma mercadoria foi fundamental inclusive para a afirmação do caráter moral da pregação neoliberal. Como lembra Vladimir Safatle, no discurso neoliberal, valores como criatividade, flexibilidade e inovação, colocados em circulação pelas revoltas de 1968 contra a alienação da sociedade do trabalho, foram completamente assimilados e postos em funcionamento em sentido contrário, ou seja, para afirmar a colonização de toda a atividade humana pelo trabalho produtor de valor. Alguns manuais de recursos humanos dos cursos de *Business*, por exemplo, afirmam, de modo muito direto, sem pudor algum, que a busca por sistemas previdenciários estáveis (com benefício definido) e por planos ou seguros de saúde é “coisa de gente velha”, sem disposição de viver, ou seja, moralmente reprovável aos olhos do ruidoso, jovem, vibrante, criativo, coalhado de inovações (e glamuroso) mundo moderno (leia-se do capital).

SOB O DOMÍNIO DA GENÉTICA DO SISTEMA

Isto posto, é mister concluir que o estado atual de torpor e esgotamento não constitui um mal temporário, que uma mudança superficial, por exemplo, na política econômica, seja capaz de debelar, mas sim o amadurecimento de algo que está no DNA do sistema. Portanto, não parece haver possibilidade de eliminá-lo sem transformações radicais. O panorama se mostra ainda mais complexo quando recordamos que, produto do andamento mesmo do processo de acumulação e de seu irrefreável progresso tecnológico, a indústria 4.0 e o desenvolvimento da economia

de plataformas em curso nas últimas décadas, dispersaram e fragmentaram violentamente a classe que vive da venda de sua força de trabalho.

A assimilação cada vez mais fácil do discurso sobre as virtudes da meritocracia e do empreendedorismo não foi, portanto, apenas consequência da “fábrica do sujeito neoliberal”, forjada na disseminação da devastadora ética da concorrência, tal como indicada por Dardot e Laval; foi produto também de transformações objetivas na base produtiva do sistema. Por fim, se tivermos em mente ainda a ampla disseminação, nas últimas quatro décadas, dos credos neopentecostais e sua teologia da prosperidade, torna-se desnecessário dizer que a cena social vai se tornando cada vez mais conforme ao triunfo da forma mercadoria, e cada vez mais servil a esse mesmo domínio.

O BRASIL

No caso do Brasil, esse quebra-cabeça é ainda mais complicado. O golpe de 2016 e a conseqüente subida ao poder do protofascismo de Bolsonaro, associado ao ultraliberalismo de Paulo Guedes, foi o resultado particular produzido por aqui de uma reação mundial à cheia do neoliberalismo. As esquerdas enfraquecidas e inertes não foram capazes de perceber, em nenhum lugar do mundo, que surtos insurrecionais ao totalitarismo de mercado viriam do lado oposto, voltando-se contra a própria política (impossível não lembrar de Karl Polany). A débil reação produzida pelos fóruns sociais mundiais e seu mote de que um outro mundo se-

A
AGROECOLOGIA

DERROTA O

AGRONEGÓCIO

2070

ria possível não foram bastantes para impedir, sobretudo depois da crise financeira internacional de 2008-2009, a proliferação de manifestações e grupos fascistas e de governos autocratas, deflagrando-se, a partir daí, uma crise de grandes proporções no modelo político predominante, a democracia liberal.

O que ocorreu no Brasil é, sem dúvida alguma, parte desse quadro, mas dois pontos, interligados, requerem precisão. Em primeiro lugar, nos arroubos fascistas existe sempre um lugar cativo para um inimigo externo; aqui o inimigo é interno: os pobres, em geral pretos, e os indígenas; nosso fascismo é fundamentalmente e primordialmente racista. Em segundo lugar, esse racismo estrutural, nos termos de Silvio Almeida, é o que está também na base da construção inconclusa do Brasil como nação. Nossas elites, pouco burguesas, que inventaram a nação para mitigar seu sentimento de inferioridade frente à metrópole, nunca lhe deram condições para que se efetivasse sua dimensão transcendente, que tem que ver com significados coletivos, com mutualidades e com a construção de solidariedades — ainda que seja apenas para a constituição de uma “comunidade imaginada”, como quer Benedict Anderson.

Graças ao permanente superávit de força de trabalho existente por aqui, as elites brasileiras, como descobriu Celso Furtado, sempre puderam decidir sozinhas o destino do excedente, tocando em frente o desenvolvimento capitalista de modo sobranceiro, dando de ombros à ausência de um mínimo de homogeneização social. Ora, é mais simples e mais fácil defender a supremacia dos mercados frente às exigências sociais e políticas produzidas pela nação quando essa nação é uma farsa e uma tragédia. Daí que não deve causar espanto o surgimento em nosso país do um tanto extravagante binômio nacionalismo-ultraliberalismo, — até onde minha vista alcança, exclusivo do Brasil. Que o presidente seja caricato e bata continência para a bandeira americana é só o elemento anedótico dessa história...

POLÍTICAS SOCIALISTAS? NO BRASIL PÓS-BOLSONARO?

A pergunta que não quer calar é se é possível, hoje, no Brasil, a partir deste cenário de dispersão e de fragmentação, associado à destruição ultraliberal, temperado com os valores da meritocracia e envenenado com o ódio e as armas bolsonaristas, apontar tarefas políticas que alimentem no país um círculo virtuoso, em que reformas factíveis elevem a pressão por transformações

ainda mais profundas, fortalecendo a confiança e a disposição de luta para a construção do socialismo.

Será que basta, para esta sorte de revolução sem revolução, a ascensão de um partido de feição social-democrata ao poder federal? Não é difícil adivinhar que a resposta é negativa, até porque, por importantes que tenham sido as políticas sociais implementadas pelos governos do PT num país de desigualdades abissais como o Brasil, tais políticas foram adotadas mantendo-se o arcabouço político-econômico-institucional construído nos anos 1990, o qual beneficia sistematicamente o capital financeiro — o fetiche em sua potência mais elevada, como vimos. Não por acaso, como mostram os trabalhos da professora Lena Lavinas, em muitos casos essas políticas acabaram inclusive por reforçar esse mesmo arcabouço. Por isso disse alhures, me apropriando do achado de Nancy Fraser, que os governos de Lula e Dilma acabaram por promover uma sorte de “neoliberalismo progressista de Estado”, uma inovação, sem dúvida, e, no Brasil, quase uma revolução, mas evidentemente sem fôlego para sustentar as conquistas em termos de redução das desigualdades assim obtidas.

Ademais, a então lograda melhoria das condições de vida de parte substantiva da população não foi acompanhada da necessária politização do processo (erro pelo qual o partido viria a pagar um preço elevado à frente), razão pela qual tal benefício acabou por resumir-se a mera ampliação do consumo (e reforço do consumismo), não sem consequências, como é fácil perceber, para os problemas que

Graças ao permanente superávit de força de trabalho existente por aqui, as elites brasileiras, sempre puderam decidir sozinhas o destino do excedente.

apontamos aqui. Tampouco é demais evocar que o progressismo econômico das gestões do PT seguiu em frente de modo estouvado, tratando de forma no mínimo descuidada as questões ambientais — nada que seja comparável, evidentemente ao descalabro que é, nesse aspecto, o governo Bolsonaro, mas Belo Monte permanecerá tema de debates e controvérsias por muito e muito tempo.

De outro lado, porém, ainda que o bolsonarismo tenha vindo pra ficar, tirar Bolsonaro do poder coloca-se hoje como horizonte mínimo de sobrevivência. Um novo governo do PT, ainda que aponte novamente apenas para uma lógica de “ajustes possíveis”, sem bater de frente com a degradação capitalista, mostra-se absolutamente necessário para que se possa respirar e tentar qualquer tipo que seja de reconstrução.

NA TRILHA DE KANT

Isto posto, e esperando ter deixado claro o grau de complexidade da tarefa em questão, me arrisco agora a algumas sugestões no sentido de engendrar uma recuperação que aponte, ainda que remotamente, para um horizonte socialista. Evidentemente não pretendo aqui — nem é o caso, nem teria condições para tanto — apresentar uma lista completa de providências a tomar, seja por um novo governo progressista, seja por instituições e grupos específicos da sociedade civil. Tampouco vou falar de temas óbvios como a reforma necessária para a construção de um sistema tributário minimamente progressista, ou a taxação dos dividendos, ou a reversão das imensas perdas de direitos provocadas pelas reformas ultraliberais do período pós-2016, ou o fim do teto de gastos, ou a reversão de privatizações em setores estratégicos, ou a reforma bancária, ou a continuidade, com aprofundamento, das ações afirmativas do tipo “programas de cotas”, ou o fortalecimento e ampliação de políticas públicas universais nas áreas de saúde, educação, cultura, previdência etc., para citar os mais gritantes. Tudo isso organiza de modo menos violento e brutal as coordenadas do sistema capitalista, mas não põe o socialismo na mira.

Num pequeno texto, tão denso quanto instigante, escrito no início dos anos 20 do século passado, Walter Benjamin compara o capitalismo a uma religião *sui generis*, na qual não há dogmas nem teologia, nem, portanto, transcendência, apenas culto, que, no entanto, deve ser celebrado, em suas palavras, *sans trêve et sans merci* (sem trégua nem piedade). Assim, a fim de que o socialismo simplesmente não desapareça do horizonte, é preciso seguir, sem



trégua nem piedade, dois princípios básicos: I) remar permanentemente contra a caudalosa corrente produzida pela força do fetiche; e II) lembrar que um socialismo do século XXI deve ser necessariamente um socialismo ambientalmente sustentável, ou seja, um sistema em que a “produção pela produção” deixe de ser a regra. É tendo por base esses dois princípios que vou pinçar aqui uns poucos elementos.

Um primeiro ponto a considerar é que os valores capitalistas devem ser invertidos se se busca a solidariedade orgânica que a atual forma de organização socioeconômica é incapaz de produzir: cooperação, em vez de concorrência; esforço coletivo, em vez de meritocracia individualista. Programas e políticas que busquem inclusão, devem se pautar por esses parâmetros. Nesse sentido não basta nem mesmo a transformação de programas de renda compensatória (do tipo Bolsa Família) em programas de renda básica de cidadania (que transforma a renda num direito universal). É preciso associar a busca da igualdade a programas de geração de renda que tenham o trabalho cooperativo como base e reforcem os princípios coletivistas e de solidariedade. Dentro e fora do Brasil, há uma gama substantiva de experiências, no âmbito da chamada *economia solidária*, que se estruturam sobre esses princípios. É preciso ampliar radicalmente a escala e o escopo dessas experiências. Se bem-sucedidas (não é fácil, porque elas vão se dar em meio a um oceano de capitalismo por todos os lados), elas reforçarão os valores anticapitalistas e contribuirão para a formação do círculo virtuoso que se busca.

As lutas por redução da jornada de trabalho devem ser radicalizadas e alcançar também os trabalhadores uberizados (que devem ter acesso a direitos como os demais trabalhadores). Mas a redução da jornada não tem apenas a finalidade de libertar a atividade humana do culto da acumulação. Ela ataca diretamente a principal razão pela qual qualquer bandeira que vise racionalização da produção buscando minorar seus efeitos sobre o flagelo ambiental é prontamente descartada: a questão do emprego. Enfrentar de fato a questão ambiental, implica promover novas formas de vida, com menos consumo e a ativação de circuitos de *economia circular*: redução do uso de matérias-primas, inibição do elevado padrão de descarte atual a partir da utilização do mesmo bem por indivíduos/famílias distintos, promoção e incentivo às práticas de compartilhamento, ampliação radical dos expedientes de reciclagem etc. Em poucas palavras, trata-se de reduzir a produção para preservar o meio ambiente e os recursos naturais, e isso implica redução de emprego. Enquanto não

for possível suprimir a forma salário, a redução radical da jornada multiplicará os empregos que as exigências ambientais tirarão de cena.

É preciso denunciar os programas de obsolescência programada. O que caracteriza nosso atual modo de vida é a produção de valores de uso fundada nos imperativos da acumulação (culto esse, como se sabe, que tende a extravasar os limites do capital e adentrar o campo das próprias necessidades humanas — vide o transtorno que acomete os chamados “acumuladores compulsivos”). Ora, é justamente a produção pela produção, ou seja, buscando a eterna valorização do capital, que explica a prevalência, em vários setores produtivos, dos referidos programas de obsolescência programada. A existência de tais programas, que surgiram nos EUA nos anos 1920 na empresa *General Motors* e tornam obrigatória por parte dos consumidores a substituição de produtos que são naturalmente de maior durabilidade, constitui a prova mais evidente de que não é sem violência que essa determinação social, que é o valor, permanece colada aos produtos do trabalho. Uma campanha radical para acabar com esse tipo de programa converte-se em imperativo, até porque, em muitos casos, os avanços tecnológicos já produzidos permitiriam, sem grande dificuldade, a satisfação de necessidades humanas de modo racionalmente sustentável, designio, no entanto, que a predominância do culto à acumulação torna impossível. Desnecessário dizer que o banimento de coisas como sementes transgênicas, que obrigam os agricultores a pagar tributo às grandes

2063

BRASIL

ELEGE

SUA SEGUNDA

PRESIDENTA

TRAVESTI



corporações transnacionais que privatizaram os presentes da mãe Natureza, também deve fazer parte desse pacote. Iniciativas que visem a luta contra a privatização do conhecimento, a exemplo do que acontece com a defesa dos *softwares livres*, vão na mesma direção. No sentido contrário, deve-se, evidentemente, exaltar práticas como, por exemplo, a agroecologia, principalmente aquelas associadas a empreendimentos cooperativos, tal como se dá hoje no MST.

De outro lado, é preciso ampliar o papel dos trabalhadores na gestão produtiva. E não se trata apenas de lutar pela democratização da administração das empresas comandadas pelo capital, fazendo com que participem de suas decisões todos aqueles diretamente nelas envolvidos e por elas afetados. A bandeira de luta deve incluir também a possibilidade de estender aos trabalhadores a gestão de empresas ameaçadas de falência e, no limite, a possibilidade de sequestro de equipamentos de produção para colocá-los sob a gestão de quem produz. Bem-sucedidas experiências argentinas de ocupações de fábrica falidas que se transformaram em cooperativas de trabalhadores, inclusive abrindo o equipamento produtivo à participação da comunidade local, indica que esse tipo de bandeira não mora na casa da utopia. Contudo, ela precisa ser permanentemente agitada, para que seus efeitos práticos comecem a surgir.

Mas não é apenas no âmbito da geração de produto e renda que os dois princípios básicos enunciados acima devem prevalecer. A gestão dos estoques de riqueza também precisa passar por esse filtro. Nesse sentido, para não falar de uma reforma agrária pra ontem, a limitação do direito de propriedade no caso do espaço urbano (um número máximo de unidades permitido por pessoa) certamente frearia a desmedida e irracional especulação imobiliária, a qual, acometendo sobretudo as maiores cidades, vai paradoxalmente tendo como resultado a expulsão do direito à moradia de um contingente cada vez maior de pessoas à medida que as novas residências vão brotando do solo. Da mesma maneira precisam ser incentivados todos os programas que visam ocupação de imóveis vazios (sem falar na evidente necessidade de se conferir uma mínima dignidade às ocupações já existentes por meio de programas, por falta de melhor nome, de “*retrofit popular*”, apoiados pelo poder público). Radicalizar os expedientes que tornam progressivos não só no espaço, mas também no tempo os impostos sobre propriedade, além de sua elevação substantiva para unidades acima de determinados valores, é uma bandeira de luta que nunca deve ser abandonada.

No mesmo diapasão da gestão dos estoques de riqueza, uma parte da riqueza financeira pode e deve ser anulada: aquela que deriva da existência de débitos de pequeno valor. No atual regime de acumulação capitalista, como se sabe, há um desequilíbrio, que só tende a se aprofundar, entre, de um lado, o crescimento da riqueza real (máquinas, equipamentos, unidades fabris, obras de construção civil, residências etc.) e, de outro, o crescimento da riqueza financeira (bens e direitos sobre valor futuro ainda a ser criado), sendo a velocidade da última muito mais elevada que da primeira. Como sugere com razão Wolfgang Streeck, o crescimento desmedido do endividamento nas últimas décadas, seja das famílias, seja do Estado, parece que vai chegando a um limite e vai colocando em xeque a própria sobrevivência da democracia. Mas se há crescimento acelerado da dívida por um lado, é porque está havendo crescimento acelerado da riqueza financeira por outro (não há passivo sem ativo). A anulação de débitos de pequeno valor, sobretudo das pessoas físicas, e principalmente aqui no Brasil, o país dos maiores *spreads* do mundo, é uma medida que afronta o poder do sistema bancário-financeiro e ataca diretamente não só o rentismo que caracteriza o comportamento recorrente de nossas elites, mas também o citado desequilíbrio. Apesar de seu caráter subsidiário, pois a desarticulação desse poder depende evidentemente de medidas mais profundas, essa é uma bandeira que desnaturaliza as dívidas e mostra o caráter fictício desse “capital”, tendo, portanto, um sentido político claro.

É preciso
denunciar os
programas
de obsolescência
programada.
O que caracteriza
nosso atual modo
de vida é a
produção de
valores de uso
fundada nos
imperativos da
acumulação.

Evidentemente muito do que está aqui sendo sugerido não é viável sem uma expansão e aprofundamento dos expedientes de democracia direta. E não se trata apenas de o poder público fazer uso cada vez mais intenso de expedientes desse tipo, mas de dar força a um processo em que o poder de mando vá migrando de estruturas tecnocráticas para coletivos sociais que venham a se tornar, com o tempo, capazes de gerir, ou pelo menos de participar ativamente da gestão, não só dos recursos orçamentários do Estado, mas também de outros elementos tão importantes para a vida humana como água e energia, por exemplo. Tudo isso pode parecer algo muito distante e de implementação muito complicada, mas é preciso lembrar das enormes facilidades produzidas pelos últimos desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação. O longo tempo de quarentena que a pandemia de covid impôs a boa parte da humanidade demonstrou, com largueza de evidências, o potencial dessas tecnologias que, recorrentemente postas a serviço de ideologias de extrema direita, têm de ser utilizadas em sentido contrário, ou seja, para reforçar os princípios opostos àqueles que estruturam o sistema capitalista, apontando outro horizonte.

Não posso concluir esse pequeno inventário de bandeiras de agitação sem lembrar Kant. Disse uma vez o filósofo que podemos não saber exatamente o que é o Bem, mas temos que agir como se soubéssemos. Por analogia, digo que não sabemos exatamente o que é o socialismo, mas temos que agir como se soubéssemos. Foi o que tentei fazer aqui.

EPÍLOGO (LEMBRANDO BRECHT)

Sobre muitas das propostas aqui

[enunciadas se dirá de imediato: impossível!]

Para fazer frente a tal tipo de reação,

[relembro o apelo de Brecht:

Nós vos pedimos com insistência:

Nunca digam — isso é natural!

Diante dos acontecimentos de cada dia,

numa época em que corre o sangue,

em que o arbitrário tem força de lei,

em que a humanidade se desumaniza,

não digam nunca: isso é natural!

Para que nada passe por imutável. ←

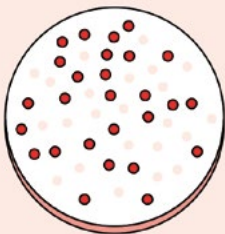




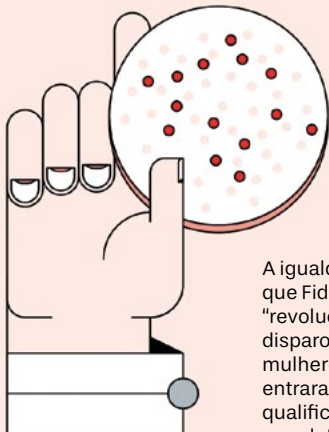
A biotecnologia socialista cubana

O setor de biotecnologia cubana é estatal, financiado pelo Estado, planejado pelo Estado e a fonte de alguns dos maiores avanços médicos dos últimos 30 anos. Em muitos países, a biotecnologia está na cama com capital de risco. Mas em Cuba, o setor trabalha de perto – e para o bem – da saúde pública.

Porcentagem de trabalhadores STEM [ciência, tecnologia, engenharia e matemática] que são mulheres.



53%
Cuba

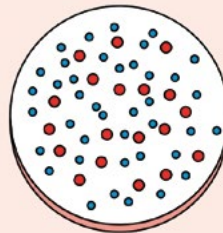


27%
Estados Unidos

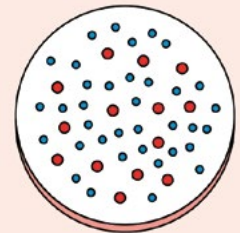
A igualdade de gênero em Cuba, que Fidel Castro chamou de "revolução dentro da revolução", disparou após 1959 quando as mulheres acessaram a educação, entraram na força de trabalho qualificada em grande número e se defenderam politicamente.

Patentes da América Latina

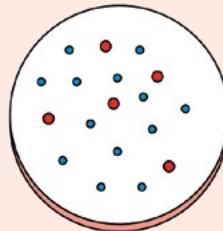
Apesar de sua pequena economia, Cuba supera seu peso em inovação, registrando mais patentes e publicando mais pedidos de patentes no exterior entre 1980 e 2017 do que as cinco maiores economias da América Latina.



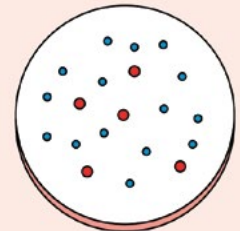
Cuba **383 / 814**
População 1.326.616
PIB U\$103 bilhões



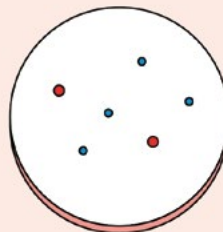
Brasil **280 / 726**
População 212.559.409
PIB U\$1.445 trilhões



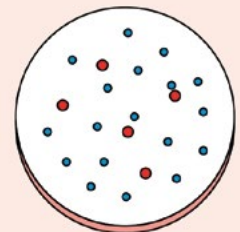
México **104 / 267**
População 128.932.753
PIB U\$1.076 trilhões



Argentina **101 / 307**
População 45.376.763
PIB U\$383,1 bilhões

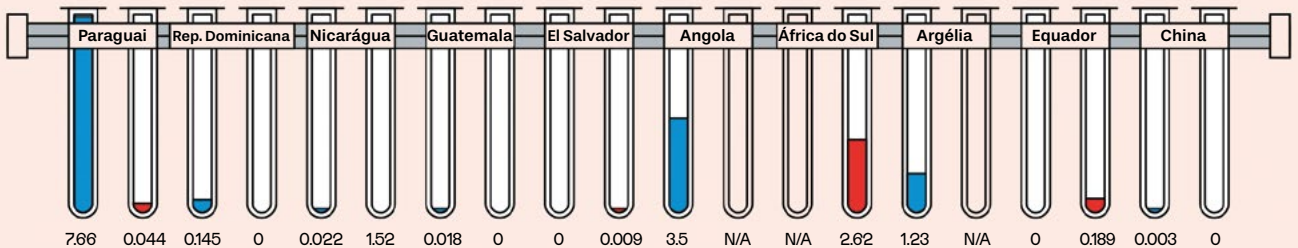
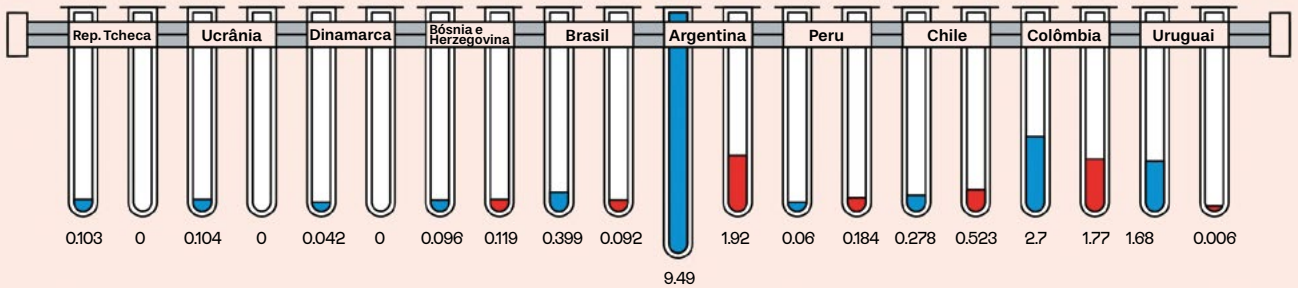
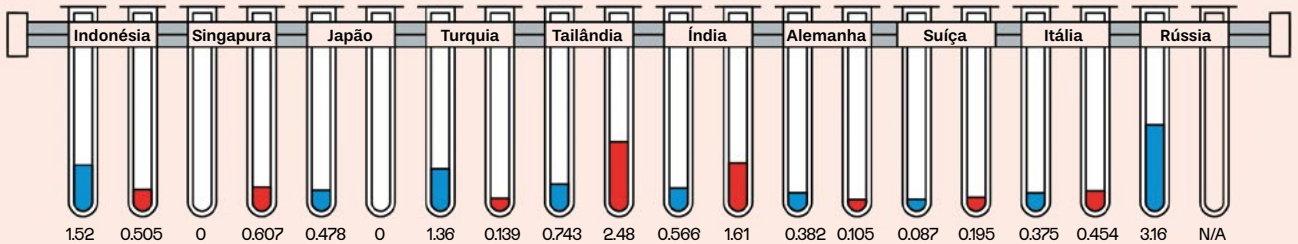
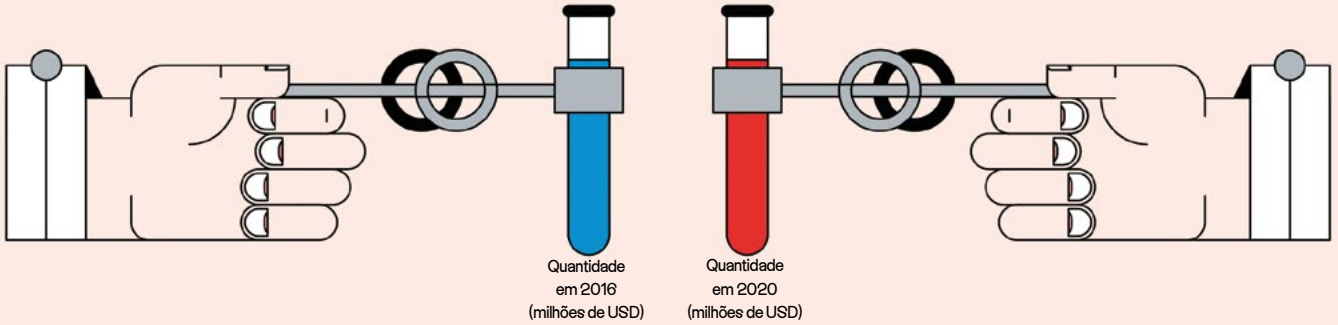


Colômbia **38 / 107**
População 50.882.884
PIB U\$273,1 bilhões



Chile **102 / 361**
População 19.116.209
PIB U\$252,9 bilhões

Exportações cubanas de sangue, anti soros, toxinas, culturas e vacinas para outros países.



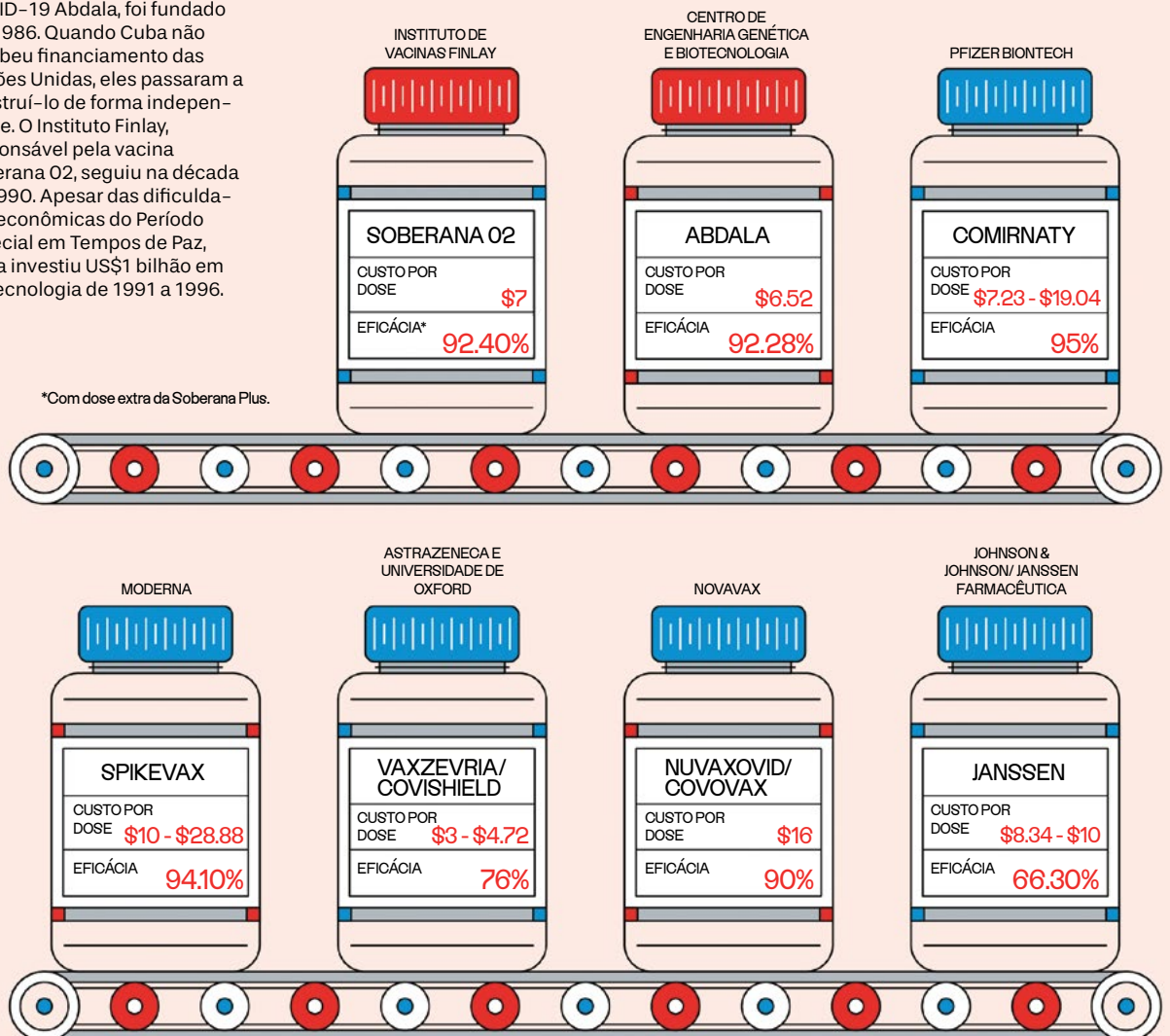
Fonte: Observatório de Complexidade Econômica.



A vacina do povo

Cuba desenvolveu duas vacinas para o COVID-19 altamente eficazes, a Soberana O2 e a Abdala (em homenagem a um poema do revolucionário cubano José Martí).

O Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), responsável pela vacina do COVID-19 Abdala, foi fundado em 1986. Quando Cuba não recebeu financiamento das Nações Unidas, eles passaram a construí-lo de forma independente. O Instituto Finlay, responsável pela vacina Soberana O2, seguiu na década de 1990. Apesar das dificuldades econômicas do Período Especial em Tempos de Paz, Cuba investiu US\$1 bilhão em biotecnologia de 1991 a 1996.



Fontes: Organização Mundial da Saúde, Centro de Controle e Prevenção de Doenças, BioCubaFarma, M. Eugenia Toledo Romani et al. (2021). Custos por dose variam de acordo com o país.



Armas da crítica

www.observatoriodemundo.org

Educar o povo,
armar o futuro



É melhor socializar um banco do que roubá-lo

Dinheiro, tecnologia financeira e a estratégia de transição ao socialismo.

¶ “O MAIS DIFÍCIL DE COMPREENDER É, certamente, o sagrado respeito com que se ficou reverenciosamente parado às portas do Banco de França”, escreveu Friedrich Engels, em 1891, sobre a experiência da Comuna de Paris, ocorrida 20 anos antes. Tendo em mente alguns casos recentes de passagens da esquerda pelo poder, em distintas partes do mundo, a decepção de Engels em relação ao “êxtase [dos communards] diante da caixa da alta burguesia que tinha na mão” nos soa dolorosamente familiar. Seguimos, um século e meio depois, é preciso admitir, ainda em “êxtase” diante do poder do dinheiro e das finanças.

Como se sabe, a manutenção do poder de Versalhes sobre o Banco da França foi um dos fatores determinantes para a derrota da Comuna. Contando com a ingenuidade e paralisia dos communards, vultosas quantias foram destinadas, por meio da instituição, àqueles que, graças a tais recursos, puderam esmagar o povo de Paris em armas e pôr fim à revolução social.

Tal atitude em relação ao Banco de França pode ser compreendida à luz dos limites da estratégia dos setores que estavam em maioria na Comuna: os partidários de Pierre-Joseph Proudhon e os de Louis Auguste Blanqui. O resgate histórico não é meramente anedótico, já que a lição teima em não ser aprendida. Enquanto os blanquistas propunham tomar militarmente o banco sem saber bem ao certo o que fazer com ele, os proudonistas argumentavam que a tomada e violação do Banco da França, “a fortuna do país”, levaria a indústria, o comércio e o resto das atividades econômicas a uma verdadeira catástrofe. Esse alerta (ou, melhor, chantagem) seria exaustivamente repetido, desde então, a cada possibilidade ou concretização da chegada da esquerda ao poder.

A base material desse dilema tem a ver com o papel estratégico do dinheiro e das finanças no capitalismo. Para enfrentá-lo politicamente é preciso compreendê-lo teoricamente.

O dinheiro não é uma “coisa”, um “objeto”. Como o “equivalente geral”,

a forma mais abstrata assumida pela riqueza, a “trocabilidade” de todas as coisas, como o mecanismo de representação e realização do valor das mercadorias, o dinheiro é, antes de tudo, uma relação social. O dinheiro é uma forma de “comunidade”, de vínculo e pertencimento social.

No capitalismo, sejamos trabalhadores ou capitalistas, somos todos, a um só tempo, compradores e vendedores de mercadorias, incluídas entre elas a força de trabalho – a mercadoria “especial” que, constituída historicamente por meio da despossessão e da instituição do assalariamento, possibilita a generalização do capital como relação social de valorização do valor. Isso confere não apenas uma realidade econômica, mas determina um conteúdo político para o dinheiro, já que, por meio de tais propriedades, ele se revela como uma enorme alavanca de poder social. O dinheiro é passado, portanto, não apenas por uma realidade econômica imediata – relativa à coordenação da divisão social do trabalho, da troca no mer-





O poder sobre o dinheiro e as finanças possibilita o comando sobre as prioridades da produção social.

cado e, assim, da realização do valor –, mas por uma existência política, que toca a coerção e consentimento, a violência e a confiança, em suma, a luta de classes e a ideologia.

Na sociedade em que a mercadoria e o capital estão devidamente universalizados, todas as formas de remuneração, sejam elas rendas, juros, lucros ou salários, assumem inexoravelmente a forma monetária. E sendo o capital “dinheiro que gera mais dinheiro” (por meio da compra da força de trabalho e de meios de produção), o crédito e as finanças cumprem um papel determinante na expansão (e nas crises) do capitalismo. Por isso, a produção, circulação, posse e gestão do dinheiro são pontos de importância estratégica no que diz respeito à mobilização e distribuição da produção social e, assim, à relação entre as classes, sua apropriação relativa do excedente produzido, seu nível de bem-estar e o alcance e efetividade de seu poder decisório.

O poder sobre o dinheiro e as finanças possibilita o comando sobre as prioridades da produção social e, em medida significativa, privilégios fundamentais em torno de sua apropriação. É bastante compreensível, portanto, que qualquer força política que ouse intervir no ciclópico mundo das estruturas financeiras e monetárias, por mais nobres e legítimas que sejam suas intenções, enfrente resistências de

dimensões igualmente titânicas; com a possibilidade, um tanto previsível, de uma escalada de conflitos de classe com real potencial de desorganização da atividade econômica. Eis a chantagem central a que qualquer força política progressista invariavelmente é levada a confrontar. Frente às engrenagens “autorreguladas” e “automáticas” do dinheiro e das finanças, argumentam aqueles que detém o seu controle, “nada pode ser feito”, “não há alternativa” a não ser o caos ou a capitulação resignada.

TOMANDO O CONTROLE: AS EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS DO SÉCULO XX

Mas houve quem desafiasse esse imperativo. Conhecedores do balanço crítico da Comuna nesse particular, os revolucionários socialistas do século XX – na Rússia e na China, em Cuba e no Chile – ousaram colocar, sem hesitação, os dedos nas engrenagens vorazes da finança capitalista.

Não há condições para detalhar aqui cada uma dessas experiências. Delas importa reter que, no geral, não apenas os programas socialistas de então passaram a prever a nacionalização, a estatização e a socialização do setor bancário, como, uma vez conquistado o poder, medidas concretas foram efetivamente adotadas nessa direção. Entre outras, podemos mencionar a tomada de controle do

banco central e emissão de nova moeda, expropriações de banqueiros, centralização do crédito, cancelamento da dívida pública contraída pelo regime anterior e cancelamento das dívidas de camponeses e operários.

O caso chileno é especialmente intrigante, já que a obtenção de controle sobre 90% do sistema bancário do país foi efetivada, já no primeiro ano do mandato de Salvador Allende, por meio da compra direta de ações e direitos dos bancos privados pelo Estado, ou seja, respeitando os direitos de propriedade e a liberdade contratual previstas pelo direito privado burguês. Em termos práticos, foi realizada uma oferta geral e pública de compra de ações das instituições financeiras, e o Banco de Estado – apoiado pelo Banco Central, que abriu uma linha especial de crédito para cobrir o preço de compra – comprou as ações dos bancos privados. Evidentemente, conflitos se impuseram em decorrência disso.

Em qualquer caso, e por diferentes meios, buscava-se, conforme Lenin, “marchar firmemente para a transformação dos bancos em pontos centrais da contabilidade social no socialismo”, cujo funcionamento ocorreria em consonância com a planificação econômica. Ao reorientar, assim, a relação entre propriedade, prioridade e controle, buscava-se retomar a soberania sobre os rumos do investimento e da produção, reforçando, no mais, a propriedade coletiva e a desmercantilização onde fosse possível, com destaque

Ao reorientar, assim, a relação entre propriedade, prioridade e controle, buscava-se retomar a soberania sobre os rumos do investimento e da produção.



para a universalização do acesso ao trabalho digno e estável, à moradia e ao transporte, à saúde, à educação, arte e cultura. Desse modo, o poder a um só tempo alienante, coercitivo e concentrador do dinheiro estaria, na transição ao socialismo, domado, e um conjunto crescente de dimensões da vida social deixariam de ser ditadas centralmente pelo mercado.

Nessas condições, os bancos, uma vez controlados e reconfigurados pelas forças populares, teriam um papel bastante restrito; basicamente, o de disponibilizar a parcela dos fundos do Plano que cabiam a cada empresa. E, mesmo nesses casos, às vezes uma parcela secundária, pois a principal viria do próprio orçamento do Estado.

Estes não seriam, portanto, bancos comerciais ou de empréstimos, que, entre outras operações, captam depósitos para realizar empréstimos. Seus fundos para tal distribuição às empresas viriam direto do Plano. Os bancos poderiam, ainda, receber depósitos dessas empresas e dos trabalhadores e prestar outros serviços de transferência de fundos (pagamentos de compras, serviços etc.). Em algumas formulações, mesmo os juros não existiriam na distribuição dos fundos de acordo com o Plano. O que estava, então, no horizonte, era um sistema bancário sem reservas fracionárias, com bancos sem capacidade de criação de poder de compra, já que não operariam alavancados, ou seja, bancos amordaçados.

É preciso destacar, aqui, o raciocínio de base dessa visão para, a partir dele, melhor avaliar as medidas postas em prática e, assim, à luz das condições históricas com que se depararam, pensar seus avanços e limitações concretas.

O imperialismo, com a monopolização do capital e o surgimento do capital financeiro, argumentou Lênin, “é a véspera da revolução socialista” dado o “gigantesco progresso na socialização da produção”, ainda que sua apropriação continue privada. Tal grau de centralização de capital permitiria internalizar nesses grandes monopólios transnacionais todo o planejamento da produção. A questão seria, portanto, “apenas” desapropriar a burguesia com a tomada do poder pelo proletariado. O papel do dinheiro e das finanças na transição ao socialismo é concebido, ao longo das experiências revolucionárias do século XX, em grande medida, a partir deste enquadramento leninista do problema.

Ocorre que esse processo de transição do capitalismo ao socialismo revelou-se muito mais complexo e prolongado do que o previsto por Marx e pelos marxistas. A começar pelas guerras civis e a destruição quase completa da produção econômica, com a consequente (e frequente) necessidade de se dar um passo atrás.

A feroz reação da classe dominante, antes e depois da tomada do

poder do Estado, não raro se expressou, economicamente, em fuga de capitais (estrangeiros e nacionais), locaute patronal generalizado, desvalorização cambial e hiperinflação, esgotamento de reservas internacionais, recessão e crises financeiras – ou seja, na implacável concretização daquelas ameaças historicamente feitas pelos donos do dinheiro.

Nessas condições, o objetivo central dos socialistas foi, sobretudo, manter-se no poder, vencer a guerra civil e, em meio a tais adversidades, produzir e reproduzir dignamente as condições materiais de vida da sociedade. As ações relativas aos bancos e o crédito acabaram, como seria de se esperar, subordinadas a esse objetivo fundamental. Em algumas ocasiões, isso implicou em troca de padrão monetário (uma tentativa de acabar com a inflação), congelamento de preços e salários, centralização do “crédito”, manutenção de relações mercantis, moeda e empresas privadas, definição de setores prioritários como o comércio exterior (para obtenção de divisas e importações), participação em sistemas de pagamentos internacionais etc.

Assim é que nenhuma experiência prática de construção do socialismo conseguiu, até agora, eliminar a propriedade privada e as relações mercantis-capitalistas, como se vislumbrara. À luz disso, todas fizeram articular, cada uma ao seu modo, um tipo de convivência conflituosa entre





Desde um ponto de vista marxista, o socialismo se demarca em relação ao capitalismo nas suas relações sociais de produção e de propriedade.

propriedade coletiva e propriedade privada, plano e mercado, relações socialistas e relações capitalistas. Mesmo a nacionalização, estatização e coletivização de setores econômicos essenciais (bancos, comércio exterior, grandes empresas), avançadas por essas experiências, estavam subordinadas ao dilema fundamental da sobrevivência imediata, em meio a relativo isolamento internacional.

À luz disso, que lições se pode retirar dessas experiências e que possibilidades se colocam em face da conjuntura presente do capitalismo?

LIÇÕES DO PASSADO, APOSTAMENTOS PARA O FUTURO

Desde um ponto de vista marxista, o socialismo se demarca em relação ao capitalismo nas suas relações sociais de produção e de propriedade. Em consequência disso, a construção teórico-conceitual marxista sobre os bancos e as finanças (bem como sobre as relações mercantis, a mercadoria, o valor, o dinheiro, os salários, o crédito etc.) na transição socialista indica uma radical mudança de forma e conteúdo nesta esfera em relação ao capitalismo. Em geral, no entanto, esses aspectos são apenas esboçados e a experiência concreta da construção socialista seguiu, como vimos, outros caminhos.

Para Marx, a sociedade socialista, “como ela acaba de sair da socieda-

de capitalista” já estaria “fundada na propriedade comum dos meios de produção”. Assim, os produtos do trabalho humano, obtidos por meio da transformação da natureza, não seriam mercadorias, ou seja, não teriam a qualidade de valor uma vez trocados por meio de relações mercantis. Desse modo, o trabalho individual seria imediatamente parte do trabalho social total.

Ao invés de dinheiro/moeda, o trabalhador receberia um “certificado” proporcional ao seu tempo de trabalho, com o qual “pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho”. A troca entre equivalentes muda em “conteúdo e forma”, pois não existem mais as relações sociais capitalistas, nem a propriedade privada dos meios de produção (a partir das quais se poderia receber lucros, juros, renda da terra). Não se tendo chegado, ainda, ao almejado horizonte comunista do “cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”, a situação limitada aqui em questão está circunscrita, ainda, pelo direito burguês de troca entre equivalentes (quantidades de trabalho).

Desse modo, as funções do dinheiro (principalmente a de unidade de conta e meio de pagamentos, mas também reserva de valor) seriam, em geral, desempenhadas pelos chamados “bônus” (ou qualquer outro nome que sirva para diferenciá-lo

do dinheiro na acepção capitalista), que expressaria diretamente uma determinada quantidade de trabalho socialmente útil e poderia ser trocado por qualquer outro equivalente da produção social.

Com a abolição tendencial das relações mercantis, o dinheiro deixa de existir como equivalente geral do valor e das trocas entre mercadorias. Com a mudança das relações sociais de produção e a pressuposta falta de autonomia relativa desses “certificados” em comparação com o dinheiro atual, os bancos se reduziriam a depositários dos “bônus” da população e a operadores financeiros das prioridades da planificação (além de receber impostos, por exemplo). Assim, amarramos a questão das finanças e do dinheiro ao quadro prospectivo geral composto pela propriedade coletiva dos meios de produção (ao invés da propriedade privada), planejamento da produção e da distribuição/consumo sociais (ao invés de relações mercantis) e cooperativas de trabalhadores autônomos (ao invés de capitalistas) como horizontes do socialismo.

Considerada legítima esta aposta utópica, e abstraídas as condições adversas da luta política acima apontadas, outros questionamentos se apresentam a essas indicações. Alguns desses advém do próprio aprendizado histórico das experiências socialistas do século XX, outros da natureza complexa e integrada do capitalismo contemporâneo. Vejamos.

Ao domarem a “anarquia” de mercado típica do capitalismo e, reorientar as prioridades e modos de fazer do investimento, experiências socialistas protagonizaram feitos surpreendentes.



1 Com a redução tendencial do mercado e do dinheiro como instrumentos de coordenação social da produção e do consumo (e de “comunicação de informações” por meio dos preços, caso se queira), o que poderia funcionar como um canal alternativo de “escuta” econômica? Sem o encaminhamento satisfatório para este problema há um risco significativo de deriva ao dirigismo autoritário (prioridades e decisões econômicas fundamentais tomadas por uma casta de técnicos e burocratas) e à ineficiência alocativa, com consequente insatisfação popular e enfraquecimento político do novo regime. Aqui entra a questão que veio a ser conhecida como o problema do “cálculo econômico sob o socialismo”, com todos limites e confusões que enseja.

É verdade que, ao domarem a “anarquia” de mercado típica do capitalismo e, assim reorientar as prioridades e modos de fazer do investimento, algumas experiências socialistas protagonizaram feitos surpreendentes em termos de crescimento econômico, potencialização da produção e bem-estar social. Mas a discussão quanto à alocação e à distribuição nunca cessou de ser um ponto problemático. A resposta de que isso configura um problema apenas “político” de

democratização, sendo a questão resolvida pela deliberação pública dos trabalhadores em assembleia, é ingênua. Há aqui um problema técnico complexo e real, já que o que está em questão é a coordenação de desejos e ações de milhões de pessoas, com todos os problemas e dificuldades práticas que tal tipo de deliberacionismo enseja. A resposta mais contemporânea em torno do poder ampliado da coleta de informações e processamento computacional de alta complexidade é certamente promissora e, em grande medida, correta, mas ainda parcial, já que outros aspectos precisam ser também considerados na análise.

2 Com a eliminação tendencial do mercado e, assim, do valor como norma social, e do trabalho abstrato como substância do valor, ou seja, da troca mercantil como espaço de validação do tempo de trabalho socialmente necessário, como definir, na constituição dos tais “bônus”, a proporcionalidade entre certa quantidade de trabalho individual imediato em relação ao trabalho social total – particularmente ao se considerar a diferença qualitativa concreta das formas e intensidades de trabalho existentes em uma sociedade complexa (que envolvem formação, treino, especiali-

zação, intensidade tecnológica/ produtividade distintas etc.)? Ou podemos assumir que a hora de trabalho de um engenheiro químico e de um motorista é, por convenção, exatamente a mesma? Como alocar socialmente as pessoas em trabalhos distintos sem que se produzam novas desigualdades – ou alguma faixa de desigualdade será, até certo nível, aqui tolerada?

3 Por fim, é plausível imaginar que, na transição, a capacidade de alavancagem para mobilização massiva de recursos (dirigidos às novas prioridades sociais), será (como foi) algo estratégico. Vedada a alavancagem – com a compreensível justificativa de que isso reforça, de modo autorreferencial, a concentração de recursos e o poder social desigual dos detentores do dinheiro – o que se define, em termos práticos, na transição ao socialismo, por “financiamento” de novas prioridades sociais? Analogamente ao raciocínio típico da ortodoxia econômica, tratar-se-ia apenas da mobilização de um fundo proveniente da acumulação pregressa, do consumo denegado (poupança) como sustentáculo do investimento? Caso a resposta seja positiva, parece evidente que estaremos presos





Por fim, é plausível imaginar que, na transição, a capacidade de alavancagem para mobilização massiva de recursos.

a um certo “ricardianismo de esquerda”, bastante limitado em sua capacidade de pensar um papel alternativo para o “sistema de crédito como uma alavanca poderosa” da transição.

Na árdua tarefa de encaminha-mento desses desafios, duas formas simplistas de automatismo devem ser evita-das. A primeira considera que o desafio é apenas político e não técnico; a segunda que este é apenas técnico, e não político. Em alguma medida, esses dois pólos emergem como fantasmas daquelas duas velhas posições dos communards a nos assom-brar – as de Proudhonianos e Blaquintas. Contra estes, é pre-ciso apontar com firmeza que o problema é, a um só tempo político e técnico, ou melhor, técnico enquanto político e político enquanto técnico.

POSSIBILIDADES DO PRESENTE

A atual conjuntura é pródiga de exem-plos quanto à autonomização do dinheiro e das finanças em relação ao valor, dos mais engenhosos modos de ampliação das formas de capital fic-tício e de seu poder crescente sobre as demais dimensões da economia. A lógica autocentrada e curto-prazista da especulação financeira espalha-se por toda a parte.

O sistema financeiro e os ban-cos ocupam papel importante como concentradores do dinheiro da sociedade, em sua transforma-ção em capital portador de juros (com aceleração da acumulação) de capital fictício. O sistema bancário moderno, com a alavancagem relati-vamente supervisionada pelo Esta-do, se materializa na existência de instituições como bancos centrais, comissões de valores mobiliários, organismos internacionais, entre outras que, no entanto, não são capa-zes de evitar as crises financeiras recorrentes.

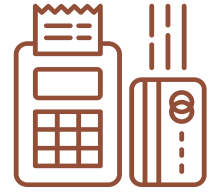
Em meio a essa “financeirização de tudo”, com a geração de capital fic-tício atingindo patamares inimaginá-veis, diversos outros participantes passaram a exercer atualmente fun-ções que antes estavam restritas aos bancos, tornando o ambiente ainda mais complexo. Pensemos nos fun-dos de pensão, nos Money Market Funds, na ação financeira direta dos monopólios transacionais, nas Fin-techs, nas BigTechs, nas formas de Shadow Banking e nas criptomoedas etc. Colocando em uma imagem, é como se, no capitalismo digital de nosso tempo, cada vez mais, as empresas de tecnologias se parece-ssem com instituições financeiras e as instituições financeiras se pare-cessem com empresas de tecnologia, com disputas neste campo que estão ainda por ser melhor compreendi-das. O terreno é, em grande medida,

diferente e mais desafiador do que antes. No entanto, novas possibilida-des também se abrem.

Pensando, como se fez aqui, o dinheiro, os bancos e o crédito como formas, historicamente determina-das, de técnicas sociais capitalistas – de coordenação, por um lado, e de impulsionamento e orientação, por outro, da produção – dois níveis inter relacionados de proposições apontam; um deles mais geral e principiológico, outro mais prático e operativo.

Na primeira instância, a mais geral, trata-se de promover, onde possível, a desmercantilização da sociedade e experimentar com outras formas de coordenação de informações, ações e processos ao mesmo tempo análogas e contrapostas ao dinheiro, com proporção decrescente de setores entre-gues ao controle do mercado, e mais a formas de coordenação voltadas ao “comum”. Mais especificamente, por meio do fortalecimento da independência, autonomia e poder político do trabalho (auto)organizado, cami-nhar na direção de experiências que enfraqueça seu caráter mercantil, ou seja, em que o trabalho se aproxime, tendencialmente, de uma “participação” direta, o mais democrática possível, na produção social – em seus pressupos-tos, condições e resultados.

Na dimensão mais prática e imediata da questão, algumas possibilidades já existentes abrem vias interessantes. No campo da “comunicação de infor-mações” quanto à demanda e oferta



Na árdua tarefa de encaminhamento desses desafios, duas formas simplistas de automatismo devem ser evitadas.

em distintos níveis, mecanismos digitais conectados em rede e processados não apenas por computadores potentes, mas também por dispositivos digitais pessoais e todas as informações que podem emitir em tempo real, certamente podem ajudar a contornar tecnicamente algumas das mencionadas dificuldades das experiências socialistas pregressas neste campo, melhor articulando, assim, por meio de outras vias que não o mercado, as cadeias de produção, circulação e consumo. O mesmo vale para articulação de informações, ações e processos de cooperativas de trabalhadores e consumidores em diversos campos e setores.

Distintamente do que se propagou nas últimas décadas, as experiências socialistas, a economia de guerra capitalista e o período do capitalismo desenvolvimentista do pós-guerra mostram com muita clareza que a planificação, sim, “funciona” – em termos de crescimento e “eficiência” econômica. Mais do que isso: o capitalismo avançado não existe como tal, mesmo sob o neoliberalismo tardio, sem a combinação de formas variadas de articulação entre plano e mercado, em contínua evolução.

É plausível imaginar que não se transitará de um modo de produção a outro sem o auxílio do mercado, ou melhor, sem uma nova forma de combinação provisória entre plano e mercado que, ao que tudo indica, ainda permanecerá conosco por um certo

tempo. Controlar a força de alavancagem, concentração e poder social do dinheiro passará então, na transição socialista, por reconstruí-lo tecnicamente e orientá-lo politicamente na direção de seu próprio fim.

De um lado, uma outra lógica coordenação macroeconômica multidimensional motivada por necessidades sociais (cuidado e bem-estar social, arte, cultura e educação, transição ecológica), e não pelo lucro máximo imediato, é certamente um pressuposto político articulador dessas medidas. O Estado e a sociedade encabeçando, por essa via, o ciclo econômico por meio da reorientação do investimento, em consonância com novas formas de prioridade, controle e propriedade.

De outro, inovações técnico-institucionais se abrem, nessa direção, com a contribuição de alguns processos, mecanismos e soluções tecnológicas já existentes. A reconfiguração digital do dinheiro, o avanço dos Big Data, o advento do blockchain e das Fintechs, da Inteligência Artificial, a depender de seu modo de articulação e sustentação sociopolítica, podem abrir o campo de experimentações para novas formas de coordenação nesta área, seja em nível – caso se queira usar essa terminologia – “micro” (o das trocas imediatas entre agentes), seja em escala “macro” (o da dinâmica sistêmica).

Pensemos nas possibilidades técnicas abertas para as distintas formas

de relação entre as funções financeira e propriamente monetária do dinheiro – por exemplo, com formas de dinheiro programadas tecnicamente para serem gastas apenas de certo modo, apenas em certo período e em certa localidade, para serem trocadas apenas por esse ou outro tipo de produto ou serviço, por essa ou outra forma de dinheiro etc. Ou então, em prol da democratização da vida econômica, nas possíveis formas de transparência e participação nas decisões de investimento, em distintos níveis, que as tecnologias digitais podem abrir; na possibilidade de rearticular a relação entre centralização e descentralização de processos, de repensar a desalavancagem e desconcentração de recursos, de reforçar sistemas fortemente progressivos de tributação ou sistemas distintos de parceria e co-participação.

Contra qualquer futurologia ingênuo ou solucionismo utópico, cabe destacar, novamente, que “muito embora as dificuldades pertencentes a uma forma inferior [de dinheiro] possam ser evitadas por uma forma superior”, a transformação radical neste campo deve inexoravelmente estar articulada a outros aspectos. Isso compreendido, já passou da hora de ousarmos elaborar, construir e experimentar – técnica, institucional e politicamente – mais neste campo, superando, de uma vez por todas, aquele velho “êxtase diante da caixa da alta burguesia”. ←





O eclipse estratégico

Dinheiro, tecnologia financeira e a estratégia de transição ao socialismo.

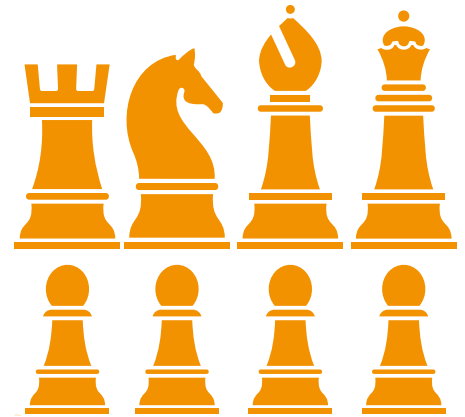
¶ NO ALVORECER DA DÉCADA DE 1980, desponta um cenário internacional em que a crise das experiências de transição ao socialismo e a perda de contraponto no sistema interestatal concorrem como elementos centrais de mudança no cenário histórico, lançando as bases para a ofensiva do neoliberalismo coordenado pela hegemonia do capital financeiro. Assim, ocorreu nos países periféricos uma nova rodada de reforço da dependência, mediante a violenta ofensiva sobre os Estados Nacionais e a perda de instrumentos para se contrapor às desmedidas aberturas comerciais e financeiras, filhas da globalização liderada pelos EUA.

No começo da década de 1990, o fim da URSS e a ofensiva neoliberal colocaram a classe trabalhadora numa situação de defensiva em escala global. Esta nova situação dificultou profundamente a construção de estratégias socialistas. Mais do que isso, o próprio marxismo, enquanto guia para a ação, perdeu espaço nos partidos e na

sociedade, diante da ofensiva de formulações pós-modernas e reacionárias que afirmavam o capitalismo como o último estágio da humanidade ou, para alguns, tratava-se do “fim da História”. Este período, marcadamente contra-revolucionário, impôs uma espécie de regressão do debate estratégico, na medida que a defensiva imprimia às forças de esquerda uma prática política taticista e de curto prazo.

“OS FATOS SÃO TEIMOSOS”: A ATUALIDADE DO MARXISMO E DA LUTA DE CLASSES

Depois de mais de três décadas das promessas neoliberais, temos elementos suficientes para um balanço que contribua para a reconstrução de estratégias socialistas. De início, nos cabe fazer três constatações. A primeira, a reprodução do capitalismo na sua fase marcada pela dominância financeira é cada vez mais a expressão da barbárie e cada vez menos movido por ciclos



de acumulação capazes de combinar a manutenção das taxas de lucros com bem-estar social. Segundo, a luta de classes continua sendo a força motriz da história. Terceiro, o marxismo, enquanto ciência da história, nos proporciona o mais adequado método de investigação que nos possibilita compreender as contradições do capitalismo contemporâneo. Hoje, estas três afirmações podem parecer triviais, mas não são quando levamos em consideração o quadro geral da década de 1990.

A GUERRA ENTRE AS CLASSES

A etapa atual do capitalismo, embora siga sendo imperialista e monopolista, se diferencia daquele modelo de acumulação que viu florescer alternativas mais autônomas na periferia, favorecidas seja pela disputa interimperialista pela hegemonia global, seja pelo padrão de coordenação, especialmente via o sistema de Bretton Woods, que regulamenta a mobilidade de capitais, estabelecen-



do regras internacionais de políticas monetárias e cambiais.

A estratégia revolucionária é historicamente determinada, por isso é importante identificar as tendências nos planos internacional e nacional que impactam nas formulações estratégicas do século XXI. Começemos pelo quadro internacional. A reação dos capitalistas à crise do modo de produção capitalista, particularmente após 2008, está na base:

1. Da superexploração do trabalho (novas modalidades de extração da mais-valia, reformas trabalhistas);
2. Da destruição acelerada do meio ambiente (a busca de novas fronteiras agrícolas, mineração, dentre outros);
3. Da captura dos Estados nacionais pelo rentismo (dominância financeira) que busca radicalizar as formas de apropriação do excedente por dentro do Estado;
4. Do avanço da multipolaridade global e da transição para a hegemonia chinesa, podendo

esta nação viabilizar um conjunto de investimentos globais com fortes efeitos de encadeamento que podem beneficiar o Brasil e a América Latina;

5. Do aumento da ofensiva imperialista buscando recompor sua hegemonia, aumentando a instabilidade global e os riscos de guerras de larga escala.

No Brasil, destacamos as seguintes tendências:

1. Está em curso a reestruturação do padrão de acumulação capitalista que se iniciou com o governo Temer e prosseguiu no governo Bolsonaro com uma ofensiva ultraliberal: teto de gastos; reforma trabalhista; terceirização; autonomia do Banco Central; desmonte da Petrobrás; privatização da Eletrobrás; dentre outros, intensificando a desindustrialização e o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho como plataforma financeira e agro-exportadora deslocada da disputa pela fronteira tecnológica da indústria 4.0;
2. A crise da economia brasileira (financeirização, reprimarização da pauta exportadora e baixo crescimento) está na base da crise social (fome, desemprego e inflação);
3. A crise da democracia representativa, pois este padrão de acumulação necessita conter o movimento popular e isso con-

tribui para alternativas autoritárias como o bolsonarismo;

4. A crise do neoliberalismo, mas não sua morte, pois o seu modus operandi de reprodução é a gestão da própria crise.

A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

É diante deste cenário devastador para as forças populares que se coloca a urgente tarefa de construção de uma estratégia revolucionária em um país continental como o Brasil, com 210 milhões de habitantes e uma frágil democracia liberal de massas. O debate sobre a estratégia revolucionária dispõe sobre os caminhos e a via para adentrarmos num período de transição ao socialismo. Trata-se de uma questão central nessa quadra histórica, impondo uma série de desafios novos para a esquerda, sobretudo na periferia capitalista que vive sob o “tacão de ferro” do imperialismo estadunidense.

É pressuposto de uma estratégia bem consolidada e com capacidade de penetração no seio da classe trabalhadora brasileira, que seus elementos sejam desdobrados de análises que façam a mediação, com sabedoria, o universal e o particular. Ou seja, que tenha clareza das leis fundamentais de movimento do modo de produção capitalista, mas que as relacione com as particularidades próprias de formações sociais e econômicas que são dependentes e que se tornaram capitalistas em um momento de consolidação do imperialismo e da fase





monopolista do capitalista, portanto, que despontam contradições centrais tais como a questão nacional.

A estratégia é a coordenação de um conjunto de ações táticas que são necessárias em cada situação histórica para ter o poder político e avançar na transição ao socialismo. Trata-se de um conjunto de iniciativas políticas e organizativas que viabilizem a articulação entre a construção e a conquista do poder. Essa estratégia deve proporcionar à classe trabalhadora avançar na organização popular, lutar por reformas sociais, disputar as instituições do Estado e avançar na batalha de ideias.

O avanço articulado dessas tarefas políticas, organizativas e ideológicas é que dão conteúdo ao processo de construção (acúmulo de forças prévio) e realização (conquista do poder) da hegemonia da classe trabalhadora. A estratégia deve permitir a viabilização da política de alianças que for necessária em cada momento histórico. Na luta revolucionária, cada aliado, ainda que seja vacilante e temporário, é importante. Entretanto, ainda que nossa atuação política também objetive dividir o inimigo, não guardamos ilusões quanto ao papel da burguesia brasileira, mesmo considerando suas diferentes frações. Ela não tem projeto de nação e combate implacavelmente qualquer possibilidade de ascensão e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, conforme ficou demonstrado em vários momentos da história do Brasil, particularmente no golpe de 2016 sobre o governo de Dilma Rousseff.

Apresentaremos, agora, algumas diretrizes gerais da estratégia da revolução brasileira. São elas:

A necessária *combinação estratégica das formas de lutas* (luta social, eleitoral e ideológica) deve estar a serviço da *organização popular* e da luta pelo poder político.

A construção junto ao povo de um projeto popular para o Brasil que, a partir de uma interpretação da realidade nacional, apresenta um conjunto de reivindicações transitórias que, partindo do nível de consciência real dos trabalhadores e de suas necessidades concretas e imediatas, tendem a agudizar a luta de classes e intensificar os conflitos com a classe dominante. O ponto de partida deste projeto é a defesa do desenvolvimento nacional com vistas a restaurar o papel do Estado na economia, combater as desigualdades e reindustrializar o Brasil. O avanço deste projeto, pela via da combinação das formas de lutas a serviço da organização popular, impõe ao movimento revolucionário o aprofundamento das transformações, transitando para reformas estruturais que só se consolidam efetivamente no socialismo, ou, caso contrário, retrocederá à revolução. É neste processo que se coloca a questão do poder.

Inserir no seio da estratégia da revolução brasileira a *superção do racismo estrutural e da desigualdade de gênero*. O racismo estrutural é um pilar fundamental na formação do capitalismo dependente no Brasil, estando diretamente relacionado com a profunda desigualdade social vigente até os dias atuais. Assim, a ques-

tão social e racial estão imbricadas. A desigualdade de gênero, assim como a violência contra as mulheres, também é um elemento estrutural de nossa formação que deve ser enfrentado pela auto-organização das mulheres, paridade nos espaços de poder, política públicas e estruturais que enfrentem a lógica do patriarcado.

Cultivar o *internacionalismo proletário, o nacionalismo revolucionário e a luta antiimperialista*. Neste quesito a esquerda brasileira está aquém de boa parte da esquerda latino-americana.

Desenvolver o que chamamos de “marxismo criativo”, uma apreensão marxista rigorosa no elemento conceitual e criativa na aplicação concreta.

OPERACIONALIZAR A ESTRATÉGIA

A estratégia precisa ter operacionalidade cotidiana, caso contrário, ela tende a se reduzir aos desejos ou justos postulados teóricos sem lastro na realidade. Então, quais são as tarefas político-organizativas que podem garantir a operacionalidade da estratégia?

Em primeiro lugar é necessário derrotar o bolsonarismo junto com seu projeto autoritário e ultraliberal. Mais quatro anos de governo Bolsonaro, significará a consolidação do quadro de defensiva estratégica e o fracasso da nossa ofensiva tática atual. Predominaria o taticismo em detrimento do avanço da estratégia. Portanto, eleger Lula é fundamental para a retomada do debate estratégico. Cabe ressaltar

Cultivar o internacionalismo proletário, o nacionalismo revolucionário e a luta antiimperialista. Neste quesito a esquerda brasileira está aquém de boa parte da esquerda latino-americana.

que o alargamento da democracia no sentido de radicalizar a democracia direta e avançar na cidadania política e social também é um componente da estratégia. Ou seja, derrotar o bolsenarismo e eleger Lula têm dimensões táticas e estratégicas.

Estratégia sem linha de massas e organização popular é uma abstração. A organização popular (força social de massas) é a variável central da estratégia da revolução brasileira. Somente o povo organizado, numa escala de milhões, pode levar o enfrentamento ao grande capital às últimas consequências e, assim, resolver a questão do poder. A esquerda brasileira perdeu a linha de massas na primeira década de 2000. É preciso reconstruir a linha de massas, num primeiro momento, a partir das necessidades básicas do povo brasileiro: emprego, combate à fome e fortalecimento dos serviços públicos. Além do mais, precisamos combinar políticas públicas com organizações populares. Isto significa que estas políticas públicas devem ser executadas de forma compartilhada pelo Estado, o povo e os movimentos populares e sindicais.

Organizar a base social do Lulismo, no sentido de viabilizar linhas de massas e sustentar um possível governo democrático-popular. A base social do lulismo é heterogênea e exige uma relação de complementaridade entre partidos, movimentos populares, sindicais e um governo democrático-popular. Devemos disputar um futuro governo Lula para que este seja de caráter democrático-popular, o que significa alterar a correlação de forças e colocar as reformas estruturais na agenda.

UMA ESTRATÉGIA SUPERIOR

Portanto, trata-se de construir uma estratégia superior e não cometer os erros recentes, tais como o tal “republicanismo” que crê numa suposta neutralidade das instituições do Estado. Para a construção dessa estratégia será necessário garantir a unidade da vanguarda para esta estratégia superior. Sabemos que a vanguarda está dispersa em vários instrumentos políticos, por isso, a unidade e a construção de uma frente político-social tendem ser cada vez mais centrais, num processo de reorganização da esquerda que já está em curso e que passará por dentro e por fora do Partido dos Trabalhadores (PT).

Do ponto de vista tático a questão democrática está colocada. Mas a necessidade de reconstrução e transformação do Brasil impôs a imbricação da questão nacional e social como condição para o Brasil se completar como nação. Estamos falando de uma segunda independência.

A construção da estratégia da Revolução Brasileira deve recolocar o socialismo na agenda a partir da nossa própria realidade. Para isso, é necessário construir uma retaguarda político-social de massas, não descartando inclusive que em algum momento possa transitar para um movimento político-militar, já que os grandes problemas da luta de classes são resolvidos, em última instância, pela força. Temos um longo caminho pela frente. Viva o povo brasileiro! Viva o Projeto Popular! Viva a luta pelo socialismo! ←





A revolução brasileira

É pelo rastro que se conhece o tamanho da onça.

SABEDORIA POPULAR BRASILEIRA

¶ A IMENSA MAIORIA DA ESQUERDA brasileira está unida em 2022, para a disputa eleitoral, no apoio a Lula, desde o primeiro turno. Apesar de Alckmin, prevaleceu a compreensão do caráter excepcional e plebiscitário da luta contra Bolsonaro e a necessidade de derrotar os neofascistas. Mas, se vencermos em outubro, a discussão sobre a estratégia será incontornável. A grande diferença que separa a esquerda socialista das posições reformistas hegemônicas é a defesa de um projeto: a revolução brasileira.

A BURGUESIA

Não se trata de um debate doutrinário. A experiência cruel no laboratório da história é irrefutável. Depois de mais de treze anos de governos de concertação com o grande capital, a classe dominante se unificou para derrubar o governo Dilma Rousseff em um golpe institucional. Na sequência, Michel Temer assumiu a presidência, apoiou a operação Lava-Jato, Lula foi condenado e preso e

se abriu o caminho para Bolsonaro vencer as eleições de 2018. Devemos aprender algo desta tragédia. A burguesia brasileira não merece confiança alguma.

Existe uma história que explica o caráter ultrarreacionário deste capitalismo periférico. O Brasil é ainda um país muito atrasado, mas a burguesia brasileira é a mais rica e, politicamente, a mais poderosa do hemisfério sul do planeta. Nossos inimigos são muito fortes. O Brasil é um país atrasado econômica, social, política e culturalmente. É, dramaticamente, atrasado em termos educacionais quando comparado com nações em estágio semelhante de desenvolvimento econômico. Atrasado, portanto, em toda a linha.

Mas é, ao mesmo tempo, o maior parque industrial do hemisfério sul do planeta, e uma das maiores economias capitalistas do mundo contemporâneo, com vinte regiões metropolitanas com um milhão ou mais de habitantes, e 85% da população economicamente ativa em centros urbanos.

O Brasil é um dos melhores exemplos da vigência das leis do desenvolvimento desigual e combinado. São Paulo, com o MASP e o Ibirapuera, suas avenidas monumentais e arranha-céus gigantes, seus hospitais de excelência e o Instituto Butantã, a USP e a Sala São Paulo da orquestra sinfônica estadual, mais de quarenta shopping-centers e o Teatro Municipal e sua temporada de óperas, suas livrarias e seus estádios deslumbra a classe média brasileira. O Rio de Janeiro não fica atrás. Estão entre as grandes metrópoles do mundo, em qualquer escala. São uma expressão do poder colossal da burguesia.

Entre 1950/80, o Brasil dobrava o PIB a cada década, em média. Foram necessários somente trinta anos para dobrar a população. Em termos reais, a renda per capita era, em 1980, 50% maior que em 1950. Uma transição aceleradíssima do mundo agrário para a urbanização e industrialização, a maior do mundo antes da China. Mas demorou os últimos quarenta anos para duplicar o PIB de 1980. Perdeu o impulso do crescimento. E

**DISCIPLINA
REVOLUCIONÁRIA**



**PARA PLANTAR
O FUTURO**



demorou, também, trinta anos para dobrar a escolaridade média: alcançou em 2020 uma escolaridade de 8 anos (para a população com 15 anos ou mais), metade da escolaridade dos países europeus do Mediterrâneo.

O principal traço peculiar do capitalismo brasileiro é que ele se implantou da forma mais atroz, desumana e bárbara possível, recorrendo à escravidão. Por isso, o Brasil é muito diferente dos seus vizinhos sul-americanos. Nenhuma nação contemporânea conheceu escravidão em tão larga escala, e por tanto tempo como o Brasil. Por aqui a burguesia começou a se formar no século XVI, como alertou Caio Prado Júnior, mas o proletariado, ainda assim muito embrionariamente, somente no final do século XIX. Em escala nacional, só depois dos anos cinquenta.

A LUTA POPULAR

Não é possível lutar, seriamente, pela mudança da sociedade em que vivemos, sem compreender como ela é. E uma das diferenças que distingue o Brasil é que este proletariado tardio, muito jovem, é um dos mais poderosos do mundo. Não será um dos mais combativos, mas, certamente, é o mais poderoso da América Latina, e não somente porque é o maior.

Há uma história de lutas que indica do que poderá ser capaz e assusta a burguesia. Na campanha pelas Diretas Já, em 1984, milhões desceram às ruas para derrotar a ditadura militar. Em 1992, a juventude foi a cen-

telha do Fora Collor que conquistou a renúncia do primeiro presidente eleito, depois de trinta anos. Ao longo dos últimos quarenta e cinco anos desenvolveu a experiência de milhares de greves das mais variadas categorias de trabalhadores que revitalizaram os sindicatos.

Aconteceu, também, o aprendizado superior das greves gerais dos anos oitenta. Houve os comícios imponentes de Lula em 1989, com centenas de milhares de pessoas nas ruas. A luta dos aposentados depois do plano Zélia/Collor comoveu o país. Sem esquecer a greve histórica dos petroleiros de 1995, a marcha do MST de 1997 sobre Brasília, um ano depois do massacre de Eldorado de Carajás, e tantas outras lutas e mobilizações dos movimentos populares pelo direito à casa própria.

O movimento estudantil tem uma das mais combativas tradições de luta do continente. O movimento negro assumiu protagonismo na reivindicação do direito às reparações históricas. Surgiu um movimento feminista que tem capacidade organizar manifestações como o #ele não com centenas de milhares nas ruas. O Brasil tem uma das maiores manifestações de orgulho LGBTQI do mundo na Avenida Paulista há mais de dez anos.

Mas, nesses combates parciais, a classe trabalhadora brasileira sempre foi mais radical em suas ações do que em suas reivindicações. As reivindicações foram defensivas, essencialmente. A luta por melhores salários expressavam o limitado

No Brasil, o desafio de uma segunda independência repousa nas mãos da classe trabalhadora e dos oprimidos. Não se transformará em nada sem uma invencível disposição de luta.

nível de consciência de classe, ou seja, a ilusão de que seria possível regular o capitalismo selvagem. Em outras palavras, moveu montanhas, mas para reivindicar muito pouco, aceitando o Lula lá pela via eleitoral como a melhor solução política.

Esperou, pacientemente, por mais de vinte anos, até 2002. Somente por duas vezes, nesse intervalo histórico de crescente confiança na direção de Lula, do PT e da CUT, as massas populares conseguiram irromper na cena política com a força grandiosa de sua mobilização política nas ruas, ameaçando o governo de plantão. Seu programa, mesmo quando agia com métodos revolucionários – derrubar governos nas ruas é uma ação revolucionária, mesmo quando as mobilizações são pacíficas – era reformista. Esse estágio da consciência e organização de classe não foi superado nos últimos cinco anos de acumulação de derrotas. A campanha pelo Fora Bolsonaro em 2021 não alcançou a dimensão de milhões que era necessário para conquistar o impeachment. A experiência com o lulismo não se esgotou. A medição de forças com os fascistas foi adiada para as eleições de 2022.

A mobilização por objetivos políticos foi, portanto, incomum, inusitada. Para derrubar governos odiados, então, foi excepcional. As massas populares e a juventude descobriram nas Diretas e no Fora Collor que sua ação era poderosa. Mas, ficou claro, também, com a posse de Sarney (1985) e de Itamar (1992), que era mais fácil se juntarem

contra Figueiredo e contra Collor, do que se unirem a favor de um projeto anticapitalista. Não deve, portanto, nos assombrar que não houve resistência quando a direção do PT defendeu a posse de Itamar Franco em 1992. Não houve resistência de milhões descendo às ruas contra o golpe em 2016. Não houve resistência à altura do que era necessário quando da prisão de Lula em 2018.

O socialismo permaneceu como uma referência vaga para milhões de trabalhadores e jovens, e não era senão uma aspiração de maior justiça. Foram às ruas expressando a imponência de sua força, imensa maioria de pobres, deserdados e remediados em um país enorme, urbanizado em pouquíssimas décadas, muito jovem e com pouca experiência política, frágil organização independente, baixa instrução e, mais importante, por tudo isso, tendência à radicalização.

Todas as conquistas dos poucos direitos que vieram dos anos oitenta, e das poucas, ainda que valiosas reformas progressivas dos governos liderados pelo PT permaneceram ameaçadas nos últimos cinco anos. O que a história sugere é que a transformação da sociedade não é possível sem gigantescos combates na luta de classes. No Brasil, o desafio de uma segunda independência repousa nas mãos da classe trabalhadora e dos oprimidos. Não se transformará em nada sem uma invencível disposição de luta.

O nome desta estratégia é a revolução brasileira. Ela virá. ←





À altura do agora

*A estratégia do socialismo
democrático aponta um caminho
para o poder no nosso tempo.*

¶ AO ESCOLHER DEDICAR um volume inteiro à questão da estratégia socialista no nosso tempo, partíamos do sentimento de uma dupla deficiência. Por um lado, a própria noção de que algo aproxima a luta política da guerra havia, por assim dizer, saído de moda. Em um mundo que se via como pós-ideológico, passou a não ser de bom tom falar em inimigos políticos - no máximo, adversários. A própria noção de disputa pelo poder agora era vista com maus olhos: política é concorrência pela gestão de turno, administração das coisas tais como são. Como tudo nesse período, marcado pelo que Mark Fisher chamou de *ontologia empresarial*, a metáfora dominante era econômica: as eleições se assemelhavam mais a um mercado do que a um campo de batalha, os eleitores sendo apenas um tipo peculiar de consumidor, ou acionistas contratando um CEO.



Por outro lado, os principais instrumentos políticos da esquerda, aqueles partidos com alguma viabilidade para competir, passaram a se mover sem propósito histórico, quase ao sabor do vento, pautados pelo calendário eleitoral e pelas pesquisas de opinião de momento. No mais das vezes reagindo freneticamente à conjuntura, os partidos aprenderam a se adaptar às condições postas, a jogar o jogo nos termos estabelecidos. Um realismo rebaixado, obsessivamente focado no mais imediato, logo tratou de condenar como utópica qualquer tentativa de elaboração de um plano consciente orientado a mudar essas próprias condições.

TÁTICA E ESTRATÉGIA

Qualquer pessoa que se aventura no ecossistema das organizações de esquerda logo escuta algo sobre a distinção entre tática e estratégia. Os termos, oriundos da teorização sobre a arte da guerra, continuam a fazer parte do vocabulário, mas na prática significam muito pouco. Para o observador atento, o que mais deveria chamar atenção é como uma espécie de taticismo difuso, porém generalizado, apoderou-se do pensamento e da prática de esquerda nas últimas décadas. Na centro-esquerda, aquela esquerda com pretensões governantes realistas, o fenômeno pode parecer mais óbvio: na priorização dos objetivos eleitorais sobre qualquer outro modo de acúmulo de forças, na tendência a considerar a correlação de forças como dada e estática, na indefinição programática e na indisposição para estabelecer objetivos ambiciosos de longo prazo. Mas o mesmo taticismo, embora se apresentando de outra maneira, também infectou a assim chamada esquerda radical: o foco na linguagem da “resistência”, o fetiche em torno de formas de manifestações performáticas e pouco consequentes, as consignas auto-proclamatórias ou sectárias, o apego a programas esquerdistas com pouca tração prática, a incapacidade de formular a sério um caminho crível para o poder. Também essa esquerda ficou presa a um movimentismo sem propósito, quase orgulhosa de seu próprio fracasso e condição minoritária. A ela alguém poderia perguntar: “ótimo que você queira mudar o mundo, mas qual é o seu plano?”

Não se trata de uma condenação moral. A raiz do problema não está em uma falha intelectual ou de caráter. A questão não é que alguns eram “pelegos” e os outros “xiitas”, uns “oportunistas” e os outros “infantis”, que uns haviam se entregado à *Realpolitik*, a tal política de gente grande, enquanto outros se mantinham fiéis à romântica ideia de Revolução.

Na realidade, foi uma derrota histórica que enfraqueceu objetivamente o nexos entre movimento e programa. A consequência, para além dos desejos subjetivos, foi a debilitação da possibilidade mesma de uma prática estratégica. A reestruturação produtiva ao final dos anos 1970, o simultâneo ascenso de uma direita neoliberal combativa em aliança com o movimento conservador, os impasses da gestão keynesiana pelos governos social-democratas em período de estagflação, o enfraquecimento dos sindicatos, a globalização dos fluxos de capital, o colapso do campo soviético no leste europeu e o influxo repentino de uma nova massa proletária no mercado



Há poucas gerações, o socialismo era visto, por seus próprios inimigos, como o projeto político da classe trabalhadora, um projeto de massas em movimento, com vocação majoritária e já em vias de realização.

de trabalho mundial a partir da restauração capitalista na Rússia e das reformas que levaram à inserção da China no mercado capitalista global - tudo isso desequilibrou a balança em favor do capital e desorganizou a identidade da classe trabalhadora então vigente.

O processo foi de tal modo avassalador que muitos da esquerda passaram a se perguntar se ainda era possível falar em luta de classes. A verdade foi melhor capturada por alguém do outro lado, o megainvestidor Warren Buffett: *“sim, existe guerra de classes, mas é a minha classe que está travando a guerra, e nós estamos ganhando”*. O resultado dessa derrota foi a desmoralização momentânea da ideia de socialismo e o triunfalismo liberal que marcou a época do assim chamado *fim da história*: o “objetivo final” socialista nunca pareceu tão distante, a ponto de ter sido lido retrospectivamente como sempre utópico.

Mais de três décadas sem uma revolução socialista vitoriosa em qualquer país rebaixou o horizonte de expectativas. A esquerda radical, em negação, passou a se assemelhar àquelas seitas cujo apocalipse profetizado havia falhado em se realizar. Já a esquerda governante, igualmente perdida, se entregou a um oportunismo eleitoreiro cada vez mais míope, um reformismo sem reformas. Com dificuldades de anteciper tendências e planejar os passos futuros, frequentemente se viu surpreendida pelas consequências de suas próprias ações, assistindo horrorizada a fenômenos que fora incapaz de prever, como o surgimento de uma nova de extrema-direita na esteira da crise financeira e do esgotamento do período neoliberal.

Nem sempre foi assim. Há poucas gerações, o socialismo era visto, por seus próprios inimigos, como o projeto político da classe trabalhadora, um projeto de massas em movimento, com vocação majoritária e já em vias de realização. Opositores ferrenhos, como o economista Joseph Schumpeter, consideravam que o mundo estava caminhando muito inevitavelmente para o socialismo, contra suas próprias antipatias subjetivas. Os socialistas podiam então dizer, com confiança e convicção, mas também com razão, que o futuro lhes pertencia. A classe trabalhadora era a classe universal, destinada por uma espécie de providência secular, fundada em sua própria ação histórica consciente, a emancipar a humanidade, pondo fim a toda exploração e a todas as opressões.

Segundo a clássica definição de Clausewitz, a tática diz respeito à condução e direção dos combates em batalhas particulares, e a estratégia à coordenação desses momentos distintos com vistas ao objetivo final da vitória na guerra. A associação corriqueira da tática ao curto prazo, e da estratégia ao longo prazo, portanto, faz afinal algum sentido. Mas a coisa vai além: a estratégia se liga necessariamente a uma perspectiva da totalidade, uma visão de conjunto, à compreensão de como os vários momentos particulares se encaixam organicamente em um desenvolvimento mais amplo, abrangente. Dessa forma, trata como histórico e plástico o que para



a tática é mero dado da realidade. A tática pressupõe em linhas gerais o campo de batalha, a estratégia pode se esforçar para escolhê-lo ou modificá-lo. A tática atua com os recursos e instrumentos que tem em mãos, a estratégia os organiza e os acumula. A tática atua no interior de determinados limites do possível, a estratégia incide sobre os limites, para expandi-los. A tática decide sobre o melhor curso de ação em uma dada correlação de forças, e a estratégia se coloca a tarefa de alterá-la em uma direção desejada.

A crise da estratégia corresponde à perda da bússola política. O problema é que sem estratégia estamos condenados a não poder vencer. A sabedoria popular já reconhece que é bem possível levar uma batalha, mas perder a guerra. Atirados ao fluxo errático dos eventos, distraídos em relação ao desenrolar do processo histórico global, respondendo espasmodicamente, na pressa de sempre fazer algo, mas sem saber o que exatamente se está fazendo, qualquer vitória só pode ser parcial, precária e de vida curta.

NOSSA ANTIGA DOCTRINA

No final do século XIX, algo que se poderia chamar de “marxismo” havia se tornado em larga medida a doutrina oficial do movimento operário europeu. Essa doutrina oferecia certa segurança psicológica em face à repressão e aos perigos da atividade revolucionária, afinal, a história estava a nosso favor e a vitória final do proletariado poderia até ser atrasada, mas era inexorável. Para essa doutrina, o desenvolvimento da classe trabalhadora é o resultado necessário do desenvolvimento do próprio capitalismo; os países mais desenvolvidos mostram o caminho que os menos desenvolvidos terão que percorrer; as leis do movimento da sociedade moderna, que se impõem com necessidade férrea, apontam para o inescapável colapso da ordem capitalista, mostrando enfim seu caráter histórico e transitório. Conforme as classes trabalhadoras crescem em número e consciência, instruídas, associadas e organizadas pelo próprio processo de trabalho social sob o capitalismo, se preparam para o ponto culminante: a crise geral. Em tempo, toca o sino derradeiro para a burguesia - os expropriadores são expropriados.

A marcha dos fatos confirmava a profecia. Um poderoso proletariado industrial se levantava orgulhoso e combativo, se associando em larga escala e construindo seus próprios partidos e sindicatos de massa, colocando progressivamente na pauta do dia a questão do poder. Em 1895, Engels podia morrer um homem realizado, confiante que o partido que ele e Marx haviam ajudado a fundar, e que então servia de modelo e inspiração para os novos partidos operários ascendentes, representava a “força de choque decisiva do exército proletário internacional”. Elogiando o “uso sábio do sufrágio” pela classe trabalhadora alemã, Engels estava então convicto de que o “dia da decisão” se aproximava a passos largos e que a social-democracia já seria, no começo do século, a força decisiva perante a qual todas as demais teriam que se curvar, querendo ou não.



A convicção era que a espera logo seria recompensada, pois tanto a conformação de uma maioria política proletária quanto a crise final do capitalismo eram questões de tempo, pouco tempo.

O trabalho teórico e organizativo de Marx e Engels havia ajudado o movimento operário a se livrar do voluntarismo de sua infância. Ao invés do blanquismo de vanguardas minoritárias, grandes organizações públicas de massa. No lugar de seitas e sociedades secretas, o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. Em vez do ataque surpresa sem preparação, o lento trabalho de propaganda e atividade parlamentar. No lugar de esquemas utópicos e condenações morais, a conquista do poder político a partir de uma compreensão científica e estratégica do terreno de luta.

Um relativo consenso estava estabelecido: o imperativo da constituição do proletariado em classe, o objetivo da conquista do poder político, a emancipação política como pré-condição para a emancipação social, o quadro da república democrática como o mais ideal para o desenvolvimento político do proletariado, a necessidade, mas também insuficiência, da disputa eleitoral e ação parlamentar, a importância de construir uma maioria social e ganhar para si a massa do povo.

Essa estratégia estava baseada na combinação da luta econômica (sobretudo sindical) e da luta democrática como preparação para a “batalha final”, a medição de forças definitiva entre burguesia e proletariado. Mas estava também calcada na cautela de não apressar os eventos, em evitar temeridades inoportunas e ações prematuras, que pudessem desgastar a força da classe antes da hora: a paciência como virtude revolucionária. A convicção era que a espera logo seria recompensada, pois tanto a conformação de uma maioria política proletária quanto a crise final do capitalismo eram questões de tempo, pouco tempo. A eclosão da primeira guerra mundial, e a época de guerras e revoluções que abriu, abalou esse quietismo em seus fundamentos. A iniciativa resoluta se mostrou mais sábia que a espera ponderada, e a audácia uma virtude mais racional que a paciência histórica.

O GRANDE CISMA: PARLAMENTO OU INSURREIÇÃO

Após a guerra, o Partido Social-democrata Operário Russo, o primeiro do seu tipo a chegar ao poder, trocou o nome para “Comunista”, em referência direta ao velho manifesto, que completava então 70 anos. Buscava com isso não só enfatizar seu objetivo estratégico, como se livrar de um rótulo que julgava ter apodrecido. O chauvinismo da social-democracia europeia e sua capitulação ao nacionalismo na guerra foram vistos como sinal da falência definitiva da II Internacional.

Os bolcheviques não haviam chegado ao poder por meio de nada semelhante a uma maioria parlamentar, mas cavalgando uma insurreição popular que destruiu o antigo aparato de poder. A Rússia não era um país de



capitalismo desenvolvido, e sua classe operária era minoritária, embora densa nos centros urbanos. Não faltaram marxistas ortodoxos para argumentar que as condições não estavam maduras, e que a Rússia estaria pronta apenas para uma revolução democrática, liderada pela burguesia, que ainda haveria de criar condições para uma revolução socialista. Os bolcheviques rasgaram o manual.

Não é difícil entender porquê. A revolução era um fato, se impunha: os camponeses já estavam ocupando as terras, os operários criaram seus próprios órgãos de poder popular, e o governo provisório burguês (não eleito) carecia de legitimidade e, pior ainda, de capacidade de oferecer uma resolução à crise instaurada. O Estado czarista havia se esfacelado sob a desmoralização da condução desastrosa na guerra, e as elites urbanas se mostraram incompetentes em produzir uma outra hegemonia. O poder estava ao chão e os conselhos de operários e camponeses decidiram tomá-lo.

A conformação do primeiro Estado operário da história humana desencadeou ondas de entusiasmo em todo o planeta e emprestou um imenso prestígio à via insurrecional. Bandeiras vermelhas se alçaram em solidariedade, conselhos operários se espalharam feito labaredas pela Europa e além, animando greves gerais e ocupações de fábricas. Aqui e ali, repúblicas soviéticas chegaram a ser proclamadas. Mas o incêndio não durou muito: a onda revolucionária é contida, e quando as chamas finalmente abaixam, a Rússia bolchevique se vê sozinha e devastada.

Gramsci é talvez o primeiro teórico do campo comunista (embora atribua a intuição ao último Lenin, o da crítica ao esquerdismo) a identificar que havia se aberto um novo período histórico, no qual o “ataque frontal” é apenas causa de derrotas. Para Gramsci, ocorre na arte da política o mesmo que havia se dado na arte militar: a guerra de movimento perde espaço para a guerra de posição. A guerra de movimento, ou manobra, havia sido aplicada vitoriosamente na Rússia em 1917, mas no “ocidente” a guerra de posição, ou de trincheiras, era a única possível: nas democracias capitalistas modernas, as associações da sociedade civil constituem uma “robusta cadeia de fortalezas e casamatas”, o que tornaria impossível a conquista do poder de um só golpe.

Seja como for, o que efetivamente aconteceu é que em nenhum momento a via insurrecional foi capaz de atrair a maioria da classe trabalhadora nos países de capitalismo avançado. No ocidente, as experiências políticas da classe trabalhadora de maior sucesso se dedicaram à disputa institucional. O socialismo predominante foi um socialismo de corte marcadamente parlamentar. O próprio Partido Comunista da Itália, herdeiro de Gramsci e o maior no ocidente, angariando a fidelidade de cerca de um terço do eleitorado, não se diferenciava muito na prática política de um típico partido social-democrata.

Mesmo quando não chegaram ao poder de Estado, esses partidos operários democráticos realizaram conquistas louváveis. Quando chegaram, produziram enormes ganhos para a classe trabalhadora doméstica. Nos países escandinavos, onde partidos de massa da classe trabalhadora passaram décadas ininterruptas no governo (o Partido Social-democrata Operário Sueco de 1932 a 1976, o Partido Trabalhista Norueguês, de 1935 a 1965), o mais avançado Estado de Bem-Estar Social da história foi erguido.



Na periferia do sistema, onde Gramsci via a sociedade civil como incipiente e gelatinosa, a guerra de movimento continuou dando frutos, e insurreições foram vitoriosas. Uma rebelião camponesa massiva na China levou os comunistas ao poder e pôs fim ao chamado “século das humilhações”.

Na periferia do sistema, onde Gramsci via a sociedade civil como incipiente e gelatinosa, a guerra de movimento continuou dando frutos, e insurreições foram vitoriosas. Uma rebelião camponesa massiva na China levou os comunistas ao poder e pôs fim ao chamado “século das humilhações”, assentando as bases para o ascenso chinês contemporâneo. Foram os socialistas da África e da Ásia que lutaram de forma mais decisiva contra o sistema colonial, liderando em vários países os esforços pela libertação nacional. No “oriente”, o marxismo foi mais propriamente anti-imperialista que operário, mas nem por isso suas obras foram menores: o desmantelamento do sistema de colônias foi a maior conquista civilizacional da história moderna.

A cisão estratégica estava dada: uma parte do movimento dos trabalhadores confiava na atividade política legal e na atuação parlamentar para melhorar progressivamente as condições de vida da classe sem pôr tudo a perder em aventuras voluntaristas e ataques frontais, enquanto outra parte denunciava as reformas sob hegemonia burguesa como tentativas de adaptação do proletariado à ordem, e a democracia liberal como uma mera máscara da dominação capitalista, optando pela via insurrecional. Ambos os caminhos, com suas honras e misérias, dão frutos, alguns bastante maravilhosos, mas nenhum é capaz de materializar o projeto emancipatório do “autogoverno dos produtores livremente associados”.

O fim da década de 1970, contudo, os caminhos são bloqueados - a marcha para a frente, interrompida. Confrontada com a crise de lucratividade, a social-democracia abandona os planos de socialização abrangente do investimento que chegara a ensaiar, e opta por oferecer ao capital mais liberdade para reestruturação produtiva que demandava. A burguesia, pelo contrário, redescobre sua autoconfiança militante, e realiza uma agressiva “virada leninista”, que nas próximas décadas transformará o próprio significado da palavra “reformas”, agora mais associado à perda de direitos do que a qualquer sentido progressista. A crise da dívida põe fim aos sonhos de libertação do terceiro mundo. O muro de Berlim desaba violentamente sobre a cabeça de parte da esquerda, deixando-a literalmente atordoada e desnordeada. Ao mesmo tempo, a derrota eleitoral sela o destino da revolução sandinista na Nicarágua, o último processo insurrecional desse tipo.

Liberado de suas amarras temporárias, o capital corre solto mundo afora, para refazê-lo à sua imagem. Os antigos partidos operários retiram o nome “socialismo”, muitas vezes a última coisa que restava, de seus estatutos e programas. Entre os socialistas, reina um sentimento de fracasso e uma crise aguda de autoconfiança. Mutilado em seu sentido de missão histórica, o movimento dos trabalhadores tende a se desagregar em grupos de interesses divergentes e contraditórios.



MOVIMENTO E OBJETIVO FINAL

Rosa Luxemburgo, afinal, se provou correta ao antecipar que “com o abandono do *objetivo final* também o *movimento* propriamente dito deve ir a pique”. Abrir mão do “objetivo final” (a transformação socialista estratégica) em prol do “movimento”, termina em última medida enfraquecendo o próprio movimento. Ao descartar a “bússola política”, que dá sentido ao conjunto disperso de batalhas, acaba-se por desmoralizar e confundir as tropas. E na política, assim como na guerra, as “forças morais”, o “estado de alma” dos combatentes, são decisivas.

O que tornou o movimento operário uma força histórica real foi justamente a estratégia socialista. O que dava forma e coesão, permitindo a ação coletiva em larga escala, a uma massa heterogênea de trabalhadores, diversos na experiência de vida concreta, era a participação em um projeto comum. Isso permitia o movimento “saber o que faz e fazer o que quer”. Sem esse telos organizador, essa consciência de propósito, o movimento se dispersa e tende a se decompor.

Estamos diante da estrutura de uma profecia autorrealizável. Projeto político e movimento se alimentam mutuamente. Conforme um movimento cresce em organização e senso de direção, seus objetivos aparecem como mais palpáveis, realizáveis, o que por sua vez atrai novos adeptos, aumenta a convicção de seus membros, sua capacidade de ação concreta. Torna-se possível dar novos rumos à história. Mas a mesma dinâmica pode desencadear uma espiral viciosa: se o senso de direção enfraquece, isso logo resulta em descoordenação, desmoralização, derrotismo; a capacidade de agir em conjunto diminui, os objetivos parecem então inalcançáveis.

Há uma relação de mútua determinação, e mútua dependência, entre socialismo e movimento dos trabalhadores: sem movimento de massas o socialismo não passa de uma utopia, um fantasma abstrato sem efetividade; sem o projeto socialista o próprio movimento tende à estagnação e à morte.

Na conclusão de seu clássico *Reforma ou Revolução* (1900), Rosa Luxemburgo aponta que o segredo da força da social-democracia era a “unificação da grande massa popular com um objetivo que vá além da ordem vigente”. Essa unificação nunca é uma conquista estabelecida de uma vez por todas. Aparece, na verdade, na forma de um problema prático, a necessidade política de abrir caminho entre dois obstáculos que se recolocam a todo momento: o “abandono do caráter de massas” e o “abandono do objetivo final”. No primeiro caso, Rosa ensina, o risco é a “recaída na seita”, no segundo, o retrocesso ao mero progressismo liberal. Foi esse o dilema que a esquerda precisou enfrentar após a derrota histórica: ou se manter fiel ao ideal utópico da revolução, numa posição auto proclamatória, minoritária, e afastada das grandes massas, sem caminho viável para o poder, ou aderir oportunisticamente ao jogo jogado, sem pretensões de transcendê-lo. Mas entre o *utopismo esquerdista* e a *Realpolitik burguesa* há uma outra possibilidade, a qual Rosa Luxemburgo dava o nome de *Realpolitik revolucionária*.



O que tornou o movimento operário uma força histórica real foi justamente a estratégia socialista. O que dava forma e coesão, permitindo a ação coletiva em larga escala, a uma massa heterogênea de trabalhadores.

O NECESSÁRIO RETORNO À ESTRATÉGIA

É mais fácil falar do que fazer, claro. O que seria então uma *Realpolitik revolucionária* para o nosso tempo? Voltemos antes à Rosa Luxemburgo. Seu panfleto contra o revisionismo é frequentemente interpretado, pelos que não o leram, como postulando uma necessidade de escolher entre “reforma” ou “revolução”, projetando no título os embates do século XX entre social-democratas, que teriam escolhido o caminho da reforma, e os comunistas, que optaram pelo caminho da revolução. Mas não se trata disso, como as primeiras linhas do texto logo deixam evidente. Para Rosa, “a prática cotidiana por reformas sociais, pela melhoria da condição do povo trabalhador dentro da ordem social existente, em favor das instituições democráticas, constitui, pelo contrário, o único caminho capaz de guiar a luta de classes proletária e de trabalhar rumo ao objetivo final”. Entre reforma e revolução haveria não um abismo, muito menos uma oposição, mas um “nexo inseparável”.

Na década de 60, outro intelectual do movimento operário, André Gorz, voltou a tematizar essenexo entre reforma e revolução, no livro “Estratégia operária e neocapitalismo”. É possível, e foi frequentemente o caso, buscar reformas com o objetivo de acomodar a classe trabalhadora ao capitalismo, diminuir o antagonismo entre classes e tornar o sistema mais estável. Mas, segundo Gorz, “nem toda luta por reformas é necessariamente reformista”. É fundamentalmente a questão do poder que define se uma reforma é reformista ou não. Reformas não-reformistas, ou estruturais, supõem, para Gorz, que “os trabalhadores conquistem poderes”, afirmem um poder autônomo de classe. Estão orientadas, portanto, a abrir e manter abertas “brechas que abalem o capitalismo em seus suportes”.

Essa concepção de reformas buscava precisamente responder ao que Gorz interpretava já como um déficit estratégico no seu próprio tempo, expresso seja nas tendências tecnocráticas crescentes dos partidos social-democratas, ocupados na tarefa da administração progressista da ordem existente, seja no providencialismo comunista, a espera da inevitável revolução, fora da qual tudo mais seria fútil. Mas para Gorz a espera leva o movimento à desagregação; a falta de perspectivas e de realizações positivas conduz ao imobilismo. Seria necessário, ao contrário, estabelecer objetivos intermediários imediatamente alcançáveis cuja conquista pudesse oferecer ao movimento uma consciência mais concreta de sua própria força. Uma estratégia dessa natureza poderia superar o “hiato entre ação presente e objetivos estruturais.” Ligar a luta pelo socialismo às lutas reivindicativas cotidianas confere um “sentido global” às respostas concretas a problemas específicos.

O exemplo clássico de uma reforma não-reformista foi a redução da jornada de trabalho, que, apesar de não ter posto fim de uma vez por todas



à exploração capitalista, foi saudada por Marx como uma “vitória da economia política da classe trabalhadora”. De uma só vez, reduzia a miséria do trabalhador, expandia seu tempo livre, e reforçava sua fé na efetividade da ação política coletiva. Foi uma escola de mobilização, da qual o proletariado saiu mais organizado e consciente. E alterou estruturalmente o equilíbrio do poder social, criando uma correlação de forças mais favorável.

A luta por objetivos parciais não só melhora a vida do povo aqui e agora, como simultaneamente aumenta a confiança dos setores subalternos na possibilidade de vitória. Eis o coração do problema: pensar estrategicamente as reformas significa avaliá-las não apenas por seus resultados em termos administrativos, mas por suas consequências políticas - que setores são politicamente fortalecidos, e quais são enfraquecidos. “A reforma estrutural comporta sempre o nascimento de novos centros de poder democrático”; ela expande o poder dos de baixo e mina o poder das classes dominantes.

Trata-se, certamente, como reconhece o próprio Gorz, de uma “estratégia progressiva” da conquista do poder, pela inserção ativa e bem calculada nas contradições capitalistas. Mas isso não implica uma compreensão do Estado como neutro, nem a ilusão de que as classes dominantes simplesmente assistirão seu poder ser dilapidado sem resistência. Na verdade, uma “*proslavery rebellion*” [rebelião escravagista] por parte das classes proprietárias, como diria o velho Engels, é o cenário mais provável, para o qual é necessário se preparar com previdência. Antes, significa colocar o movimento dos trabalhadores decididamente no campo da ampliação da democracia, como seu maior campeão e beneficiário, a postos para enfrentar de forma bem sucedida - tendo acumulado força, organização e autoconfiança - o golpe do inimigo.

Ao fim da vida Engels recordava que “já o Manifesto Comunista tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante”, e vimos como Rosa Luxemburgo falava também da luta prática “em favor das instituições democráticas” como necessária ao caminho da construção de um poder proletário. Indo além, Rosa é explícita ao afirmar que os destinos do desenvolvimento democrático estão ligados ao do movimento socialista. A história posterior deixou mais que evidente que momentos de aguda crise social representam um real perigo para a institucionalidade democrática, ela mesma ao menos parcialmente fruto do acúmulo do “proletariado militante”. Parte das classes proprietárias sempre se vê tentada a resolver a crise quebrando a capacidade de atuação das forças populares, o que frequentemente, como no caso do fascismo, exige uma ditadura terrorista que esmague a esquerda (o antigo desejo vocalizado por Bolsonaro, de “fazer o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil”, é expressão dessa lógica). O que uma alternativa de esquerda precisa demonstrar de maneira crível é que, preservando e ampliando os espaços democráticos constituídos, é possível resolver a crise no sentido das reivindicações populares, em favor das classes subalternas - e assim associar intimamente a questão social com a questão democrática.



Isso demandará dos socialistas uma tática de “pé dentro, pé fora”, operando simultaneamente na disputa institucional, para influenciar o desenho das políticas públicas, e na ação direta extra-parlamentar.

Quais seriam hoje as reformas democratizantes com maior potencial para aumentar a capacidade de mobilização e organização dos setores populares? Que possam servir de impulso para a capacidade de iniciativa e auto-organização das massas? Quais reformas podem expandir a democracia para a esfera social e econômica, e reforçar o poder dos setores interessados em uma crescente democratização e socialização? Os socialistas precisam mapear no terreno de luta quais são as demandas por reformas que podem gozar de apoio majoritário e sejam capazes de alterar o campo de forças em favor da massa explorada, para convertê-las em bandeiras de agitação facilmente comunicáveis e propagá-las intransigentemente.

Na Jacobin, fazemos uma aposta de que a transição ecológica, inadiável em termos da sobrevivência da civilização humana na Terra, pode oferecer uma possibilidade desse tipo, uma vez que exigirá um nível sem precedentes de coordenação e planejamento governamental e uma canalização volumosa de investimentos a partir de critérios de racionalidade pública, e não da acumulação privada. Um governo reformista de esquerda pode acoplar a pauta ambiental à pauta social, por meio de um programa de ambientalismo popular, e executar a transição de forma a favorecer a organização de atores sociais, como sindicatos de trabalhadores e movimentos populares, capazes ao mesmo tempo defender o governo e pressioná-lo em uma direção progressista.

Isso demandará dos socialistas uma tática de “pé dentro, pé fora”, operando simultaneamente na disputa institucional, para influenciar o desenho das políticas públicas, e na ação direta extra-parlamentar, para empurrar o centro de gravidade política à esquerda. Como Gorz já reconhecia, o poder autônomo de classe “só poderá ser exercido por uma mobilização constante”, se expressando tanto nas ruas quanto nas urnas. O avançar da luta, rumo ao objetivo final, só é possível se cada batalha for travada, com o benefício de uma visão de conjunto, também segundo o imperativo reforçar as posições de poder, as armas e recursos, assim como a disposição subjetiva para o combate, de uma vontade coletiva popular que vai se forjando no processo. É só assim que se constrói capacidade efetiva para repelir as ofensivas conservadoras.

O QUE FAZER?

É bem possível que num futuro não muito distante a insurreição se recoloque novamente como questão do dia. A revolução tende a surpreender seus detratores. Até lá talvez nossas tarefas sejam mais prosaicas, mas nem por isso menos heróicas, ou decisivas. Elas passam hoje por reconstituir um movimento de massas vigoroso por reformas sociais, pelo trabalho coletivo permanente de pesquisa e elaboração de um programa de trans-



formação global, qualitativa, enraizado nas lutas do nosso tempo, e pela conformação de um ecossistema midiático-comunicacional que dê corpo a uma corrente de opinião socialista com pretensões hegemônicas, apta a formular, debater e difundir soluções socialistas para problemas capitalistas.

O saudoso Mark Fisher, em um de seus últimos escritos, argumentou que para se contrapor ao “realismo capitalista” seria necessário cultivar o nosso próprio realismo: um novo realismo, que não coloca todas as esperanças num evento redentor imponderável que trará a “transformação final e repentina”, mas que também não seja um “utopismo”, concedendo tudo o que é realista ao inimigo. O que precisamos fazer, sugere Fisher, é avaliar “sobriamente e pragmaticamente” os recursos que estão disponíveis para nós aqui e agora, e pensar a sério em como melhor utilizá-los e ampliá-los. Trata-se de movermo-nos, “talvez até devagar, mas certamente com propósito”, de onde estamos agora para onde queremos chegar.

Esperar não é saber. A história não virá providencialmente em nosso socorro. Para estarmos à altura do nosso tempo, vamos precisar de muito trabalho duro organizativo. Uma estratégia socialista eficaz precisa reconhecer a nova composição da classe trabalhadora, respeitar sua diversidade, conectar os novos pontos de antagonismo social e ampliar a voz dos novos atores que não cessam de entrar em cena. Não há atalhos, mas há um caminho: estar presente nas lutas, construir pacientemente de baixo para cima, traçar um bom mapa da realidade e desenvolver soluções práticas para problemas reais. Tecer um nexos vivo entre os enfrentamentos espontâneos, as conquistas parciais e uma visão alternativa de sociedade.

No seu discurso na primeira convenção do Partido dos Trabalhadores, em 1981, o já lendário líder metalúrgico Luís Inácio “Lula” da Silva, que havia estado à frente de greves operárias multitudinárias e vitoriosas, conclui falando sobre o projeto socialista. Para Lula, “o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas”. Esse é um socialismo que não nasce de decreto, nem sai pronto da cabeça de ninguém, mas vai “se definindo nas lutas do dia-a-dia”.

Algum tempo depois, o mesmo Lula, em um seminário organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1987, no Instituto Cajamar, continuará afirmando que “a humanidade não tem escapatória entre o socialismo e o capitalismo”. Defendendo a organização política da classe e a necessidade de travar a disputa também no campo eleitoral, argumenta que em última instância “o projeto que estamos desenvolvendo não será resolvido no parlamento”. Ao final, será necessária uma combinação de luta de massas e disputa institucional para realizar a transformação qualitativa que a classe trabalhadora almeja: “nossa disputa no parlamento é parte de uma etapa do aprendizado da classe trabalhadora”, mas não é a via parlamentar, por si, que nos permitirá avançar para onde queremos ir.

Em fevereiro de 2022, numa entrevista de rádio, um Lula bem mais calejado e experiente, tendo já sido presidente da República e em seguida preso político, disse algo que deve nos levar à reflexão detida e responsável: “Toda vez que há um avanço na sociedade, toda vez que tem um governo para melhorar a vida do povo,



aparece a desgraça de um golpe. É sempre assim. E sempre com o apoio da elite brasileira, daqueles que querem tirar direitos do trabalhador”. É, de fato, sempre assim, e não por acaso. A conquista de direitos tem limites no interior das coordenadas capitalistas. Ameaçados esses limites, a classe dominante irá reagir, por vezes, violentamente, para reafirmar seu poder. A essa altura, já deveríamos conhecer bem essa história. Estamos condenados a repeti-la? O que, então, fazer?

O Lula de 1987 oferecia uma solução: utilizar todos os meios disponíveis para “fazer com que a classe trabalhadora se transforme em uma classe trabalhadora socialista”, e desenvolva seu próprio projeto político autônomo, capaz de fazer frente e derrotar seus inimigos. “Eu sou daqueles que acreditam piamente que não existe outra alternativa para o conjunto da classe trabalhadora brasileira a não ser o socialismo. Entretanto, eu também sou daqueles que não adotam a ideia de que, por acreditar que o socialismo é a solução, eu paro de lutar e começo a esperar o socialismo chegar. Não, ele só acontecerá se nós tivermos capacidade de construí-lo. E construí-lo é que é o difícil”. Lula tem razão: o socialismo é mesmo muito difícil. É por isso que precisamos de estratégia. ←



LIVRARIA
LEONARDO DA VINCI

DESDE 1952 AJUDANDO A DIFUNDIR
O PENSAMENTO CRÍTICO.

AV. RIO BRANCO, 185 - SUBSOLO - CENTRO - RIO DE JANEIRO

LEONARDODAVINCI.COM.BR – DAVINCILIVROS.COM.BR – INSTAGRAM.COM/LIVRARIALEONARDODAVINCI

POLARIZANDO

A DISPUTA NARRATIVA NA
POLÍTICA BRASILEIRA



APROVEITE, APRENDA E DIVIRTA-SE COM A
EXPERIÊNCIA QUE O JOGO POLARIZANDO
PROPORCIONARÁ, CASO CONTRÁRIO:
VÁ PRA CUBA!

GARANTA JÁ O SEU EM NOSSO SITE!

www.autonomialiteraria.com.br



O fim do começo

Estrela guia





Entre a disputa institucional e a luta de massas

Os limites e as conquistas históricas do socialismo, as experiências recentes na América Latina e os possíveis caminhos de uma estratégia socialista no nosso tempo.

¶ O ANO DE 2022 será de grandes desafios para o conjunto da esquerda, exigirá dos militantes, das figuras públicas e dos partidos muita seriedade e coerência estratégica. Para entender os melhores caminhos, Lucas Oliveira, colaborador da *Jacobin América Latina*, conversou com Guilherme Boulos, sobre a sua visão da estratégia socialista, a concepção de partido movimento e do futuro da juventude e do povo pobre do nosso país.

LUCAS OLIVEIRA | Em linhas gerais qual é a sua visão do socialismo e quais são os desafios que estão diante da nossa geração de militantes em prol desse objetivo? Como construir nos dias de hoje uma alternativa concreta ao capitalismo?

GUILHERME BOULOS | Tem uma frase do Jean-Paul Sartre sobre o marxismo, que eu acho muito boa: “O mar-

xismo é uma filosofia insuperável do nosso tempo. Porque ele não vai conseguir ser superado enquanto não forem superadas as condições que os engendraram.” Isso é válido ao falarmos sobre a atualidade do socialismo, porque diariamente o capitalismo fracassa em resolver os grandes dilemas da humanidade. Se nós olharmos as últimas quatro décadas de hegemonia neoliberal no planeta, vemos um aumento profundo das desigualdades a níveis poucas vezes visto. Além disso, assistimos um processo devastador de destruição ambiental que coloca em risco a sobrevivência da espécie humana.

Os limites e o fracasso do capitalismo mais uma vez estiveram em evidência durante a pandemia. Se não fossem os sistemas públicos de saúde, o que seria do planeta? Não é um acaso que o país capitalista mais rico do mundo tenha sido o



lugar onde mais morreu gente por covid, porque justamente ali você não tem uma conquista importante, como nós tivemos no Brasil ou no Reino Unido, que é o sistema universal de saúde. Essas conquistas estavam ligadas ao que se chamou de Estado de bem-estar social e foi resultado da luta socialista ao longo de quase dois séculos.

Embora, possa se dizer, sobretudo após a queda do muro de Berlim, que muitas das experiências que se reivindicam socialistas também fracassaram na construção de um outro modelo de sociedade, a luta socialista permitiu avanços civilizatórios e humanos mesmo dentro de países que se mantiveram capitalistas, a partir da perspectiva de que a vida não pode ser tratada como uma

mercadoria, e que os bens comuns, ou seja a saúde, a educação, a água, o conjunto dos recursos naturais precisam ser vistos como propriedades coletivas.

Trata-se de uma batalha cotidiana nos embates políticos ao redor do mundo. É um debate que acontece inclusive dentro da esquerda socialista: qual é a melhor forma de levar adiante essa luta? Estou entre aqueles que não acreditam que o melhor caminho seja simplesmente através da propaganda, da agitação socialista ou de uma cultura acadêmica que eleve o socialismo à uma abstração teórica, acredito que, por exemplo, dentro de movimentos sociais como o MTST e o MST você tem os embriões da construção socialista, transformando desde modo de produção

e reprodução da vida, de redes de solidariedade de trabalho coletivo de ajuda mútua. É por aí o melhor caminho para pensarmos o avanço da luta socialista num mundo tão desigual como o que a gente vive.

LO | Você mencionou a queda do muro de Berlim. Durante a queda do bloco socialista foi propagandada, inclusive nos círculos de esquerda, a suposta inviabilidade do socialismo, deixando de ser um horizonte a se vislumbrar. Ao mesmo tempo, assistimos um avanço na crise do capitalismo, em especial desde 2008 e com a pandemia do Covid-19. Como você enxerga o cenário na construção dessas alternativas antes desacreditadas?

GB | Acredito que é preciso olhar para as experiências das revoluções





populares, socialistas do século XX a partir do seu momento histórico e das condições nas quais ocorreram. Não podemos ter uma leitura atemporal. Na maior parte dos países onde ocorreram essas revoluções, havia um desenvolvimento extremamente atrasado das forças produtivas do próprio capitalismo, deixando com os governos populares revolucionários diversas tarefas do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, houve uma centralização política excessiva, porque se esses países que estavam fora do mercado mundial capitalista não tivessem um desenvolvimento econômico acelerado não sobreviveriam.

Alguns teóricos que fazem a leitura de que esses países não chegaram propriamente a desenvolver sociedades socialistas, e sim uma espécie de um capitalismo de Estado, estatizando os meios de produção, mas mantendo relações mercantis e hierárquicas, inclusive mantendo as relações de exploração sobre o trabalho. Não podemos fazer uma análise dessas experiências sem remeter a esse contexto econômico.

É evidente que há muito o que aprender com cada um desses processos revolucionários, mas eu, por exemplo, não vejo o modelo político baseado em um partido único um caminho que nos inspire na construção do socialismo do futuro, não enxergo que o enfraquecimento ou mesmo, em alguns casos, a aniquilação dos instrumentos de poder popular surgidos dessas revoluções, conselhos populares de todo tipo,

tenha alcançado bons resultados, muito pelo contrário.

Portanto essas experiências têm muitos limites ligados ao seu tempo, mas ao mesmo tempo é importante notar que há um legado histórico a ser preservado, de avanços importantes das sociedades que viveram as experiências de revoluções socialistas. Se olharmos para o exemplo de Cuba, que é uma revolução que persiste até hoje, um país agrário, com uma população menor que a cidade de São Paulo, é um país que, justamente, não teve uma oportunidade de desenvolver uma indústria própria, pode sobreviver sem a relação com o mercado mundial, apenas uma relação de troca internacional favorável com a União Soviética e, mesmo assim, Cuba desenvolveu um dos melhores sistemas de saúde do mundo, erradicou o analfabetismo, desenvolveu um sistema de educação público universal, permitiu um despertar de uma produção cultural incrível, desenvolveu políticas de lazer, esporte, sobretudo para os jovens, o que inclusive se expressa nos resultados de alto desempenho em Olimpíadas.

Muitas vezes esses debates se dão de forma desqualificada. Durante as minhas duas candidaturas, fui questionado insistentemente pela imprensa: “a Venezuela é um modelo? Cuba é um modelo a ser seguido?” No Brasil precisamos construir o nosso próprio caminho democrático ao socialismo, a partir da nossa diversidade, da nossa história, aprendendo com outras experiências, mas sem copiar modelos.

A juventude sempre é mais rebelde, são detentores de uma indignação à flor da pele, não aceitam como natural as desigualdades nem o *status quo* vigente.



LO | Se por um lado ainda vemos essa desconfiança da possibilidade do socialismo como sistema viável, novas pesquisas de opinião têm mostrado que em diversas partes do mundo há um interesse maior sobre o socialismo nas novas gerações. Você enxerga uma retomada no debate socialista, ou é ainda algo muito abstrato?

GB | A juventude sempre é mais rebelde, são detentores de uma indignação à flor da pele, não aceitam como natural as desigualdades nem o *status quo* vigente. É natural, portanto, que na juventude haja maior propensão a ideais políticos anticapitalistas e socialistas.

A juventude tem sido um motor de movimentos contestatórios, dos movimentos de indignação com a

crise de representatividade das democracias liberais, dos nossos sistemas políticos, dos movimentos de indignação contra a concentração de riqueza e de poder do 1%. São parte da base social ativa na construção de novas alternativas eleitorais e nos movimentos sociais. Essa chama está viva.

LO | Muitos países da América Latina passaram por governos de esquerda, no que se chamou de "ciclo progressista", ou "onda rosa". E é verdade que promoveram avanços muito significativos em vários temas, mas nem sempre colocaram o desafio de se construir uma alternativa socialista. O chavismo colocou mais esse desafio, e talvez um pouco o MAS boliviano, à sua maneira. Mas, de

forma geral, a questão do socialismo não atravessou esse ciclo como um todo. Quais lições você acha que podemos tirar desse ciclo progressista em relação ao debate sobre a construção do socialismo?

GB | Primeiro é preciso notar, como você disse, que ocorreram avanços importantes na América Latina, principalmente na primeira década do século XXI. Foi uma onda de governos progressistas, muitos deles com forte viés anti-imperialista, e bem diversos entre si, é verdade. Alguns avançaram, mas outros foram mais tímidos nos seus avanços, mas, de fato, tiveram um limite, um teto nos marcos institucionais do Estado capitalista. Se quisermos tirar lições sobre esses limites, ou





apontar esses limites, destacaria principalmente três: primeiro, o descuido em não apostar tão intensamente em formas de poder popular, formas de participação popular direta que aprofundassem a democracia. Ao não avançar nesse sentido, os governos progressistas ficaram reféns dos velhos modelos de governabilidade e tiveram que fazer alianças com as aristocracias políticas que estavam incrustadas no Estado, e isso também impôs limites estreitos. Na maioria dos casos, não houve aposta na mobilização popular e nem nos movimentos sociais também como uma forma de poder.

Um segundo ponto é que faltou disputa cultural e disputa de valores. Pepe Mujica disse isso muito bem: “nós formamos bons consumidores, mas não formamos cidadãos”. Foi o que no Brasil permitiu o avanço da extrema direita. Estamos aprendendo isso a duras penas. O bolsonarismo no Brasil faz guerra cultural todos os dias: um núcleo duro e ideológico de extrema direita, que trava essa batalha incessantemente. A esquerda não se dispôs a disputar o avanço de consciência justamente daqueles setores que tiveram uma melhora econômica durante os governos progressistas.

E o terceiro ponto é que houve muitos limites no enfrentamento do conflito distributivo. Esses governos tiveram uma característica de fazer políticas sociais extremamente importantes, mas principalmente de manejo orçamentário se valendo do crescimento econômico

ligado ao boom das commodities, a ampliação dos mercados internos e ao crédito, e com isso não se tocou, por exemplo, em temas como reformas mais estruturantes, tal como a reforma tributária, que enfrentem mais frontalmente a desigualdade. Não se tocou, tampouco, em temas como a absurda concentração bancária e as taxas de juros no Brasil, as maiores do mundo. Precisamos pensar pra valer sobre esses pontos, e abordá-los estrategicamente, em um novo ciclo progressista do nosso continente.

LO | Vamos nos deter um pouco mais sobre o tema das lições que poderíamos tirar das experiências passadas de construção do socialismo, ao longo do século XX. Você mencionou o tema do produtivismo, no desafio do desenvolvimento das forças produtivas, e agora vemos uma possível contradição que hoje isso apresenta com relação à questão ambiental. O tema da centralização política também foi mencionado. Que outras lições seria possível ainda tirar dessas experiências?

GB | Temos que tomar cuidado para não fazermos um debate extemporâneo em relação a isso. Aquelas experiências estão circunscritas nos seus momentos históricos. O desafio que nós temos é fazer um balanço, crítico e ponderando, reconhecendo todas as contradições, os descaminhos que essas experiências tiveram, mas avaliando também o quanto elas avançaram em suas sociedades. Mas não acho que sirva muito para nós, para pensar

Se tivéssemos que resumir a luta socialista em um mote, seria o enfrentamento à desigualdade social. Mas as desigualdades e as disfunções do capitalismo hoje não se resumem a desigualdade econômica. No caso do nosso país isso é hoje muito evidente.



uma estratégia de avanço da luta popular do enfrentamento às desigualdades do capitalismo atual, ficarmos presos a modelos, tendo como referência as experiências do que se chamou de “socialismo real”. Vale muito mais, é mais útil para as batalhas que teremos que travar no nosso tempo, termos como ponto de partida as contradições da realidade atual. A partir da realidade contraditória do capitalismo contemporâneo, dos seus antagonismos e das lutas que emergem daí, como pensar o projeto socialista hoje? Que temas precisam ser tratados com prioridade?

Um tema estava totalmente fora da agenda das experiências do século XX: o tema ambiental. É impensável hoje falarmos de socialismo sem

falar num outro modelo de desenvolvimento, um modelo de desenvolvimento que zere as emissões de carbono, que faça uma transição para energias limpas e uma transição para modais de transporte não-poluentes e elabore um plano de erradicação dos combustíveis fósseis no médio prazo. Um modelo que estabeleça uma outra relação com a terra na agricultura, com a redução do uso de fertilizantes químicos e de agrotóxicos, com a valorização e fomento das experiências agroecológicas, que zere o desmatamento e preserve os territórios dos povos originários. E que tenha uma política ousada em relação a preservação da água, que vai ser talvez, já se diz por aí, objeto de guerras no futuro, porque é o nosso principal recurso

natural para sobrevivência, e está sendo destruído por esse modelo de desenvolvimento. A questão ambiental é um dos debates que precisamos colocar no centro da agenda, em articulação com o debate da desigualdade social.

Se tivéssemos que resumir a luta socialista em um mote, seria o enfrentamento à desigualdade social. Mas as desigualdades e as disfunções do capitalismo hoje não se resumem a desigualdade econômica. No caso do nosso país isso é hoje muito evidente. A desigualdade social é multifacetada, envolve uma complexidade de fatores e experiências, como o processo de lutas antirracistas que estamos vendo ao redor do mundo e o surgimento de potentes movimentos feministas





contra a lógica do patriarcado. Então, todos esses temas são muito mais candentes hoje. Não estavam tão presentes na agenda há 50 anos atrás, ou quando os autores clássicos da tradição socialista produziram suas obras. É daí, das questões do nosso tempo, que temos que partir para pensar um novo modelo de sociedade, o outro mundo que queremos.

LO | Indo para questões mais práticas, como lidar com alguns desafios que se impõe inevitavelmente sobre a militância cotidiana organizada, de quem está nessa batalha pelo socialismo, como o tema da burocratização, da adaptação institucional, da democracia interna?

GB | Acredito numa relação viva entre organização política e movimentos sociais. Acho que a construção de formas de poder popular, sobretudo nas últimas duas décadas na América Latina, a partir da luta na organização territorial, são uma espécie de antídoto contra o desvio burocrático dos instrumentos políticos organizativos. Conheci de perto, por exemplo, a experiência da Ferruve De El Alto, na Bolívia. É impressionante o que construíram a partir de raízes comunitárias indígenas, um povo desterrado. El Alto é uma cidade com 1 milhão de habitantes, na beira de La Paz. E eles construíram uma organização popular comunitária, assembleísta, que era um poder próprio. Tinha mais poder que a prefeitura do município; debatia o orçamento, os problemas do bairro, da cidade e as iniciativas comuns.

Essas construções coletivas de formas de resistência e de organização comunitária a partir do território dão um exemplo bem prático de como lidar com esses desvios, que aconteceram frequentemente na trajetória da esquerda. É importante também resgatar o significado da militância. A ideia mesma de militância foi algo muito atacado na era neoliberal: “é tudo interesse pessoal”, “o militante só quer ganhar dinheiro”, “quer um cargo”. Pura ideologia. A figura do militante é a de alguém que se engaja, frequentemente com custos pessoais, em um projeto de poder que não é privado, ou pessoal, mas coletivo. Por isso o ataque, para esvaziar a militância, rebaixar toda a escolha ética que ela significa. Porque sem militante não há ação coletiva, a vitória popular depende disso. Acho que é papel da nossa geração recuperar esse significado de militância. Ser militante é um ato de coragem, de dedicar parte dos seus melhores anos, das suas mais fortes energias, para um projeto que não é só seu, para um sonho compartilhado com muita gente. É um ato de insistência e persistência, um ato de esperança, uma aposta no futuro. Recuperar o papel da militância é também o antídoto contra relações simplesmente verticais que se estabelecem nas organizações políticas de esquerda.

LO | Nesse sentido, qual o papel das ferramentas partidárias nessa luta? Qual deve ser o tipo de relação buscada entre essas ferramentas partidárias e os movimentos sociais, de maneira mais geral?

Sou muito simpático ao conceito de “partido movimento”: uma organização política partidária, mas fluida, menos centralizada, mais aberta à influência das forças vivas da sociedade.

GB | Sou muito simpático ao conceito de “partido movimento”: uma organização política partidária, mas fluida, menos centralizada, mais aberta à influência das forças vivas da sociedade e com uma relação de complementação com os movimentos sociais. Se construiu uma ideia ao longo da história do movimento operário, do movimento comunista, de que o partido seria a vanguarda da luta e que os movimentos sociais, com suas lutas corporativas e reivindicativas, deveriam levar a política do partido ao movimento de massas. O movimento é o espaço da luta cotidiana, mas o espaço da política, da estratégia propriamente dita, seria só do partido. Essa visão, no meu ponto de vista, além de equivocada, fracassou historicamente. Temos movimentos sociais pujantes com uma tremenda diversidade, que surgem de lutas concretas, e muitos dos atores dessas lutas não querem ser dirigidos por um partido tradicional, querem discutir também a política nos movimentos. Penso que cada vez mais vamos precisar nos aproximar dessas formas híbridas, em que o partido é a expressão política do movimento social e em que o movimento social constrói os seus espaços de representação por meio dos partidos. No partido se discute estratégia, mas também se discute as lutas concretas, assim como nos movimentos sociais também se formula estrategicamente. Há algumas experiências concretas interessantes, cada uma com suas contradições e com os seus limites, de partido movimento, que foram se

construindo seja na América Latina, e o MAS da Bolívia é uma expressão disso, ou na Europa, como o PODEMOS e toda essa geração de partidos de nova esquerda, que também expressam de alguma maneira isso.

LO | **Vamos terminar com uma questão mais estratégica. Concordo que o nosso debate pode até se referenciar de alguma maneira nas experiências do século XX, mas que fundamentalmente precisamos criar o nosso projeto, a nossa estratégia para o nosso tempo. Como você vê o caminho para o poder, para se construir o socialismo na prática?**

GB | Enxergo que a luta anticapitalista hoje passa necessariamente por uma estratégia combinada: uma estratégia institucional articulada à luta de massas. Se nós olharmos as experiências mais recentes, da luta da esquerda mundial, vamos encontrar experiências que descuidaram da luta de massas e se dedicaram exclusivamente à luta institucional e aí encontraram o seu limite. Vamos encontrar também, em menor medida, é claro, experiências que desacreditaram a institucionalidade como espaço de mudança, disputaram unicamente a luta de massas, a luta popular, e encontraram um limite de esvaziamento, de perda de capacidade de tradução política do acúmulo social que tiveram.

Então, o caminho para uma transformação social mais profunda, estrutural, passa por combinar a ação institucional, a disputa dos espaços do Estado e da política,

das políticas públicas do Estado, do orçamento público, com ações de organização popular e de mobilização na luta territorial para fomentar as formas de organização coletiva, as redes solidárias e de apoio mútuo que sejam capazes de sustentar e impulsionar avanços institucionais. E que também possam barrar retrocessos, quando esses avanços encontrarem reações autoritárias por parte das forças que sempre comandaram o Estado.

Circulou muito na América Latina a ideia de que durante os governos progressistas os movimentos sociais não deveriam se manifestar, porque isso significaria “fazer o jogo da direita”. Como os governos já estavam pressionados demais pelo poder econômico e pela direita, o papel do movimento social seria unicamente defender o governo. Esse tipo de orientação estratégica, que na verdade esconde uma falta de visão estratégica, se revelou suicida. Pois é justamente o movimento social forte e atuante que tem condição de fazer o contraponto, de fazer a disputa para que esse tipo de governo possa ter mais avanços, possa ir mais longe no enfrentamento às desigualdades estruturais do capitalismo. Por isso, vejo na combinação dessas duas linhas de atuação o melhor caminho para os desafios que temos hoje. ←





A terra como meio

*Uma guerra revolucionária contra
a fome global capitalista.*

¶ EMBORA URGENTE, vencer o fascismo é apenas uma das tarefas que nossa gente precisa enfrentar nessa quadra da história no Brasil. Impulsionada pela grave crise da civilização estadunidense, a ascensão da extrema direita aparece como protagonista num momento de reverberação do ecocídio alertado pelos cientistas e ignorado pelos governos desde o final do século passado. Não bastasse a tragédia civilizacional, o capitalismo nos impôs agora uma crise estrutural na cadeia produtiva de alimentos que está provocando uma fome em massa pelo mundo. Se o capitalismo nunca alimentou todo o povo que oprimiu, agora é possível que ele use da fome como forma de descartar parte da mão-de-obra tornada dispensável pelos seus incrementos tecnológicos. O dever revolucionário é pensar um programa que una a proteção da vida de nossa gente ao projeto radical de superação do capitalismo.

Antes mesmos de discutir como nossa jornada deve enfrentar o ecocídio capitalista, há que discutir como ampliar a luta nas esquerdas revolucionárias, como fazer com que nossa gente pobre do país desperte para uma luta rebelde abandonando a conciliação como meio e a fé nas instituições do Estado-nacional como princípio. Por longos anos as organizações revolucionárias trataram da atração das massas através da agitação e propaganda das ideias de esquerda. A aproximação dessas organizações se dava por ciclos de formações que visam, quase sempre, despertar a consciência de classe que sempre titubeia com uma formação capitalista muito mais antiga e introjetada em cada sujeito. Enfim, ainda tratamos a formação de militância como uma questão de consciência quando em realidade esquecemos que a formação histórica do operariado como vendedor

de força de trabalho o coloca sempre na condição de disputar com o próprio operariado a possibilidade de vender sua força de trabalho ao patrão. O capitalismo nos formou para o dissenso, nos impõe condições materiais de fratricídio na classe. Uma fila com centenas de candidatos para poucas vagas não é lugar de unidade, mas de tensão entre trabalhadores. Cada um ali tem uma história e uma família que clama para que ele vença a disputa e tire a vaga de outro trabalhador que possui também uma história e uma família torcendo por ele. Com tanta gente desalentada e desempregada (23% da força de trabalho no início de 2022), invés de construirmos uma unidade classista, vemos setores empobrecidos se mantendo firmes ao lado do fascismo. Lembremos: o fascismo e o nazismo surgiram em contextos de graves convulsões sociais, desemprego e desamparo social.





TAREFAS RADICAIS

A primeira tarefa – antes mesmo de pensar na tomada de poder – é saber como vamos dar condições materiais para a existência da solidariedade de classe e da experiência comum de poder coletivo. Quando o MST reunia com o povo periférico nas quebradas do Brasil para organizar uma ocupação, havia ali um despertar da consciência de classe? Estavam aquelas pessoas indo por compreender a necessidade de derubar o latifúndio e o capitalismo? Bradavam ela a inspiração humanista radical de Ernesto Guevara? Bem, é possível que algumas certamente nutriam esses sentimentos, mas o que mobilizava era que aquela ação política garantiria comida e moradia. Que a formação de um núcleo de acampamento à beira da estrada teria possibilidades básicas de educação das crianças. Que o pesado trabalho da terra seria compartilhado com outros braços. As condições materiais da solidariedade foram colocadas. Na fila do emprego, disputariam um com o outro, sendo quase todos desempregados. Contudo na fila para ocupação se irmanavam na luta e a consciência revolucionária ia sendo construída dia a dia debaixo do sol, no calor da lona. Foi isso que construiu o maior movimento social de massas do país: dar condições materiais da formação da solidariedade de classe.

A terra é o princípio porque nossos povos, originários ou diaspóricos, eram povos da terra e tinham (têm ainda hoje) sua cosmologia

ligada à natureza, à defesa da vida em sua complexidade. A terra é o fim porque como nos ensinou Frantz Fanon, trata-se de descolonizar a terra, expulsar o colonizador que a ocupa, libertá-la, portanto, do capital, do racismo. Mas, fundamentalmente, nós acreditamos que a terra é o meio, o método, a metade do caminho, a forma, o meandro, o paranauê, porque é ela quem dá as condições materiais para congregar as massas na medida em que já se trabalha para superação de necessidades objetivas de nossa gente: alimentos, moradia e renda. Tudo isso é possível com o máximo respeito à natureza.

Porém é preciso ter em conta que o capitalismo e o seu principal protagonista imperialista vivem uma crise profunda e estão cada vez mais raivosos e desesperados. Diz-se que um bicho acuado e ferido se torna mais valente temendo a morte. As guerras imperialistas que vemos na Somália, no território Curdo, no Iêmen, na Ucrânia, no território Yanomami, mostram como, em busca de lucro, o capitalismo não respeitará qualquer fronteira. Então, como proteger nossas terras, como garantir vitórias num momento de expansão da aquisição de terras pelo capitalismo? Sim, no Brasil um dos maiores banqueiros, Daniel Dantas, tem se tornado um dos maiores proprietários de terra, no EUA, um dos homens mais ricos do mundo, Bill Gates, segue o mesmo rumo. Esse é um momento sensível para as questões fundiárias, onde mesmo terras tituladas para quilombolas, indígenas, ribeirinhos estarão na mira

do capital através de seus braços madeireiros, garimpeiros, mineradores e arrendadores. Como fazer luta por terra nessa quadra da história?

A radicalidade está, sem dúvida alguma, na raiz da questão. Quem protege a terra é a massa de gente lutando e vivendo por ela. Um despejo se torna mais fácil ou difícil conforme a mobilização congrega gente na terra. A experiência das últimas invasões às terras indígenas por ondas de garimpeiros mostra a dificuldade de resistência dos povos originários frente às massas de trabalhadores precarizados financiados pelo crime organizado. Somente uma frente de massas oposta poderia defender tais terras. Confiar essa tarefa ao Estado-nacional sempre foi um risco e agora sabemos por quê. São governantes, políticos, e seus sócios que estão enriquecendo com ouro ilegal de terras indígenas, uma parte do ouro apreendido esse ano em São Paulo era de um candidato a suplente do senado pelo PSDB no Pará, gente que teve encontro com o governo central, com ministro e com setores legislativos. Do outro lado do mundo temos um exemplo oposto, quando uma área muito pequena foi protegida por mais dezenas de milhares pessoas. Na França a luta em defesa do bocage de Notre-Dame-des-Landes, onde o Estado queria fazer um novo aeroporto, levou 40 mil pessoas às ruas em defesa de aproximadamente 1.600 hectares, dos quais menos de 300 seguiam ocupados pelo povo. Para os padrões brasileiros trata-se, sem dúvida alguma, de pouca terra, mas de muito,

A terra é o princípio porque nossos povos, originários ou diaspóricos, eram povos da terra e tinham (têm ainda hoje) sua cosmologia ligada à natureza, à defesa da vida em sua complexidade.

muita gente defendendo. Como faz falta em nosso país uma frente de massas capaz de defender o território dos povos! A experiência recente na França reforça: só o movimento de massas pode salvar a terra.

NOSSA GENTE E NOSSA TERRA

Só que que nossa gente trabalhadora das grandes cidades está muito ocupada com sua sobrevivência para viajar para construir a defesa de um território. Elas precisam de urgências como comida, roupa, escapar do frio das ruas, escapar do deslizamento de encostas, precisam de renda, trabalho, educação e saúde. Não dá para pedir que arrisquem suas vidas pelos territórios dos povos quando suas vidas já estão em risco pela própria escassez artificial que o capitalismo lhe impôs. Daí que retomar a centralidade da luta pela terra pode ajudar as massas a construir novas comunidades fora das grandes cidades. Se a cidade capitalista é construída com nossos braços e nossas inteligências e são um espaço de opressão, por que não poderemos fazer nós mesmos cidades emancipadas, belas, generosas com nossa gente e que não agridam a natureza? Realizá-las não possui nenhum tipo de tecnologia que nós não detemos. Realizá-las depende apenas de retomarmos a terra. Pois é através da terra como meio de produção fundamental que é possível garantir as condições mínimas de existência e fazer novos meios

de produção condizentes com as demandas do nosso tempo.

Tais comunas devem aprender com quem – diferente das massas – não deixou de viver com comunidade apesar de toda a cadeia sistêmica do liberalismo tentar desmontar nossas sociabilidades coletivistas. Ou seja, estamos falando que as novas comunas precisam beber nos quilombos, nas aldeias indígenas, nos assentamentos, nas comunidades ribeirinhas, geraizeiras e todas outras que mantiveram o espírito da coletividade mais poderosa que o individualismo burguês. As novas comunas não devem ser fruto da criação intelectual de alguém que nunca viveu em comunidade e não sabe a dor e a delícia da partilha da vida no território. É possível ler ali e acolá ideias de gente muito bem intencionada tentando criar organizações comunais que não existem e sugerindo que nós a adotemos. Mas a organicidade revolucionária vem da revolução no tecido social, não da abstração intelectual. Quem dirige e organiza a coletividade é quem possui a experiência da vida coletiva.

Sob a influência e a partir da experiência coletivista de nossos povos, novas comunidades devem surgir com o desafio imediato de resolver os problemas de comer, morar e trabalhar. É a luta da primeira hora, não pode ter planejamento de longo prazo que não mostre a nossa gente que desde o primeiro trimestre na terra não há de faltar comida, lugar para pouso e forma de gerar renda. E dali adiante há que construir um reino de abundância, pois o traba-





lho capitalista que é escravizador, perverso. O nosso trabalho é emancipador, congregador, construtor de uma fraternidade de iguais em luta.

As soberanias hídricas e alimentar, contudo, são o alicerce para qualquer território. Sem água e abundância de comida, não há bom pregador que convença militância a se dedicar à causa da luta na terra. Desde o primeiro mês há que se ensinar a fazer casas de bioconstrução, casa de terra, com a melhor tecnologia que respeita a natureza. Não devemos nos contentar com rancharias improvisadas em nossas comunidades. Enfrentar o despejo, o aluguel e o morar de favor é dever de toda luta revolucionária. Toda família que trabalha e luta por dignidade tem que descansar sem desassossego, sem medo da enchente levar, do barranco deslizar, da fiação fazer fogo no meio da noite, da chuva derrubar a casa. A escola, o posto de saúde, o salão de reuniões são infraestruturas fundamentais e que vão garantir que diferente dos governos, nosso primeiro trabalho é cuidar de nosso povo.

Desse modo precisamos afirmar que não podemos viver apenas do que plantamos. O mundo que vivemos demanda termos produtos que serão frutos da indústria capitalista, tecnologias que devem facilitar nossa vida e nos emancipar do trabalho violento. O campo de hoje não é como antes, está repleto de tecnologias que facilitam a lida na roça. Motosserra, cavador de solo, roçadeira, moto-poda são tecnologias construídas pelos trabalhadores

do mundo e transformam o trabalho duro da terra em algo mais leve, rápido e saudável para nosso corpo. Nossa gente também quer acesso à internet e a fibra ótica chega em muitos lugares, mas como ter uma boa qualidade de rede sem recursos? E para isso e tantas coisas mais, vamos precisar de renda até que o capitalismo caia. Essa renda deve ser fruto de nosso trabalho, da condição de fazer o território avançar em prosperidade econômica. Gerar riqueza é fundamental para uma luta que se quer antissistêmica, sustentável (do ponto de vista ambiental e da perpetuação no tempo), estrutural, revolucionária. Da mão pra boca pode sustentar o povo por um tempo, mas as demandas, as intempéries vão consumindo o movimento pouco a pouco. Reserva, poupança, é importante. Seja individual ou coletiva. Acumular capital em estrutura no território, inclusive, é condição sem a qual não há possibilidade de emancipação econômica. Como fazer chocolate sem uma estufa de muda, um secador, uma casa de fermentação? Como escoar a produção sem um bom transporte? Tudo isso precisa ser fruto do nosso trabalho.

E aqui há um ponto que precisamos dizer. Se parte do processo de construção de uma revolução só se faz com recursos, de onde virá o nosso? Dinheiro, dinheiro, dinheiro, assim falava sobre os desafios um líder revolucionário. Nós o escutamos, sabemos que é verdade. E não temos ilusão que vamos conseguir atingir os donos do poder sem um tostão furado nos nossos bolsos.

Enfrentar a fome global é uma tarefa revolucionária. Retomar a terra e produzir alimentos saudáveis para nossa gente de luta é dever.

Isso é impossível. Isso dá para ir até a esquina rebelde, mas não a construção de territórios autônomos, soberanos e poderosos suficientes para derrubar o poder do latifúndio. Nossos inimigos são ricos, bilionários, possuem condições de contratar mercenários, drones, fazer barragens para tirar nossas águas etc. Como podemos enfrentá-los sem a mínima estrutura? Pois bem, só que esperando que esse dinheiro venha de alguma ONG do norte atlântico ou de algum país comunista, muita organização está esperando até hoje as condições objetivas de construir a luta de forma efetiva. Nós estamos dizendo que nossa luta será longa, não começou agora e não terminará amanhã. Nossa luta é ancestral e terá uma longa jornada pela frente. E é justamente por essa razão que começamos o nosso trabalho de autonomia financeira desde já. Não há um salvador, um banqueiro arrependido, que irá financiar a luta. É a riqueza da terra como meio de produção que iniciará a economia rebelde capaz de transformar nossas terras em territórios e esses em territórios livres do capitalismo, do racismo e do patriarcado. Portanto toda discussão sobre decrescimento ou anti-desenvolvimento precisa entender: enquanto o capital acumular para tomar terra, quem não tiver reserva econômica e capital para luta, estará sempre em desvantagem.

Embora saibamos que há outras formas de produção e geração de riqueza fora da terra – atualmente muito mais rentáveis –, nossos exemplos concretos e históricos mais precisos de uma esquerda que se autofinancia vem

dos movimentos camponeses. Com a riqueza gerada por produtos feitos em nossos territórios (chocolate, erva mate, azeite de dendê, fitoterápicos, óleos essenciais...) é possível construir outras economias que estructure cadeias produtivas que apoie as lutas e a emancipação de nossa gente nas cidades. Mas sem um mourão firme, que não bambeie, como sustentar um projeto político? Nosso mourão é a economia da terra, nossa base.

DERRUBAR AS CERCAS

E aqui se apresenta um desafio no presente: enfrentar o oligopólio da cadeia alimentícia que gera a fome global. A multinacionais conhecidas como ABCD (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) detém quase 90% da cadeia global de grãos. O capitalismo vem padronizando a dieta no mundo a apenas quatro cereais: arroz, soja, trigo e milho. Com tão pouca biodiversidade concentrada nas mãos de um oligopólio que detém o controle de sementes, insumos, ensacamento, transporte e vendas, a crise que vimos em 2008 no capitalismo pode ocorrer novamente agora na economia dos alimentos. O que estamos falando é que esta alta de preços dos alimentos tende a se manter globalmente nos próximos anos. Se na produção do agronegócio também deve aumentar os custos por conta dos insumos precificados em dólar e com uma geopolítica global de guerra em regiões produtoras de insumos, a verdade é





que a produção agroecológica não tende a ter elevação dos preços na mesma proporção pois depende fundamentalmente da decomposição de matéria orgânica na terra, da acumulação de biomassa dentro do sistema produtivos. Ou seja, a produção agroecológica não depende dos insumos importados.

Enfrentar a fome global é uma tarefa revolucionária. Retomar a terra e produzir alimentos saudáveis para nossa gente de luta é dever. Porém há aqui também uma janela de oportunidade na qual a renda gerada no trabalho agroecológico pode ser bem compensada. Sem ampliarmos áreas de produção dos alimentos básicos para nossa existência, será impossível controlar os preços e tornar a comida acessível a nossa gente pobre. O agronegócio tem aproveitado a alta dos preços dos alimentos e a desvalorização do real para produzir mais e mais commodities. Para se ter uma ideia, a área plantada de feijão, arroz e mandioca é a menor dos últimos 45 anos. Ou seja, não bastasse a alta causada pela concentração oligopolista da cadeia global, ainda temos latifundiários brasileiros querendo ganhar mais dinheiro às custas da fome do povo no Brasil. Produzir comida é condição, portanto, sem a qual não há emancipação em luta de nossa gente. Quanto mais a fome apertar, mais as políticas paternalistas da direita irão submeter o povo aos seus favores e domínios. Entre auxílios governamentais e cestas básicas de políticos, a fome não ajuda em nada a emancipação.

Para plantar alimentos, porém, precisaremos retomar as terras do latifúndio. Para lutar contra a fome global é preciso derrotar aqueles que produzem a fome. Então sem uma nova era de retomadas de terra, nossas condições materiais de existência estão seriamente ameaçadas. A vida precisa de comida e não haverá comida enquanto o latifúndio seguir destruindo os solos e usando a terra para concentrar riqueza e poder. Ou somos nós ou serão eles. É preciso, portanto, de uma visão muito objetiva de que o agronegócio é o produtor da fome. Com tanta terra nas mãos dos fazendeiros, como é possível ter fome no Brasil? Ter comida cara? Não nos enganemos, não nos deixemos enganar. Não há qualquer governo que possa mudar a natureza deletéria e nefasta do agronegócio. Eles são os netos dos escravocratas, os herdeiros da colonização. Onde quer que eles assentam praça, a terra perde nutrição, perde vida. Quando eles migrarem para outras regiões, só ficará areia e seca nos rios. Não contentes em secar e poluir rios, agora eles ameaçam nossos aquíferos Guarani e Urucuia. Ou derrubamos a cerca e defendemos a terra, ou a fome que nos espreita nos matará!

Contudo nós aprendemos que o povo não segue derrotados. Isso significa que sem mostrar exemplos concretos para nossa gente, é difícil acreditar só na boca, nas palavras. Cada organização de base, cada território, precisa com urgência criar abundância alimentar em seus territórios. Proteger as águas, gerar riqueza

Para plantar alimentos, porém, precisaremos retomar as terras do latifúndio. Para lutar contra a fome global é preciso derrotar aqueles que produzem a fome. Então sem uma nova era de retomadas de terra, nossas condições materiais de existência estão seriamente ameaçadas. A vida precisa de comida e não haverá comida enquanto o latifúndio seguir destruindo os solos e usando a terra para concentrar riqueza e poder.

za e fazer um paraíso na terra para que possamos mostrar para nossa gente que perdeu a fé na luta que é possível construir um desses em qualquer terra que retornemos. Nós fizemos assim. Antes de vir aqui falar e lhes dizer faça isso e faça aquilo, nós erguemos territórios que são verdadeiras florestas comestíveis, um pequeno paraíso que cuidou do bioma e fez sua gente trabalhadora feliz. Quando damos formação, procuramos dar nesses lugares para que as pessoas se inspirem e saiba que é possível reverter. Quem quiser, pode nos visitar no Assentamento Terra Vista em Arataca (BA). Aqui enquanto

os políticos faziam promessas na ECO 92, nós tomamos a terra e, na década de 2000, começamos uma transição agroecológica que mareja os olhos dos visitantes entre beleza e abundância. A palavra é importante, a teoria nos dá um norte, mas sem a ação, o vento leva.

A terra é o início, o fim e o meio pelo qual os povos se emanciparão do capitalismo. Se a colonização tratou de tomar a terra dos povos originários e tirar os povos diaspóricos de sua terra, a nossa revolução é impor a derrota histórica aos colonizadores e construir territórios autônomos de comunhão

entre os povos de luta. Essa luta já começou em cada defesa de território que existe hoje. Certamente perto de você há uma luta dessa esperando seu apoio. Mas nós só viraremos o logo contra o latifúndio quando a soma das defesas de suas terras se transformar numa luta de massas contra os invasores. E isso só ocorrerá quando nossa gente das periferias aceitar a tarefa histórica de sair da cidade insalubre dos capitalistas para construir nossas comunidades rebeldes. Essa é a tarefa para qual nos preparamos por tantos anos. Diga ao povo que avance! ←



Vai para
Cuba!

Descontos especiais para assinantes da Jacobin.

Acesse o site da Sanchat Tour (www.sanchattour.com.br),
ligue para (11) 3017-3140 ou mande um Zap para (11) 98169-9001.





O dever de triunfar

*Fazemos o que fazemos com uma única tarefa:
o triunfo da justiça proletária.*

¶ A *JACOBIN BRASIL* CHEGA à sua quinta edição impressa e seu quarto ano de existência. Foram milhares de revistas vendidas e milhões de acessos no nosso site. A nossa tarefa principal foi oferecer às leitoras e leitores um material de qualidade e relevância, seja em seu conteúdo político, seja em seu projeto visual. Modéstia à parte, não há revista mais bonita por aí: com tantas e tantas contribuições luminares dos protagonistas do socialismo brasileiro. Nosso projeto é fruto de um trabalho caprichoso, dedicado e – sejamos sinceros – muito apaixonado.

Na realidade, nossa maior paixão é pelo socialismo. E só essa paixão – ardente, e por vezes até disparatada – é capaz de explicar a entrega enérgica e resoluta com que nos dedicamos a construir esse projeto e tocá-lo adiante, apesar dos trancos e barrancos. Vemos *Jacobin Brasil*, sobretudo, como um palanque para as ideias socialistas, atada à tradição e à esperança das classes proletárias, o mesmo socialismo que foi capaz de mobilizar corações e mentes nos últimos dois séculos.

Nos mantemos fiéis à emancipação universal, à aventura histórica de uma nova sociedade sem exploradores ou explorados, sem opressores ou oprimidos. É verdade que nos encontramos agora em uma esquina histórica em que o horizonte socialista parece mais estreito e menos palpável do que foi em outras épocas. Muitas vezes nos pegamos falando do socialismo como se fosse um sonho distante. Portanto, essa revista existe justamente para manter acesa a chama da revolta, e – mesmo que às vezes pareça pregar

no deserto – transmitir uma fagulha insurgente às novas gerações.

Assistimos nosso mundo mergulhar em uma profunda crise social, o crescimento das desigualdades e a precarização do trabalho, junto com a crise ecológica que ameaça a nossa própria possibilidade de existência no planeta Terra. Tudo isso demonstra a atualidade das ideias socialistas. É uma questão cada vez mais urgente de sobrevivência da espécie inventar um modo superior, mais racional, de organizar a vida em sociedade. Mas apenas ideias não movem o mundo: é preciso de uma combinação corajosa de teoria e muita luta coletiva para empurrar a história para frente.

E, portanto, ideias podem ser armas poderosas nessa luta: as tais armas da crítica, que se convertem em verdadeira força material ao alcançar às massas. Nossa aspiração foi contribuir modestamente com essa tarefa estratégica: a formação de uma opinião socialista, um campo de debate criativo, inovador e vigoroso, que saiba interpretar o mundo de uma perspectiva de classe e assim possa melhor transformá-lo.

Ainda é pouco. Precisamos de um ecossistema de comunicação socialista, muito maior, mais fértil, mais diverso e vibrante. Uma corrente cultural que se afirme confiante no debate público, que deixe sua marca no senso comum, nos hábitos de pensamento, na própria linguagem. Que não se contente em ser mídia alternativa, mas se engaje na construção de uma nova hegemonia. Nossa convocatória é por uma esquerda que não apenas pense grande e sonhe alto, mas que também atreva-se a triunfar. ←



Дени 11.

ДА ЗДРАВСТВУЕТ ПЕРВОЕ МАЯ



A FUNDAÇÃO TÁ ON

VIRTUALTECA, a livraria digital de formação política e de democratização ao acesso à leitura da **Fundação Lauro Campos e Marielle Franco**.

**LIVROS E PUBLICAÇÕES
TOTALMENTE GRATUITOS**



flcmf.org.br/virtualteca



Acesse,
baixe e
leia em
qualquer
lugar



FLCMF

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol



“O mundo é formado não apenas
pelo que já existe, mas pelo que
pode efetivamente existir.”

MILTON SANTOS